

Fabiana Scherer

O DEBATE SOBRE AS FINALIDADES DA ESCOLA EM
PARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL - DE
2014 A 2024

Passo Fundo

2024

Fabiana Scherer

O DEBATE SOBRE AS FINALIDADES DA ESCOLA EM
PARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL - DE
2014 A 2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani.

Passo Fundo

2024

CIP – Catalogação na Publicação

S326d Scherer, Fabiana
O debate sobre as finalidades da escola em parte da produção científica nacional - de 2014 a 2024 [recurso eletrônico] / Fabiana Scherer. – 2024.
1.029 KB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2024.

1. Educação básica. 2. Educação e Estado. 3. Publicações acadêmicas. I. Esquinsani, Rosimar Serena Siqueira, orientadora. II. Título.

CDU: 37.014

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Fabiana Scherer

O DEBATE SOBRE AS FINALIDADES DA ESCOLA EM
PARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL - DE
2014 A 2024

A banca examinadora abaixo, APROVA em 25 de março de 2024, a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial de exigência para obtenção de grau de Mestre em Educação,

Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani - Orientadora
Universidade de Passo Fundo - UPF

Dr. Roberto Rafael Dias da Silva
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Dra. Luciane Spanhol Bordignon
Universidade de Passo Fundo - UPF

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde e sabedoria para seguir sempre em frente. Obrigada por ser a minha força e o meu guia em todos os momentos. A ti, Senhor, toda honra e toda a glória.

Aos meu pai, Valdir, pelo apoio e incentivo em todos os momentos da minha vida. Por acreditar em mim, e não medir esforços para a concretização dos meus sonhos. Sem você, nada seria possível. Amo você com amor eterno!

Aos meus irmãos, Moisés e Tiago, anjos que Deus colocou na minha vida, que, mesmo com a distância, sempre se fizeram presentes na minha vida e estarão sempre em meu coração. Obrigada pelo companheirismo, apoio incondicional. Amo vocês!

Ao meu filho Gabriel, por todo amor, incentivo, apoio e compreensão. Nada disso teria sentido se você não existisse na minha vida.

Ao meu querido e amado companheiro, melhor amigo e incentivador Luís Fernando que sempre esteve do meu lado me dando força, coragem e segurando minha mão quando tudo parecia não dar certo, obrigada meu amor.

À Professora Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, que me motivou a continuar mesmo querendo desistir. Foi um grande exemplo para mim, e hoje, agradeço por ter me incentivado a seguir no caminho da pós-graduação. Muito obrigada por tudo!

“A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos”. (Paulo Freire).

RESUMO

O estudo teve por objetivo apresentar e discutir parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola pública de educação básica, com destaque para estudos publicados no recorte de 2014 a 2024, ou o período de vigência formal da Lei 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação. Metodologicamente trata-se de uma metapesquisa, que se debruçou sobre parte da produção acadêmico-científica acerca das finalidades da escola pública de educação básica, elaborando um levantamento bibliográfico e referenciando as publicações a esse respeito em periódicos, teses e dissertações. Diante do corpus empírico constituído, os seguintes temas mostraram-se presentes nas produções acadêmico-científicas : socialização; escola democrática, gestão e cidadania, espaço de cultura em todos os seus contextos; escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho; desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano; espaço protetivo de direitos; construção da identidade e espaço de apropriação de cultura e conhecimento; transmissão de conteúdos, acolhimento e cuidado, formação integral da pessoa, formação para o trabalho, formação do cidadão, formação para vida e sociedade e transformação social; a escola como um espaço físico de transformação reconhecível socialmente, e relação entre a família e a configuração da escola. A pesquisa concluiu, com base na produção examinada, que as finalidades da escola pública de educação básica no recorte temporal examinado foram tratadas, por parte da produção acadêmico-científica, a partir de uma multidimensionalidade de vieses e leituras, mas evidenciando a importância da instituição para a constituição social.

Palavras-chave: Escola Pública. Finalidade. Educação Básica. Produção acadêmico-científica.

ABSTRACT

The study aimed to present and discuss part of the contemporary academic-scientific production on the purposes of public basic education schools, with emphasis on studies published between 2014 and 2024, or the period of formal validity of Law 13.005/2014 – Plan National Education. Methodologically, this is meta-research, which focused on part of the academic-scientific production regarding the purposes of public basic education schools, preparing a bibliographical survey and referencing publications in this regard in periodicals, theses and dissertations. Given the empirical corpus constituted, the following themes were most frequently scored: socialization; democratic school, management and citizenship, cultural space in all its contexts; school as an environment that prepares you for life and work; challenges facing the school and its agents for human training and development; protective space for rights; construction of identity and space for the appropriation of culture and knowledge; transmission of content, reception and care, integral training of the person, training for work, training of citizens, training for life and society and social transformation; the school as a socially recognizable physical space of transformation, and the relationship between the family and the school configuration. The research concluded, based on the production examined, that the purposes of the public basic education school in the time frame examined were treated, by the academic-scientific production, based on a multidimensionality of biases and readings, but highlighting the importance of the institution for the social constitution.

Keywords: Public School. Goal. Basic education. Academic-scientific production.

LISTA DE SIGLAS

Art.	Artigo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
DCNEPT	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IE	Instituições de Ensino
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
nº	Número
PIB	Produto Interno Bruto
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Obras tratadas na revisão bibliográfica.13

Quadro 2: Descritores e autores de referência para consolidar a caracterização da metapesquisa.61

Quadro 3: Número de artigos selecionados por periódico.62

Quadro 4: Número de teses e dissertações publicados no catálogo da CAPES.64

Quadro 5: Distribuição regional das Dissertações e Teses selecionadas e publicadas em 2014 e 2023.64

Quadro 6: Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira nos dias atuais.67

Quadro 7: Artigos selecionados.73

Quadro 8: Dissertações selecionadas.87

Quadro 9: Teses selecionadas.89

Quadro 10: Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira.90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONSTRUÇÃO DAS FINALIDADES DA ESCOLA	17
2.1	Natureza e a finalidade da escola	17
2.2	A escola como espaço de socialização	30
3	A ESCOLA COMO FORMAÇÃO GERAL/PROPEDÊUTICA	38
3.1	Reflexão conceitual da escola como formação propedêutica	39
3.2	As finalidades da escola na formação geral e humana dos alunos	41
4	A ESCOLA COMO FORMAÇÃO DO CIDADÃO	44
4.1	Delineamentos conceituais da educação no espaço escolar para cidadania	45
4.2	Aprendizagem para a cidadania e o currículo: as finalidades da escola	52
5	METAPESQUISA NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: as finalidades da escola	59
5.1	Seleção dos Artigos	61
5.2	Seleção das Dissertações e Teses	63
6	APORTES TEÓRICOS DOS ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA FINALIDADE DA ESCOLA BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS	66
6.1	Análise dos Artigos	67
6.2	Análise das Dissertações e Teses	87
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação está relacionada à linha de Políticas Educacionais, que compõem as temáticas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Trata-se de uma abordagem relacionada às questões associadas diretamente a compreensão teórica das finalidades da escola pública de educação básica e a sua indispensabilidade para a sociedade, principalmente no que tange a construção de políticas públicas educacionais em um viés que permita o reconhecimento real da escola na construção individual e coletiva capaz de representar as mudanças sociais necessárias para minimizar as desigualdades e outras disparidades relacionadas ao sistema escolar.

Assim, a pesquisa apresentou o seguinte problema: “a pesquisa acadêmico-científica, através de suas publicações e publicizações, tem discutido as finalidades da escola?”, trazendo como **objetivo geral**: Apresentar e discutir parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola pública de educação básica, com destaque para estudos publicados no recorte de 2014 a 2024, ou o período de vigência formal da Lei 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação.

Como objetivos específicos, busca-se: (a) investigar os fundamentos teóricos que sustentam algumas das finalidades da escola pública de educação básica e, (b) analisar algumas das finalidades da escola pública de educação básica contemporânea, apontadas por parte da produção científica nacional no período de vigência da Lei 13.005/2014.

Para dar conta dos objetivos, optou-se por uma metapesquisa, que apresentou e discutiu parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola na última década, referenciando as publicações a esse respeito. Tomamos o conceito de metapesquisa como pesquisa sobre pesquisas, na compreensão de Mainardes (2018) e, ainda, como “uma estratégia para a análise sistemática das pesquisas de um determinado campo ou temática” (Mainardes, 2018, p. 304)

O tema delimita-se, predominantemente às publicações que contemplem os seguintes descritores: “finalidade da escola, finalidades educativas escolares, escolarização, função da escola, cultura organizacional, escola democrática, infraestrutura escolar” nas escolas públicas de educação básica.

Quanto ao diálogo com autores – já que se trata de uma pesquisa iminentemente bibliográfica – a mesma ocorreu em duas dimensões: uma primeira dimensão conceitual, a

partir de autores escolhidos dentre as leituras indicadas ao longo do curso de mestrado em educação, evidenciando a escola, sua cultura e finalidades. Uma segunda dimensão associada ao exercício de metapesquisa proposto, compreendendo a aplicabilidade da mesma como:

um procedimento que realiza “a pesquisa da pesquisa” já desenvolvida por uma determinada área de conhecimento. Destinado promover uma revisão e autorreflexão sobre os princípios, fundamentos teórico-conceituais e procedimentos metodológicos que orientam a prática científica de seus pesquisadores (Moreira; Mattos; Oliveira, 2023, p. 240).

Observa-se que a segunda dimensão será exposta, com um conjunto maior de detalhes, no capítulo cinco, dedicado justamente a explorar a metapesquisa, os procedimentos adotados e os autores selecionados.

Quanto a primeira dimensão, a seleção de autores foi feita com base em estudiosos do campo da Educação que desenvolvem os conceitos da finalidade da escola na contemporaneidade e as perspectivas crítico-teóricas sobre as finalidades da escola brasileira nos dias atuais. Nesse contexto, a presente pesquisa está fundamentada teoricamente em autores como Émile Durkheim (2011), José Carlos Libâneo (1994/1995/2001/2004/2005/2016), Jan Masschelein e Maarten Simons (2014) tendo em vista a discussão da finalidade e objetivos da escola; a percepção da finalidade da escola na contemporaneidade brasileira na perspectiva de construir a finalidade da escola, sua natureza e finalidade; na qual a escola também é percebida por como uma instituição social; histórica e culturalmente sólidas e eficientes segundo Rui Canário (2005); capaz de desenvolver um senso de responsabilidade social e vida cooperativa entre seus membros, entre outros estudiosos que abordam o tema, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1– Obras tratadas na revisão bibliográfica.

Autor/Obra	Tema de destaque
Caldeira, Ana Paula Sampaio. Da “educação como salvação” à “crise da escola”: notas sobre a história da instituição escolar. <i>Cadernos de História da Educação</i> , v. 20, e001, p. 1-12, 2021.	História da educação escolar; Representação da escola como instituição social; Contribuição da escola como instituição para um regime democrático; Escola enquanto instituição: formação de um discurso científico, formação de um discurso jurídico, a formação daquele que é capaz de ensinar; Entender o lugar social dado a escola; Escola/educação, pautado no discurso da modernização, da eficiência e utilidade.
Canário, Rui. O que é a escola? Um “olhar” sociológico. Porto - Portugal: Porto Editora, 2005. Coleção Ciências da Educação Século XXI.	Construção de um novo modelo escolar; Funcionamento, eficácia e legitimidade das Escolas; Ajuste das instituições de ensino e suas dinâmicas de funcionamentos aos novos contextos sociais; O modelo de organização das escolas traduz uma forma específica de encarar os sujeitos, visto que se assenta na concepção de que aquilo que

	<p>continuação.</p> <p>deve ser ensinado tem origem em uma exterioridade; isto é: em saberes disciplinarmente acomodados;</p> <p>A escola moderna subestima a vida, reduzindo esse processo a um conteúdo, a um tema disciplinar, a um fragmento da realidade, a uma descrição que deve ser memorizada para ser utilizada em avaliações padronizadas;</p>
<p>Durkheim, Émile. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011. 129 p.</p>	<p>O sociólogo da educação dentro da estrutura do plano para construir o que ele desejava ser uma verdadeira 'ciência social';</p> <p>A questão crucial das relações entre o indivíduo e o grupo, daquilo que está na base das sociedades, e acreditava que, para construir uma sociologia científica, era urgente ir além das ideologias políticas e sociais;</p> <p>Cada sociedade estabelece para si um certo 'ideal humano', um ideal do que uma pessoa deveria ser do ponto de vista intelectual, físico e moral; esse ideal é o cerne da educação escolar;</p> <p>A escolha é um "subsistema", e embora dependa do sistema social como um todo, não deixa de possuir as características estruturais peculiares a qualquer sistema social; isso lhe confere uma 'autonomia relativa' e, como qualquer sistema social, está sujeito simultaneamente a forças de permanência e forças de mudança - forças de permanência que são derivadas do sistema como um todo e forças de mudança que respondem a forças emergentes necessidades e são específicas para ela.</p>
<p>Freire, Paulo. Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997a. 84 p.</p> <p>Freire, Paulo. Pedagogia do oprimido. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.</p> <p>Freire, Paulo. Educação e mudança. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p>	<p>Educador e filósofo brasileiro, mais conhecido por seu método de alfabetização baseado na conscientização e no diálogo. Ele tem sido chamado de " um dos pensadores mais notáveis" que contribuiu para a história da pedagogia, reconhecido como "Patrono da Educação brasileira". Suas ideias incluem a teoria da conscientização e do diálogo, a educação libertadora, uma crítica à educação bancária e uma crítica ao conceito de extensão como invasão cultural. Freire defendia que aprender deveria ser um processo no qual o conteúdo e os materiais deveriam ter relação com sua realidade diária; e que um estudo de sua realidade social concreta deve levar a uma consciência crítica das possibilidades de ação e mudança. A tese de Freire é que a mudança social deve partir das massas e não de indivíduos isolados. O caráter político da educação de Freire beneficia aqueles que lutam para ter voz própria porque vivem em culturas ou setores de culturas totalmente silenciados.</p>
<p>Libâneo, José Carlos. Educational policies in Brazil: the disfigurement of schools and school knowledge. Trad. Cláudia Valente Cavalcante. <i>Cadernos de Pesquisa</i>, v. 46, n. 159, p.1-23, jan./mar., 2016.</p>	<p>Planejamento escolar;</p> <p>Finalidades educativas escolares são examinadas em seus aspectos políticos e conceituais, dando destaque ao seu papel na definição das políticas educacionais, do currículo e da atuação docente dos professores;</p> <p>A importância da escola em torno de finalidades educativas em suas políticas educacionais e em sua legislação educacional;</p> <p>Finalidades sobre finalidades educativas escolares e sua repercussão no funcionamento das escolas;</p> <p>Evidencia a tensão entre objetivos escolares ora voltados para o ensino-aprendizagem ora para a socialização, e a repercussão dessa tensão na formulação de políticas, currículos e diretrizes para a escola;</p> <p>Finalidades da escola: educação para satisfação de necessidades básicas (na verdade, "mínimas"); atenção ao desenvolvimento humano, numa perspectiva individualista e competitiva; educação para o mercado de trabalho; educação para a sociabilidade e convivência para contenção de conflitos sociais.</p>
<p>Masschelein, Jan; Simons, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. tradução Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 97 p.</p>	<p>Reconstrução e reformulação dos sistemas escolares;</p> <p>Define a escola como: (conforme a etimologia grega dessa palavra, pois <i>skholé</i> significa justamente tempo livre, ou seja, tempo que não se destina a outra coisa): aqui a sociedade permite que a nova geração apenas estude em vez de se preocupar com os negócios da casa ou as preocupações da geração adulta;</p>

continuação.

	<p>A escola cria igualdade precisamente na medida em que constrói o tempo livre, isto é, na medida em que consegue, temporariamente, suspender ou adiar o passado e o futuro, criando, assim, uma brecha no tempo linear;</p> <p>A escola como marca da democracia;</p> <p>A organização atual dos ambientes de aprendizagem dificilmente pode ser considerada como levando à “libertação da criança/aluno”.</p>
<p>Saviani, Demerval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. <i>Psicologia Escolar e Educacional</i>, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez., 2017.</p>	<p>A importância de considerar a historicidade na relação entre escola e sociedade é um dos aspectos/características que diferenciam as teorias descritas por Saviani. A perspectiva crítica tem como pressuposto básico compreender a escola de forma associada ao contexto em que ela se insere, visando formar alunos para a transformação social. Aponta para a dependência da educação da sociedade, na qual não é possível compreender a educação sem levar em conta suas condições sociais. No entanto, a educação não ultrapassou a perspectiva da sociedade capitalista, e o papel da escola restringia-se à formação de trabalhadores para atender aos anseios de uma sociedade capitalista. Dermeval Saviani busca a construção de uma teoria efetivamente crítica da educação e da sociedade atual (capitalista e burguesa) e luta pelos interesses da classe trabalhadora. Dispõe sobre a igualdade de direitos e Educação de qualidade, enfatizando a necessidade de mudanças na sociedade atual.</p>

Fonte: Organização autoral, 2024.

Salienta-se, ainda, a crença na pertinência do procedimento de recolha bibliográfica para constituição da empiria, pois “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2012, p. 50).

A reflexão aqui proposta procura compreender como parte da produção acadêmico-científica reverbera a construção das finalidades da escola pública de educação básica. Para melhor compreensão a Dissertação foi dividida em capítulos. O primeiro busca caracterizar as finalidades da escola de uma forma ampla, como uma instituição de apropriação de conhecimento, comprometida com a proposição de novas formas de pensar e abertas às respostas que provavelmente envolverão mudanças sociais e institucionais significativas para tornar os poderes do conhecimento igualmente disponíveis para todos. No segundo capítulo, apresenta-se as concepções e práticas educativas relacionadas as finalidades da escola como espaço de formação geral/propedêutica, que abrange o crescimento intelectual, social, emocional e físico do aluno, desenvolvendo os interesses individuais e o pensamento crítico, oportunizando o crescimento intelectual, a fim de consolidar sua existência em sociedade.

A escola como elemento de educação para a formação do cidadão é debatida no capítulo três. Sendo uma das poucas instituições sociais presentes em praticamente todas as comunidades, as escolas podem e devem desempenhar assume uma finalidade importante na

catalisação de um maior envolvimento cívico. No quarto capítulo é descrito a metodologia utilizada a fim de consolidar o objetivo proposto, na qual buscou-se aporte teórico nos seguintes autores: Jefferson Mainardes (2018); Jonathan Vicente da Silva, Fabiane Bitello Pedro e Alessandra Pereira Pedroso (2023); Marcelo Oda Yamazato e Renata Maria Moschen Nascente (2020); Naira Muylaert, Ana Cristina Prado de Oliveira, Paula Araújo da Costa (2023); e Patrícia Lúcia Vosgrau de Freitas (2023). No quinto apresenta-se a análise dos trabalhos selecionados (Artigos, Dissertações e Teses) que foram incluídos nesta pesquisa. Por fim, apresentam-se as considerações finais, com as principais percepções da presente pesquisa.

2 CONSTRUÇÃO DAS FINALIDADES DA ESCOLA

Neste capítulo serão pontuadas algumas perspectivas, capazes de justificar as finalidades da escola, sem perder a tradição de um pensamento que, a despeito da distância no tempo, continua a acrescentar na constituição dos saberes contemporâneos. Assim, ao debater quais são as finalidades da escola brasileira por meio da revisão bibliográfica com autores críticos como: Paulo Freire (1979/1997/2002/2007); Pierre Bourdieu (2007); Maria Amália de Almeida Cunha (2007); Rui Canário (2005), entre outros, busca-se identificar algumas finalidades da escola nos dias atuais, surgiram algumas percepções partindo da definição do que é escola e qual é a sua finalidade, enquanto instituição formal de educação, bem como a escola como espaço de socialização.

Ao considerar a razão de ser da ‘escola’ como instituição ou quais são suas finalidades, requer bem mais do que a simples aceitação de um espaço de ensino e de aprendizagem. Envolve o vínculo entre o indivíduo e o mundo, materializado em suas finalidades, na qual a escola desempenha um papel importante em moldar as ideias, hábitos e atitudes dos alunos com o objetivo de produzir personalidades bem equilibradas, culturalmente sólidas e socialmente eficientes. Para que esse vínculo seja efetivado, são necessárias novas intervenções pedagógicas, a fim de interconectar a prática social no seu espaço e as práticas dos indivíduos, a partir de suas necessidades específicas.

2.1 Natureza e a finalidade da escola

A construção histórica que demonstra a indispensabilidade da escola ser reconhecida como um espaço de estudo científico sendo produtor de uma cultura própria, pois desde seu surgimento enquanto instituição, a escola alterna modelos ideais, métodos e metodologias pedagógicas, incorporando influências e mudanças (Canário, 2005).

Partindo desta análise, a escola é uma instituição com cultura própria, de apropriação e, também, construção de saberes, por meio das relações que se constituem nesse ambiente ao longo de gerações, e a transmissão coletiva justificada pela necessidade de perpetuar as experiências humanas e suas culturas, que são associadas ao papel da escola na sociedade, cujos pressupostos a partir da obra “Escritos da Educação” de Pierre Bourdieu (1998), bem como a leitura de “Professora sim, tia não - cartas a quem ousa ensinar” de Paulo Freire, um indivíduo

pode ter diferentes formas de capital na sociedade. A escola foi pensada foi fortemente influenciada pela Sociologia da Reprodução, especialmente a de Bourdieu, ou seja, uma Sociologia das posições e das disposições. Ainda hoje continuam a ser prementes as explicações sobre as dificuldades dos alunos na escola devido a fatores como o contexto familiar e social das crianças, jovens e adultos.

Pierre Bourdieu, argumentou que o sistema educacional é uma estrutura da dinâmica da vida social nas sociedades e competição de mercado, não de organização coletiva, pois, aparentemente, a escola deveria ser um lugar onde o conhecimento é transmitido de forma igualitária para todos os alunos, mas apenas conservam as hierarquias gerais e as desigualdades materiais. No entanto, a sociologia de Bourdieu permite a ação emancipatória das escolas, por meio do engajamento em mudanças sociais transformadoras, sincronizando o capital cultural e o capital social, resultando em uma evolução ou revolução específica do campo, na educação, bem como em mudanças em outros lugares.

No sistema conceitual de Bourdieu, a sociedade é composta por um conjunto de campos. Nestes campos há “batalhas”: todas as partes tentam preservar e, se possível, melhorar a sua posição. Para isso, utilizam os recursos que estão ao seu alcance. Esses recursos derivam de sua posição social. Em cada campo as “batalhas” pelo poder dependem, antes de tudo, dos recursos disponíveis para cada pessoa: o seu capital. No campo cultural (escola, imprensa, artes, etc.) prevalece o capital cultural, que compreende um conjunto de saberes e relações com a cultura e a língua.

Nessa linha, para Bourdieu (1998) o capital cultural refere-se ao conhecimento, habilidades, valores, gostos e comportamentos que são considerados "desejáveis" e/ou necessários para a vida, e o capital social refere-se às redes e contatos sociais que podem criar oportunidades de progresso individual e coletivo. Bourdieu aplicou isso à educação, apontando como as escolas operam de acordo com as normas culturais da classe média e em seus interesses. Os mundos da lei, educação, religião, arte, esportes, etc., são todos campos diferentes com formas distintas de funcionamento.

Bourdieu argumentou que o capital simbólico é uma fonte crucial de poder na sociedade. Pode ser acumulado através do cumprimento de obrigações sociais que vêm com muito respeito e honra, e pode ser usado em benefício próprio. A contribuição mais significativa do pensamento de Bourdieu para a educação, segundo Marques e Castanho (2011) foi transferir a

sua filosofia para “a finalidade da escola” na concepção que este espaço possui como intuição e agente de mudança para a transformação social.

Maria Amália de Almeida Cunha (2007) enfatiza que no contexto social, histórico e cultural, escola arditosamente contribuiu para a escalada de uma cultura dominante, que ainda permanece impressa no favorecimento de determinados alunos em detrimento de outros. A compreensão dos complexos processos sociais contributivos é aumentada por meio da integração da sociologia de Bourdieu para conceituar as maneiras pelas quais as liberdades de oportunidades surgem de forma desigual para diferentes indivíduos e as desigualdades podem ser agravadas na conversão desigual de oportunidades em realizações.

Nesse sentido, Marques e Castanho (2011, p. 24) a contribuição de Bourdieu decorre de sua conceituação das interações do *habitus* de um indivíduo dentro de campos de ação, ou seja, “nos espaços institucionais e que circunscrevem a malha onde os processos educativos”. Bourdieu introduziu o conceito de '*habitus*' individual para:

Descrever as raízes culturais e familiares a partir das quais uma pessoa cresce. O *habitus* 'opera abaixo do nível do cálculo e da consciência' e que as 'condições de existência' influenciam a formação do *habitus* que se manifesta nos 'gostos', práticas e trabalhos do agente, constituindo assim um estilo de vida particular. O *habitus* está enraizado na formação familiar (socialização dentro da família) e condicionado pela sua posição na estrutura social. As experiências de com o sistema de ensino e as pressões e preconceitos centrados nos de origem mais pobre dentro de instituições educacionais de elite foram significativas tanto em termos dos focos de seu trabalho quanto de sua preocupação em gerar ferramentas para a mudança. (Bourdieu, 1988, p. 41-42).

O conceito de *habitus* esclarece a diferença entre o ator e o agente. O *habitus* é um conjunto de disposições psíquicas, duráveis e transponíveis, que foram estruturadas socialmente e que funcionam como princípios estruturais das práticas e das representações (Bourdieu, 1988). Para entender uma atividade é preciso entender por que o indivíduo age e como ele age. Assim, é preciso conhecer suas ideias, expectativas, gostos, etc., ou seja, as disposições psíquicas da pessoa. Isso significa que para compreender uma atividade ou prática é preciso analisar o *habitus*, o sistema de disposições psíquicas em que se baseia. E para conhecer o *habitus* é preciso analisar as condições sociais em que ele foi construído.

Para Marques e Castanho (2011), a capacidade acadêmica e o seu empenho nos estudos da Educação descritas por Bourdieu, oferece uma forte estrutura sociológica e, principalmente, uma conceituação das relações de poder, em que os menos favorecidos são precisamente

aqueles alunos que não tiveram contato a outras formas de capital, incluindo capital social, cultural e simbólico, e outras coisas concretas que produzem informações, aqui entendida como a escola deveria ser um espaço de produção de conhecimento sem distinção.

Conforme Knoblauch e Medeiros (2022) na educação escolar, isso pode significar, por exemplo, que quando uma família não tem histórico de educação além do nível primário ou secundário, o indivíduo em questão pode ter uma disposição que o predispõe a abandonar a escola precocemente de acordo com as tradições familiares. As experiências dos indivíduos podem depender significativamente de *habitus* e características como gênero, etnia, habilidade e assim por diante.

As posições sociais são reproduzidas de uma geração para outra, pelo menos em termos de probabilidades: as condições em que uma criança é criada moldam socialmente a sua psique, e isso leva às representações e práticas que reproduzem a estrutura social de origem. Quem age é agente das estruturas sociais, visto que estas são reproduzidas pela mediação do seu *habitus*; ele/ela não é um ator que, de acordo com ela/ sua situação, reagirá contra a ordem social das coisas.

Bourdieu faz um esforço considerável para transmitir a importância do tempo no desenvolvimento de *habitus* e formas de capital, incluindo o papel da escola na reprodução do capital simbólico e indicando que é difícil "recuperar o atraso" por meio de políticas educacionais e intervenções práticas se o trabalho de base não tiver ocorrido nos estágios iniciais do processo educacional, ou seja, geralmente liderados pela família, pela escola e pela socialização (Knoblauch; Medeiros, 2022).

Bourdieu (1998) destacou dois aspectos centrais do *habitus*, particularmente relevantes para compreender as relações dos jovens com o campo da educação, observando que a posição de um indivíduo em termos de relações sociais no campo é influenciada por sua capacidade de atuar de maneira apropriada em um determinado ambiente (campo) pelo alinhamento com os 'gostos' ou 'preferências' reconhecidos associados a esse espaço social. Além disso, Bourdieu explica que:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (Bourdieu, 1988, p. 53)

Bourdieu deixa a porta aberta, o que permite supor que, apesar de tudo, o próprio Bourdieu se engajou de maneira determinada nas batalhas sociais da década de 1990. O passado e o futuro estão articulados no *habitus*, a chave da reprodução. Portanto, para quebrar a reprodução, desligar o futuro do passado e como tal mudar a sociedade, é preciso mudar o *habitus*. Como tal, tomar consciência da consciência sociológica é a condição essencial da mudança: o mundo pode ser mudado por pessoas que compreendem que as suas representações e práticas foram socialmente condicionadas e, ao compreenderem isso, podem libertar-se deste condicionamento.

Para Silva (2014), as finalidades da escola, ao longo do tempo possui diferentes abordagens quanto a sua real função. Entre as inúmeras percepções, Paulo Freire quebrou as ideias pré-estabelecidas, quando formulou um tipo de pedagogia crítica e dialógica, voltada a prática de liberdade usando métodos de problematização, dão voz a todos os alunos, na qual a escola se mantinha imutável. Sendo assim, a escola precisa ser reinventada, mantendo viva a curiosidade dos alunos e, ao mesmo tempo, estimulando sua aptidão para assumir riscos e explorar o mundo.

Para Paulo Freire (1997_a), a escola atua apoiando a humanidade ou humanização no espaço escolar, a dignidade de cada aluno, cada professor e cada ser humano, e encoraja alunos e professores a alavancar seu conhecimento próprio e da comunidade para transformar seu mundo. Portanto, a tarefa da escola de cuidar de forma completa das pessoas é o alicerce de uma sociedade justa e mais igualitária.

Segundo Schlesener, Masson e Subdil (2016), “em um nível do simbólico revela a expressão humano/social em suas diferentes dimensões, e uma recriação da realidade pelo simbólico” (p. 214). Essa relação entre os processos de mudança do modelo e aquilo que ele pode ser explicado a partir dos conceitos da dialética, na qual a simbologia descreve uma posição pré-determinada como aquela em que classes são construídas na mente do observador por meio de algum processo cognitivo de abstração baseado em pistas derivadas do mundo real.

No entanto, sua posição de que isso é conceitualismo, que é necessariamente contraposto ao realismo e que "uma vez que o modelo é o resultado de um processo de abstração, é necessário validar o modelo resultante usando alguns critérios diferentes de conformidade com o mundo real " é unilateral porque ele vê ser e conceito, mundo e modelo como separados, estáticos e necessariamente contrapostos aos substituídos de diferentes momentos ou elementos no processo de conceitualização humana (Schlesener; Masson; Subdil, 2016).

Outra reflexão necessária refere-se à finalidade da escola como potencial emancipador e que investe na formação de seus docentes e na criatividade de seus educandos, possibilitando o cumprimento da função da escola, por meio do compromisso com os alunos, comunidade escolar, que de acordo com Paulo Freire, possui a necessidade de o educador assumir o “compromisso com os destinos do país, com seu povo, com o homem concreto e com o ser mais deste homem” (Freire, 2007, p. 25).

A partir do domínio teórico e filosófico de Paulo Freire, acredita-se na capacidade do docente em organizar a ação educativa no ambiente escolar, inserindo uma cultura participativa no educando, na escola e em sala de aula como espaço de diálogo e de transformação. Assim, para Freire (1997_a) a escola traduz a educação como dinâmica que desencadeia desejos e necessidades de mudança ou fortalecimento de estilos de vida, e de interpretação do que está ao redor de cada indivíduo no processo de identificação e compreensão do que é significativo e representativo para seu bem-estar e sua subjetividade.

Segundo Freire, a educação tem um potencial emancipatório, se o aspecto educativo for priorizado em suas iniciativas, e neste caso, retomando a ampla finalidade da escola no centro, na qual estão os sujeitos aprendizes, históricos, sociais e culturais, e que por meio da curiosidade e criatividade, ultrapassam os limites que lhes são peculiares no domínio vital, tornando-se fundamentais na produção do conhecimento.

Além disso, a curiosidade já é conhecimento (Freire, 1997_b, p. 32), pois a escola em sua finalidade emancipatória seria uma instituição que “assumiria a responsabilidade pelo caráter político de suas ações, ou seja, compreende a dinâmica particular da escola como ambiente da comunidade” constituída por professores, alunos, funcionários, familiares e a sociedade em que está inserido. Nesse contexto, a escola emancipatória se manifesta como um meio em que o conhecimento surge a partir das demandas geradas pela comunidade e o foco está na mudança de processos que desumanizam e geram marginalização, opressão e miséria.

Na função emancipatória da escola as avaliações caracterizam-se como dinâmicas de diagnóstico dos processos desenvolvidos e na importância qualitativa dos saberes e saberes para a vida das pessoas envolvidas, e não na quantidade de conhecimentos retidos e mensuráveis. Parece claro, portanto, que existe uma clara associação entre criatividade e emancipação, mas a tarefa contemporânea de tornar criativas as atividades escolares tendem a repetir o ambiente bancário, que acaba por negar a própria criatividade. É em função desses pressupostos que se busca participar das reflexões para a construção da escola que oferece uma educação em que as

peças vão se completando ao longo da vida, uma educação capaz de ouvir as pessoas, participando dessa realidade, discutindo-a, e colocando como perspectiva a possibilidade de mudar essa realidade.

Nessa percepção, Paulo Freire expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Ele que sempre acreditou na capacidade criadora dos homens e mulheres, e pensando assim é que apresenta a escola como instância da sociedade. Paulo Freire diz que “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que essa, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade” (1997b, p. 57). Reconhece a presença do oprimido e do opressor, ao que nos convida a essa libertação, inicialmente pela libertação do opressor que reside em cada um, para então conseguirmos pela marcha popular libertar todos os homens.

Tomar consciência é condição necessária para a transformação social, como no pensamento de Paulo Freire (1997b). Contudo, se, a tomada de consciência pode ser efeito da formação, na opinião de Bourdieu isso não pode ocorrer na escola, pois é aqui que as classes dominantes exercem a sua violência simbólica e a sua “tirania cultural”.

Neste contexto, a escola precisa atribuir novos dimensionamentos sobre o seu pensar, reestruturando a sua finalidade, apresentando como dinâmicas ações que desencadeiem desejos e necessidades de mudança ou fortalecimento de estilos de vida, e de interpretação do que está ao redor de cada indivíduo no processo de identificação e compreensão do que é significativo e representativo para seu bem-estar e sua subjetividade. Nela predominam os sentimentos, as emoções e as sensibilidades como agentes desencadeadores das relações interpessoais e das relações com diferentes contextos e instâncias ambientais.

Assim, desde seu surgimento enquanto instituição educativa, a escola alterna modelos ideais, métodos e metodologias pedagógicas, incorporando influências e mudanças. Segundo o pesquisador português que se dedica a estudar a escola, Rui Canário, a educação contemporânea está mudando de finalidade mais uma vez, considerando o objetivo, função e finalidade da escola, é necessário investigar três linhas distintas que a constituem: a forma escolar, a organização escolar e a instituição escolar (Canário, 2005).

Nessa perspectiva, segundo Canário (2005, p. 62) escola é “uma organização e é uma instituição”, pois, sendo uma estrutura organizacional social, tem por desígnio promover o

processo de escolarização aos integrantes da sociedade. Como instituição tem por finalidade proporcionar condições para que as novas gerações ampliem e modifiquem os conhecimentos alcançados por meio da educação escolar, no contexto de um sistema que é a escola.

Na linha de raciocínio de Canário (2005, p. 69), a forma escolar, pertence a dimensão pedagógica. Essa especificidade, é pautada na descoberta, na constância e na exterioridade, pois enquanto pedagogia, está centrada nos métodos e conteúdo, constituindo-se como a forma quase que singular para conceber, modificar e adequar a educação, “baseadas na exterioridade relativa aos sujeitos”. O autor esclarece que os saberes podem ser transmitidos, revelado e acumulados, sem desvalorizar outras formas de saberes, e ao mesmo tempo proporcionando a autonomia de aprendizagem. Essa relação pedagógica com a finalidade da escola, passa da forma individual, para a coletiva, sendo necessário considerar que a aprendizagem corresponde a singularidade de cada sujeito, e refere-se a um processo difuso, não-formal, que é a exteriorização de todo o processo de socialização.

Na segunda definição elaborada por Canário (2005, p. 77), a escola corresponde a uma dimensão organizacional, na qual, está relacionado as especificidades em “organizar os espaços, os tempos, os agrupamentos dos alunos e as modalidades de relação com o saber”, o que concebe a finalidade de estabilidade da escola, ao considerar que escola poderá ser vista somente como um local estático para aprender; os professores ensinam a aprender como uma atividade forçada, não há espaço para o compartilhamento. Esse cenário, é criticado pelo autor, uma vez que não favorece as diferenças individuais, privilegiando a repetição de informações, o que é incompatível com a tese de (re)construção de experiências compartilhadas.

Já na terceira dimensão, na qual Canário (2005, p. 63) considera a escola como uma instituição que, por meio de princípios e valores, estabelecem a construção de experiências e responsabilidade pela própria aprendizagem, desempenhando o papel central na integração social e, “do ponto de vista histórico, cria oportunidades de unificação cultural, linguística e política, afirmando-se como um processo de construção dos modernos estados-nação”.

Nessa linha Silva (2004, p. 42-44) define a escola, como o lugar onde se concretiza o objetivo máximo do sistema escolar, por ser um dos sistemas socioculturais. Isso permite que as escolas possam ser agentes de mudança ou conformidade, ensinando os indivíduos “a pensar a partir de uma base de conhecimento comum, uma cultura comum e um senso comum das prioridades da sociedade e, talvez mais importante, aprendam a localizar seu lugar dentro dela”.

Eles recebem uma estrutura unificadora para a participação na vida institucional e, ao mesmo tempo, são classificados em diferentes caminhos, constituindo um sistema social.

Neste contexto, ao definir a escola é necessário entendê-la como um processo complexo, que implica na ação de seus diferentes atores, que compartilham de um ambiente social onde são constituídas múltiplas formas de relações, que vão além do processo de ensino-aprendizagem. Quando existe a compreensão da escola como uma instituição social, as relações se pluralizam, assim como as peculiaridades que emergem sobre o argumento de que a existência da escola tem finalidade maior do que promover a aquisição de conhecimento (Silva, 2004).

Neste debate, a Escola é considerada, por Libâneo (2016), uma orientação sociológica/intercultural voltada para a diversidade social e cultural articulada, em geral, com estudos no campo curricular; e também uma orientação crítico-dialética baseada na tradição da teoria histórico-cultural ou em outras versões de pedagogias sócio críticas.

Para Libâneo (2016), a primeira, ou seja, a concepção da escola como orientação sociológica/intercultural, tem sido dominante no sistema educacional brasileiro devido à articulação entre as políticas educacionais e a orientação de instituições multilaterais organismos internacionais, entre eles, o currículo instrumental e um currículo voltado para a obtenção de resultados imediatos.

A segunda orientação, a sociológica/intercultural, de natureza sócio/crítica, defende um currículo de experiências educativas, isto é, o desenvolvimento através de experiências sociais e culturais em situações educativas (por exemplo, práticas de partilha de valores diversos e de solidariedade com base nas experiências cotidianas e aceitação da diversidade social e cultural), considerando a participação dos profissionais nos serviços educacionais e obrigações que devem ser prestadas pelo Estado. A terceira, defende um currículo baseado no desenvolvimento cultural e científico em articulação com as práticas sociais e culturais. Considera a escola uma das instituições mais importantes para a democratização da sociedade e para a inclusão social (Libâneo, 2016, p. 14).

Além disso, a escola para Libâneo (2016) é um local que propicia a apropriação de conhecimentos sistematizados socialmente constituídos, base para o desenvolvimento do caráter e das capacidades intelectuais por meio do processo de ensino-aprendizagem. Essas orientações têm diferentes referenciais de qualidade de ensino, que, por sua vez, influenciam a forma como as atividades escolares e de sala de aula são concebidas. O autor em 2001, descreveu na obra “Organização e gestão da escola: teoria e prática”, a escola é “uma unidade

básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo”, considerando um ideário liberal, conferindo “às comunidades e às escolas a iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais” (Libâneo, 2001, p. 20).

A terceira concepção entende a escola como uma oportunidade de socialização, desenvolvendo o senso de cidadania, responsabilidade social e vida cooperativa. Para Verardi (2019) as finalidades da escola na expansão da cidadania implicam, uma mudança cultural especialmente importante no Brasil, pois implica na superação de valores e costumes enraizados entre seu povo, resultantes de diversos fatores historicamente. A escola costuma veicular uma ideologia hegemônica, enquanto a “escolarização” desenvolve o repertório básico fundamental para a formação da cidadania.

Neste sentido, entende-se que cabe a escola viabilizar os mecanismos de apoderamento dos saberes estabelecidos socialmente, apresentando como essência em seu espaço o desenvolvimento das capacidades intelectuais, sociais e culturais na formação dos alunos, por meio do processo de ensino-aprendizagem.

A finalidade da Escola poderia ser muito mais importante se fosse planejado com base nas características e necessidades da população atendida; por exemplo, se currículos e programas escolares fossem planejados respeitando o repertório da população e voltados para a formação do comportamento crítico, então a Escola certamente teria um grande efeito na formação da cidadania (Verardi, 2019).

Ainda, segundo Verardi (2019) além de repassar o conhecimento por meio de disciplinas formais, a escola deve estimular o respeito e o reconhecimento das diferenças individuais e a luta contra o preconceito, a discriminação e os privilégios por meio da consciência de direitos e deveres. Cada indivíduo deve confiar em si mesmo para entender sua contribuição para a transformação de sua própria realidade e para o bem comum do meio em que está inserido.

Ao refletir para que servem as escolas é necessário, também, se desvincular do sistema e das definições tradicional, na qual as escolas são muitas vezes alisadas como quase-mercado, cuja finalidade é entregar um produto, “o conhecimento e resultados”, sem prestar atenção a finalidade que a escola possui, quando prepara a pluralidade de indivíduos, ao se apropriarem destes resultados e sendo capazes de reconhecer seu lugar na sociedade, na economia e na cultura. A questão “Para que serve a escola” tem uma história complexa, pois cada espaço e tempo se traduz em mudanças nas interações e uma necessidade de adaptabilidade da sociedade (Young, 2007).

Na concepção de Erickson (1987) é possível reconhecer que a escola não é apenas um espaço responsável para transmitir os saberes, ou para preparar os alunos para o exercício de uma profissão no futuro. A finalidade da escola exige a participação de diversos agentes que atuem com o objetivo de proporcionar uma educação integral, à medida que os alunos progridam para tomar decisões em um mundo dinâmico. Essa legitimidade a finalidade da escola é essencial para que a sua função seja bem-sucedida em seus objetivos, como agente ativo onde as distribuições existentes de poder e conhecimento podem ser mudadas.

O objetivo de Erickson (1987) é expandir e mostrar o conceito de legitimação da escola como uma política necessária para ampliar a construção de um conceito que seja universal, e *“This involves a profound shift in everyday practices and symbolism away from hegemonic practices and towards transformative practices”* (Erickson, 1987, p. 355)¹. Nessa linha, o autor considera que as escolas possuem amplas funções e objetivos, a discussão sobre como relacioná-las a partir de expectativas pessoal, profissional, social e cultural, e a sua relação com o pensar a finalidade da existência da escola.

Discutir a escola implica em repensar não só os conteúdos do currículo, mas também as concepções sobre como são estabelecidas as relações pedagógicas, buscando antes de tudo formar intérpretes críticos sobre o mundo que se quer construir, e, em última análise, permitirá dar um sentido comum e uma finalidade compartilhada à escola e às suas aprendizagens.

Ayuso, Mendizabal e Ruiz-Alberdi (2023) defendem o valor e a finalidade da escola como geradora, por meio da cultura, de uma realidade significativa, que permite que as pessoas encontrem o sentido nas próprias vidas, possibilitando o encontro e o engajamento com os outros por meio da criação de finalidades comuns, cuja função de transmitir o conhecimento não suprime a inovação, a mudança e a criatividade, levando a uma nova concepção da finalidade da escola.

Por isso, é necessário que as políticas educacionais não reduzam a noção de competência ao saber-fazer, mas reafirmem sua visão humanista e integral que a escola possui. Para os autores, a escola pode ser vista com a finalidade da vida por meio do encontro com a cultura, permitindo que a pessoa amplie o olhar sobre si mesma para construir sua identidade pessoal de forma muito mais profunda, permitindo-lhe descobrir suas diferentes dimensões; e

¹ “Isso envolve uma mudança profunda nas práticas cotidianas e no simbolismo, afastando-se das práticas hegemônicas e em direção a práticas transformadoras” (Erickson, 1987, p. 355). (Tradução Livre).

é nesse processo de humanização que residem as promessas democratizantes do ensino (Ayuso; Mendizabal; Ruiz- Alberdi, 2023).

Esta transformação do desejo é a chave para poder comprometer-se com as exigências de uma cidadania democrática. Por fim, a cultura abre também a descoberta da própria dimensão biográfica, compreendendo-se como um ser com sua própria história na história. Ainda para Ayuso, Mendizabal e Ruiz-Alberdi a escola é lugar de formação de finalidades comuns, pois:

Help to reveal a truth in the concept of humanity through natural law and that questions about individual dignity and fulfillment are not relative and can be engaged in a common frame of reference. It can thus be said that, in a world dominated by the pragmatic logic of technology, schools safeguard the usefulness of what appears to be useless: Knowledge itself constitutes a bulwark against the delusions of the omnipotence of money and utilitarianism (Ayuso; Mendizabal; Ruiz- Alberdi, 2023, p. 57)².

Portanto, segundo Ayuso, Mendizabal e Ruiz- Alberdi (2023) a escola gera quadros de referência, onde não só as palavras ganham sentido, mas sobretudo valores e virtudes. Portanto, a escola em sua finalidade mais ampla, reside na verdadeira força da igualdade social e do compromisso com valores que permitir compaixão, cuidar dos outros, tolerância e coexistência pacífica, permitindo que a realidade seja inteligível, ao permitir que os alunos encontrem novos caminhos no mundo, gerando o sentido para a própria vida e finalidades comuns que possibilitam a vida em democracia.

Para Charlot, Zanette e Stecanela (2022), discutem o sentido (ou a falta de sentido)³ da escola desenvolvida por Charlot (2000) e especialmente, dos conhecimentos escolares para crianças e jovens pertencentes às classes populares da sociedade. Nos estudos desenvolvidos por Charlot (2000), busca entender o universo que compreende a escola e o processo de aprendizagem, analisando a finalidade que a escola tem para os alunos e as representações que estes têm sobre ela. Neste sentido, entende-se que o prazer de estudar, não só passar de ano e ter um bom emprego no futuro. Isso é importante também, mas ao visar só isso, eles não vão

² Ajudar a revelar uma verdade no conceito de humanidade através da lei natural e que as questões sobre a dignidade e a realização individual não são relativas e podem ser abordadas num quadro de referência comum. Pode-se assim dizer que, num mundo dominado pela lógica pragmática da tecnologia, as escolas salvaguardam a utilidade daquilo que parece inútil: o próprio conhecimento constitui um baluarte contra os delírios da onipotência do dinheiro e do utilitarismo (Ayuso; Mendizabal; Ruiz-Alberdi, 2023, p. 57). (Tradução Livre).

³ Aqui toma-se com o significado de “finalidades da escola”.

ser aprovados nem ter bons empregos mais tarde. A investigação sobre a escola deverá ter em conta, ao mesmo tempo, os seus valores implícitos e os seus princípios explícitos.

Charlot (2000) sustenta que existem formas distintas de construção do saber, resultantes das diferentes relações que o sujeito trava com o conhecimento em situações específicas, e que tais relações podem ser divididas em três dimensões: epistêmica (relações estabelecidas com o mundo); identitária (relações consigo mesmo) e social (relações com as pessoas com as quais convive).

Desse modo, procura-se entender o universo que compreende a escola e o processo de aprendizagem, o aprender requer uma atividade intelectual. Um indivíduo só se envolve em uma atividade que tenha um significado para ele/ela. Quando esse significado está distante do resultado desejado da ação de estudar, esse engajamento fica frágil. Em contrapartida, segundo Charlot, Zanette e Stecanela (2022), quando o motivo e o objetivo da atividade coincidem, este último é realizado com muito significado e há prazer em realizá-la, ainda mais em atingir o objetivo. Atividade, sentido, prazer: estes são os termos da equação pedagógica que deve ser resolvida.

Seguindo esta lógica, a escola tradicional identifica-se com o passado, pois foi concebida para fornecer informação aos alunos que se consideravam beneficiários. Isto criou uma estrutura de poder que manteve o professor como uma pessoa que espalha sabedoria e conhecimento, e os alunos como destinatários indefesos. O aluno com tal papel era passivo, um recipiente vazio que precisava ser preenchido. Em um ensino onde prevalece o papel docente do professor, não é possível a interação entre o professor e o aluno, e não há tempo suficiente para atividades independentes do aluno que ajudem a conseguir uma adoção cada vez melhor dos conteúdos de ensino. Por outro lado, ensino contemporâneo coloca os alunos no centro do processo da aprendizagem, refletindo a forma com que a pedagogia deve ser organizada, a fim de influenciar o desenvolvimento das capacidades cognitivas e intelectuais gerais do aluno. Uma das principais tarefas da escola contemporânea é descobrir e adotar conhecimentos que constituam um sistema completo, lógico e consistente. Apresentar o aluno à totalidade do mundo é tarefa da escola contemporânea.

Com esses argumentos, a construção e reconstrução da finalidade da escola possui múltiplas abordagens, entre elas verifica-se a finalidade da existência da escola sob o prisma da sua função de formadora da pessoa humana; como uma oportunidade de socialização,

desenvolvendo o senso de cidadania, responsabilidade social e vida cooperativa, na qual aborda-se a seguir.

2.2 A escola como espaço de socialização

Embora mantendo certa autonomia, o homem e a sociedade formam uma unidade indissolúvel, e a sociedade é gerada pela relação entre seus membros. O termo socialização é expresso na literatura por aprendizagem social, cultura e assim por diante. A escola enquanto espaço de formação e representação social, está estabelecida neste contexto (Moretto, 2021).

Assim, a escola também representa um espaço de socialização, desenvolvendo o senso de cidadania, responsabilidade social e vida cooperativa, pois, a socialização é um processo de comunicação interativa que envolve tanto o desenvolvimento individual como as influências pessoais, nomeadamente a recepção e interpretação pessoal de todas as mensagens sociais, mas também a dinâmica e o conteúdo das influências sociais (Frantz, 2001). Assim, a socialização é um processo complexo que se baseia na teoria da aprendizagem social, aprendizagem que é um mecanismo fundamental de assimilação da experiência social (Libâneo; Freitas, 2018).

Por isso é importante reexaminar continuamente a forma de organização da instituição escolar, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade de ensino, as diversidades inseridas nesse meio, assim como as relações cotidianas constituídas no espaço escolar e no contexto que os circundam, buscando desta forma a finalidade da escola na contemporaneidade (Frantz, 2001).

Nesta perspectiva, um dos objetivos da escolarização é socializar pessoas, grupos e/ou instituições que influenciam autoconceitos, emoções, atitudes e comportamentos. Essa influência ocorre em pequenos grupos e na sociedade e pode ser resultado de influências que atuam nas atitudes, crenças e comportamentos do indivíduo para se conformar às crenças, comportamentos e atitudes do grupo (Moretto, 2021). Assim, em todo esse processo, a escola representa claramente um aspecto da experiência de um indivíduo.

Entende-se que Paulo Freire traz para a escola o princípio da relação professor-aluno. Muitas vezes, como na vida social, tem se apresentado também, envolvida pelo autoritarismo, a ausência do diálogo, exigindo de todos, a aprendizagem da democracia, através da dialogação entre alunos, pais e professores, transformando a vida escolar em assunto de todos os envolvidos, assim como a vida política é assunto de toda a sociedade (Freire, 1997).

Para tanto, propõe uma educação transformadora, educação para a democracia pela participação de todos, calcada no homem livre, racional, capaz de promover mudanças através do consenso entre grupos e classes sociais, por meio de reformas histórico-culturais, ou seja, no pensar a realidade do trabalho humano como uma obra de cultura, um ato cultural (Masschelein; Simons, 2014).

O valor social da instituição escolar e de seus agentes, é descrito por Ana Paula Sampaio Caldeira (2021, p. 3) como o surgimento da “escola como instituição, ampliou seu campo de atuação e se banalizou. Essa banalização, é, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza [...], pois “[...] a escola se expandiu pela via da obrigatoriedade” (p.10). Nesse entendimento, considera-se que a escola não é o único agente responsável pela socialização, embora tenha sido concebida e universalizada com tal. Construiu-se, de fato, a ideia da escola como manto de “salvação” na sua função de introduzir o mundo à criança e socializá-la.

No tema deste estudo, aborda-se a finalidade da escola brasileira na contemporaneidade como agente de socialização, que além de currículos estruturados, segundo Moretto (2021) os sistemas escolares incorporam as habilidades necessárias que contribuem para o desenvolvimento global dos alunos como membros da sociedade. Percebe-se que a escola é um agente central de socialização, uma vez que reúne alunos de diferentes origens, replicando assim uma 'mini sociedade'. Assim é consolidado as diferentes contribuições teóricas acerca do papel de socialização da escola (Moretto, 2021). Observa-se que, no ensino contemporâneo, os alunos adquirem conhecimentos práticos e conceituais, ou seja, a qualidade da aprendizagem e do ensino na escola contemporânea incentiva a aprendizagem sistemática e ativa dos alunos. Ao fazer isso, eles desenvolvem a capacidade de observar, pensar criticamente, fazer julgamentos e raciocinar logicamente.

No sentido mais amplo, a socialização representa um processo de devir e formação da entidade social do ser humano integrando as forças formadoras da sociedade e dá-lhes uma orientação específica. A educação inclui um conjunto de influências socialmente geridas e sujeitas a correção; suas fontes são instituições de treinamento e educação e diferentes temas e espaços (Petrini; Wanderer, 2022).

As escolas costumam reforçar ou ampliar a socialização recebida na família, isso porque a escola é uma instituição artificial ou externa constituída para fins de socialização e transmissão cultural. A escola pode ser considerada como uma comunidade formalmente constituída em oposição a comunidades mútuas.

Considerando que os processos de socialização são complexos, e as investigações devem refletir isso conceitualmente para que essa sejam feitas associações que ligam comportamentos de socialização relacionados às interações sociais, acredita-se que se refere ao aprendizado social que as crianças passam quando entram em outras instituições sociais, como a escola. As características da escola, dos professores e do grupo de pares influenciam a socialização das crianças no ambiente escolar. A família continua sendo uma parte importante da socialização das crianças, mesmo quando elas ingressam na escola.

Para repensar a escola como espaço e tempo ao mesmo tempo políticos e suspensos da política, escola envolve vários deveres e obrigações, o principal dos quais, “a escola é uma forma de reunião, pois sempre envolve mais de um aluno” (Masschelein; Simons, 2015, 91). As interações comunitárias intensas que ela impõe exigem várias formas de engajamento político, às vezes diretamente contra ela (como quando os alunos protestam contra os regulamentos e políticas de sua escola) e em outros momentos contra ela (como quando os alunos protestam na escola contra a política do estado).

Por meio de conexões e cooperações que provavelmente não teriam se formado se não fosse o agrupamento de pessoas diferentes, para Libâneo e Freitas (2018, p. 14) a socialização no ambiente escolar refere-se a um conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que podem auxiliar no “desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social”, dentro de determinado contexto, assim como a “reconfiguração da educação como impulsionadora da produtividade e competitividade a serviço do mercado globalizado”.

Assim, olhando em muitas direções, escolas e sociedades estão intimamente ligadas. Há, a princípio, uma ideia persistente de que as escolas podem e devem refletir a sociedade e tornar a educação diretamente relevante para a vida dentro dessa sociedade. Para oferecer um exemplo notável, Durkheim (2011) sugeriu que, no século XIX, quando a educação se afastou do abstrato, surgiu uma necessidade sentida de “educar [as crianças] na escola da realidade” (p. 292). A educação não seria mais apenas um exercício acadêmico, mas um projeto formal fundamentado nas necessidades permanentes da sociedade.

Para Durkheim (2011), a educação “é uma função da organização social da sociedade”, e esse é uma das finalidades da escola. A educação como prática e a escola como instituição servem, assim, para sustentar a sociedade. A partir dessa concepção, a educação é menos sobre

indivíduos adquirindo coisas (como habilidades ou conhecimento) e mais sobre um todo social. Além disso, relaciona-se intimamente a educação com a existência da sociedade, para o autor:

A educação é, então, somente o meio pelo qual a sociedade prepara nas crianças as condições essenciais de sua própria existência. A relevância da escola para o mundo além das portas da escola sustenta a sociedade como um todo. A escola não apenas reflete e sustenta a sociedade; também o produz. Do ponto de vista da pedagogia crítica ou de uma estrutura deweyana, as escolas também podem servir a ideias ambiciosas sobre o que as sociedades ainda podem se tornar. A escola pode ser um lugar crítico para construir sociedades melhores. Reflete não o que é, mas o que pode vir a ser (Durkheim, 2011, p. 71).

Para Émile Durkheim (2011), a sociedade só pode sobreviver se existir entre seus membros (família, escola e comunidade) um grau suficiente de homogeneidade; “a educação perpetua e reforça essa homogeneidade fixando na criança, desde o início, as semelhanças essenciais que a vida coletiva exige” (p.70). Nessa linha, compreende-se que a escola combina as abordagens formal (como ensino em sala de aula, aplicação de multas, suspensão, expulsões, menção oficial e preços) e informal (como grupo e influências) em sua função socializadora, desempenhando essa função, principalmente por meio de habilidades intelectuais, habilidades quantitativas e outras habilidades cognitivas.

O argumento sustentado por Durkheim (2011), permite que os alunos sejam socializados para que se tornem membros independentes e ao mesmo tempo capazes de moldar valores e atitudes para as necessidades da sociedade contemporânea. Durkheim (2011), enfatiza que a vida em sociedade, não se preocupa apenas com as necessidades básicas da existência física e com os costumes reguladores do grupo, mas também:

Com o que é chamado de cultura, conhecimentos, habilidades, registros de vários tipos, e "esse acúmulo só é possível na e através da sociedade" e da escola. Da mesma forma, não são apenas simples informações que se transmite no convívio, mas também como devem ser interpretados esses saberes e essas habilidades e entendimentos: "a sociedade frequentemente acha necessário que se veja as coisas de um certo ângulo e as sintamos de uma certa maneira ". A iniciação das crianças pelos adultos na sociedade, enfatiza-se a importância absoluta da escola no desenvolvimento do indivíduo. Tendo em mente que a escola é, uma instituição de fortalecimento, coesão social e de aprendizado da socialização, a igualdade de oportunidades, outro princípio liberal, visa justamente a promover a unidade essencialmente social (Durkheim, 2011, p. 77-83).

Considera-se, deste modo, segundo Moretto (2021) que a escola ensina a cooperação mútua, instila o padrão de respeito da comunidade, assim como se relacionar bem com os

outros, acolhendo as regras de convívio pacífico, capacitando os alunos a intencionar a cultura de sua sociedade, atitudes tolerantes e humanitárias. Como as crianças vêm de origens diferentes, o trabalho da escola é, portanto, interceptar e mudar ou modificar aqueles aspectos que podem não ser aceitáveis para a comunidade. Conforme Frantz (2001) no ambiente escolar é onde ocorre o aprendizado do novo papel como aluno, pois:

No diálogo da cooperação, cumpre-se a educação, fundada no processo de construção e reconstrução dos diferentes saberes daqueles que participam da organização e das práticas cooperativas. Há, portanto, uma estreita relação entre esses dois fenômenos, entre essas duas práticas sociais: na prática cooperativa, para além de suas finalidades e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação (Frantz, 2001, p. 244).

Outra forma de ver a história da escolarização (escola) ao longo dos últimos anos, como descrito por John Dewey a "educação" deve ser um processo de crescimento na vida social, é descrever as qualidades de uma sociedade verdadeiramente democrática, de modo que a socialização para tal sociedade abrangeria tudo o que alguém poderia desejar incluir em um conceito adequado de educação ou escolarização (Libâneo, 2016).

Através da educação, o aluno aprenderá a cooperar, cumprir as regras do grupo, harmonizar suas exigências com as do grupo e agir de acordo. Tais comportamentos inter-relacionais têm a finalidade de socialização da criança e capitalização de seu potencial no plano da personalidade, que está em contínuo desenvolvimento e expansão (Frantz, 2001).

Para integrar e cooperar de forma mútua, segundo Libâneo e Freitas (2018) o aluno deve atingir um determinado nível de socialização, o que implica uma forma de perceber e considerar as qualidades daqueles com quem entra em contato. Em vista disso, é importante mencionar que fora das famílias, as escolas são a principal instituição socializadora, espera-se que ensine às crianças o conhecimento, as habilidades e a compreensão do mundo de que precisam para se formar em uma idade adulta competente e saudável.

Como indivíduos, a socialização como função da escola fornece os meios pelos quais gradualmente os alunos tornam-se capazes de ver como se encaixam no mundo, aprendendo a forma como isso ocorre e o que é transmitido em termos de normas e valores culturais seja diferente, para Pimentel et al. (2021) toda sociedade depende da socialização para garantir sua sobrevivência, pois a socialização é o meio pelo qual a sociedade transmite sua cultura de geração em geração e se mantém.

Masschelein e Simons (2014, p. 28) fundamentam seu argumento no exemplo histórico de *skholé*, traduzido aproximadamente como “tempo livre”, onde homens ricos nas cidades/estado gregas estudavam e praticavam em seu tempo de lazer. Os autores ressignificam o uso desse tempo livre, vendo-o como uma “democratização, equalização e geração de um tempo igualitário onde qualquer um, sem qualquer qualificação particular, pode ingressar e fazer a escola” (p. 28).

Para Pimentel et al. (2021) a finalidade singular da escola é que cada aluno realize seu potencial individual. Embora a sociedade possa se beneficiar, finalidade e os objetivos primeiro pertencem ao indivíduo.

Isso incluiria, por exemplo, segundo Moretto (2021) o desenvolvimento dos alunos na aquisição de conhecimento e habilidades. Por outro lado, as finalidades coletivas de socialização na função da escola incluem a criação de uma cultura emponderada, bem como a manutenção ou eficiência das relações sociais.

As escolas não apenas ajudam os alunos a se desenvolverem, em termos de crescimento relacionados às disciplinas curriculares, mas também incutem o trabalho em equipe, a cooperação, a empatia, a inclusão e outras atitudes relacionadas a não discriminação, respeito e tolerância. Desta forma, o conceito de cooperação permite diversas conotações, neste estudo define-se como “ações, relações entre indivíduos dentro do espaço escolar em direção a um fim comum” (Frantz, 2001, p. 242).

Como agente socializador, conforme Petrini e Wanderer (2022) a escola assume um papel muito importante e o meio pelo qual o indivíduo adquire normas e valores sociais (valores de realização, ideais cívicos, solidariedade e lealdade grupal, etc.) além daqueles disponíveis para aprendizado na família e em outros grupos, a consciência de responsabilidade e cooperação, assim como o seu papel na formação de cidadania. Neste debate, Petrini e Wanderer (2022) reconhecem o valor do papel da escola no processo de socialização como:

Ao transmitir para os alunos, a capacidade de entender o seu papel no mundo, fortalecer suas responsabilidades, pensar de forma crítica sobre diferentes assuntos, como questões políticas e sociais e participar da vida cívica, respeitando as diferenças, cuja educação possibilita a construção de uma nação fortalecida. Normalmente, o aprendizado na escola é repassado no contexto familiar, pois, alunos podem expandir suas experiências espalhando a cientificidade e valorizando o conhecimento adquirido. A diversidade de opiniões acerca da função social ou de socialização da escola, permite argumentar que é um processo de contínua celebração e valorização para capacitar os alunos a tomar decisões significativas, transformando as escolas em

centros de reflexão, na busca por respostas para concretizar sociedades mais justas, pacíficas e sustentáveis (Petrini; Wanderer, 2022, p. 1022).

Neste cenário, Petrini e Wanderer (2022) entendem que a 'socialização', aqui é vista, como um processo de convidar a verdade e a possibilidade, de encorajar e dar tempo à descoberta, trazendo à tona ou desenvolvendo o potencial tanto em si mesmos quanto nos outros. A mensagem da função da escola como agente de socialização apresenta caráter singular, organizada em torno de processos de construção de múltiplas finalidades para entender e aprender sobre a complexidade social, com mais oportunidades de fazer as escolhas certas.

As finalidades da escola são abordadas no estudo de Moretto (2021) qual seja, ser uma das instituições oportunizar o conhecimento e ferramentas para maximizar as condições de igualdade social, ou em razão de uma formação de um corpo científico de profissionais, resultando em um processo de aprendizagem real. A formação intelectual é a primordial condição da função da escola, para o desenvolvimento pessoal e da sociedade, por conseguinte, influencia a ordem social e cultural da qual o aluno faz parte.

Tais observações sugerem ainda que a escola não precisa ser exclusivamente um local de preparação para o jovem participar da sociedade. A escola não precisa ser uma instituição para efetivamente manter a sociedade. Nem precisa ser um lugar para produzir diferentes sociedades futuras. Para Masschelein e Simons (2014, p. 29), a escola pode ser um local especificamente improdutivo. Eles não usam improdutivo em termos de sugerir uma folga ou que os sobreviventes possam fazer uma pausa rápida para se recuperar. Tais concepções atendem à necessidade de reproduzir especificamente aspectos básicos de uma sociedade (digamos, produção capitalista ou sobrevivência em um mundo zumbi sustentado por períodos de descanso).

Masschelein e Simons (2014) oferecem o exemplo de um motor de carro. Fora da escola, um motor é algo para consertar corretamente. Deve funcionar (especialmente se for usado para escapar de zumbis). Dentro da escola, no entanto, o motor torna-se algo para brincar e explorar. O motor parece mais uma peça de museu do que uma oficina mecânica. Ao invés de uma ferramenta, torna-se um objeto de estudo e diversão. Mais uma vez, a escola aqui não está dentro da sociedade, mas ligeiramente fora dela, em outra dimensão. Se a escola é um lugar de suspensão, Masschelein e Simons sugerem que “a escola dá às pessoas uma chance

(temporariamente, por um curto período de tempo), de se tornarem alunos como todos os outros” (p. 32).

Na perspectiva de Falleiros (2005, p. 211), a finalidade da educação para a sociabilidade relaciona-se ao papel socializador e integrador da escola” para desenvolver nos alunos comportamentos e atitudes de cooperação, solidariedade, reciprocidade e convivência, frente a diversidade social e cultural, dentro de um espaço de aprendizagem. Desse modo, essa função da escola no processo de socialização é a própria educação, que compõem o desenvolvimento global de um indivíduo, preparando-o para o mundo e para o seu crescimento pessoal.

Libâneo (2016) revela a centralidade da escolarização, escola e educação, demonstrando que o ato educativo se configura na intercessão de apoio psicológico, pedagógico e fenômenos sócio-políticos, como uma construção histórica dada em a relação entre os indivíduos e sociedade. Sua compreensão como uma atividade pedagógico-didática politicamente relacionada com a totalidade do social.

A partir dessa análise, Libâneo (2016) destaca a especificidade da reorientação da Pedagogia crítico-social, justamente com o foco no papel da escola em disseminar conhecimentos que instrumentaliza a socialização por meio do conhecimento, para a democratização da escola como espaço de democratização da sociedade pela “[...] divulgação da escolarização para todos, pela sua emancipação para sua emancipação” (p. 136).

Entende-se, portanto, que a escola precisa essencialmente integrar as habilidades de criatividade, pensamento crítico, comunicação e colaboração exigidas cidadãos éticos, além de priorizar a profundidade e não a amplitude do aprendizado, promovendo a solução o trabalho em equipe, adaptando-se aos avanços emergentes e preparando os alunos para uma vida plena em sociedade.

3 A ESCOLA COMO FORMAÇÃO GERAL/PROPEDÊUTICA

A presente seção discutirá concepções e práticas educativas relacionadas as finalidades da escola de educação básica como formação geral/propedêutica.

A origem da palavra propedêutico, segundo Minuzzi, Machado e Coutinho (2022) vem do termo grego *propaideutikós*, é relativo à expressão “instrução, instrutivo ou instruir”. É utilizado para tratar etapas iniciais no processo da aprendizagem, expressando a ideia de “antes de” e *paideutikós* se refere à ideia de ensino. Consequentemente, a propedêutica se refere a uma educação iniciadora ou prévia, instrução preparatória, ciência preliminar, introdução a estudos mais desenvolvidos de determinada disciplina.

De outra forma:

A palavra “propedêutico” vem de “introdução” e busca fornecer fundamentos sobre determinado conhecimento, de forma mais generalista [...] O termo também é utilizado para diferenciar disciplinas regulares daquelas oferecidas pelo ensino profissional técnico. No primeiro caso, podemos pensar em português, matemática, física, biologia, história, sociologia e filosofia, entre outras⁴.

No campo da filosofia o termo ‘propedêutico’ ou ‘propedêutica’ também expressa a ideia de início, ou base de conhecimentos gerais sobre os quais se desenvolverão, posteriormente, estudos mais aprofundados. Assim:

Propedêutica (do gr. *propaideuein*) Estudo introdutório ou preparatório que serve de iniciação a uma ciência. Ciência cujo estudo serve de preparação ou introdução a outra. Ex.: a lógica como propedêutica à teoria do conhecimento: “a lógica como propedêutica constitui um tipo de vestíbulo para as ciências” (Kant, *Crítica da razão pura*). Tratado científico de caráter introdutório e geral. Ex.: a Propedêutica filosófica de Hegel (1809-1816) (Japiassú; Marcondes, 2001, p. 157).

De tal modo, por educação propedêutica reconhece-se a formação (curso ou parte desse) que introduz conteúdos nas áreas de artes, ciências, educação e outras. Essa visa suprir a necessidade básica de conhecimento em um assunto, mas não oferece capacitação profissional. Tal proposta aproxima-se da conceituação de epísteme, entendida como a busca do conhecimento em estado puro, validada pela metodologia e discurso científicos.

⁴ Dicionário – Ensino Propedêutico. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/ensino-propedeutico>

3.1 Reflexão conceitual da escola como formação propedêutica

A singularidade dos estudos propedêuticos, proporciona uma possibilidade de adoção de estudos com abordagem interdisciplinar, vinculando conhecimentos básicos por sua estrutura. Dessa maneira, ao elaborar um programa curricular (seja em uma disciplina específica ou, de forma mais abrangente, em toda a variedade de disciplinas em uma instituição ou sistema educacional), há uma possibilidade de organização interdisciplinar.

Conforme Young (2007) isso confere ao currículo a característica capaz de transmitir as opiniões, crenças e culturas modeladas pelos sujeitos, propostos sobre a função da escola na formação geral/propedêutica, inclui a identificação da produção de conhecimento e alunos instruídos, o fomento da curiosidade, o aumento da compreensão, o aumento da imaginação, a cidadania dos alunos, o fomento da racionalidade e/ou autonomia e o desenvolvimento nos alunos de cuidado, e a associação do interesse e atitudes diante da sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, Carvalho e Souza (2014) citam que houve inúmeras reflexões sobre teorias curriculares das escolas, bem como de sua função, particularmente a partir de perspectivas marxistas e pós-modernas, que ofereceram uma análise reflexiva e filosófica de que em muitos sistemas educacionais, incluindo os das democracias ocidentais, serviam aos interesses das poderosas elites culturais.

Outrossim, essa autonomia precisa ter fundamento nos interesses dos alunos, de maneira que se baseia em conhecimento prévio, e então somado a escolarização curricular, que incluem recursos, esforço do professor e do aluno, generalização ou valor de transferência do conteúdo, autoconsciência, emancipação de formas estereotipadas de pensar e perceber, empatia, intuição, pensamento crítico e julgamento independente (Menezes, 2001).

No Brasil, como especificidade sobre o tema, a escola vem atuando como uma instituição de preparação geral básica capaz de possibilitar o desdobramento decorrente de uma área de estudo ou conhecimento. Conforme a LDB, em seu artigo 35, parágrafos I, II, III e IV, (BRASIL, 1996); ou seja, a função básica da escola é assegurar a aquisição de conhecimentos, valores necessários à cidadania do indivíduo.

Em vista disso, ressalta-se a escola em sua finalidade universal de formação descrito por Dermeval Saviani, tem como compromisso um modelo de educação emancipadora para o livre desenvolvimento de todos. Para Saviani (2017, p. 654) a escola é uma instituição privilegiada de “construção da ordem democrática” e a “escola democrática” está relacionada intimamente

com o conceito da cidadania”, por ele entendida como a noção de igualdade jurídica, sem transmutar, a complexa dinâmica socioeconômica do mundo.

Nessa lógica, Paulo Freire (2007, p. 22) cita que se o compromisso da escola e da educação é “realmente com o homem concreto, como geradora de sua humanização e libertação, não pode abstrair da ciência, nem mesmo da tecnologia, com as quais as escolas vão se instrumentalizando para melhor empenharem-se por esta causa”.

Do mesmo modo, Paulo Freire (1979) esclarece que a escola é uma instituição que precisa combinar configurações escolares instrucionais mais ‘tradicionais’ com o “mundo real”, ou seja, o mundo tangível que cerca a escola, e possibilita a convivência contínua com o saber, o pensar e a necessária.

Portanto, se a escola tem uma centralidade meramente utilitarista, buscando integrar e transformar os alunos mais vulneráveis em mão de obra qualificada, ou meramente propedêutica, sem ligação com o mundo real, ela não seria adequada a:

...um modelo educacional baseado na prática da liberdade, capaz de compor a autossuficiência nos sujeitos, que os prepare para um mundo em rápida mudança e, de certa forma, imprevisível, capacitando-os para contribuir para um mundo em transição e levando-os a superar as forças dominantes e opressivas na sociedade, e, assim, assegurar uma vocação no anseio de liberdade, de justiça, de luta pela recuperação de sua humanidade roubada. Tal libertação, só pode acontecer quando provoca uma consciência crítica da relação subentendida entre consciência e mundo e, ainda, é um procedimento pelo qual o educador sugestiona ao educando o reconhecimento a desvelar a realidade criticamente. Nessa visão, segundo o educador, em oposição à educação como prática da dominação – nega que o homem seja abstrato, isolado, independente e desapegado do mundo; também nega que o mundo exista como uma realidade separada das pessoas. A reflexão autêntica não considera nem o homem abstrato nem o mundo sem pessoas, mas as pessoas em suas relações com o mundo. Nessas relações, a consciência e o mundo são simultâneos: a consciência não precede o mundo nem o segue. (Freire, 1979, p. 30).

Outro defensor do sistema escolar, Eric A. Hanushek (2010) enfatiza que é necessário que as escolas possuam condições que proporcionem a formação inicial de qualidade, infraestrutura condizente a facilitação do aprendizado, e principalmente a valorização docente e o seu aperfeiçoamento contínuo, em que, juntos, escola, professores a aluno permitam a construção dialógica e crítica do conhecimento. Todavia, é preciso zelo pois, conforme Hanushek (2010), as disparidades na qualidade das escolas indicam, resultados e desempenhos futuros muito diferentes. Essa diferença se repete também em escolas e estados do Brasil.

A formação propedêutica prévia, agrega métodos consecutivos de desenvolvimento profissional, visando a dinamicidade do ensino nas escolas. Assim, é mais do que simplesmente ampliar informações e conhecimentos teóricos (formação propedêutica/epistemológica) que beneficiam apenas uma prática posterior, esse é um processo de conquista pessoal, vinculado ao domínio de teorias, disciplinas e metodologias de ensino, e que propicia a articulação dialética entre a prática social na função da escola (Carvalho; Souza, 2014, p. 887).

3.2 As finalidades da escola na formação geral e humana dos alunos

Considerando a realidade socioeconômica e educacional brasileira, outra finalidade da escola é alcançar, na perspectiva de uma sociedade justa, a integração entre o pensar criticamente, planejar e a apropriação do aluno para a construção de sua história, sua formação humana, atuação como cidadão interligado dignamente à sua sociedade. Formação que, nesta percepção, se traduz na compreensão das relações sociais em sua finalidade plena para todos em uma perspectiva de futuro. Conforme Saviani (2017), o desenvolvimento humano integral abrange essa complexidade, na qual as finalidades da escola adquirem uma visão para a dignidade humana, que preza a pessoa (o aluno) como um todo.

Este entendimento, também foi sustentado pelo Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024) que apresentou em sua Meta 6: “Oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica” (Brasil, 2014), estratégias para sua efetivação, articulando diretrizes gerais para a qualidade do ensino, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais para a formação humana integral (Varani, Campos, Rossin, 2019).

Para que a escola consiga alcançar a formação integral de seus alunos, será necessário a unificação com outras instituições sociais, que entrelaçadas poderão atuar para que a promoção do conhecimento desprenda “o aluno da condição do não conhecer, do não saber e, de maneira especial, da lacuna do não aprender” (Rodrigues, 2001, p. 250). Essa caracterização é compartilhada por Marques e Castanho (2014) quando mencionam que a escola atual tem um papel importante no desenvolvimento da personalidade, na formação da consciência nacional e na consciência da humanidade comuns.

Na medida em que reúnem aspectos e objetivos comuns, as sociedades suscitaram responsabilidades aos sistemas escolares pela continuação da vida social e pela educação do

indivíduo de acordo com as expectativas da sociedade, as escolas tornaram-se os centros básicos e indispensáveis e associações de instituição de ensino em sociedades complexas (Marques; Castanho, 2011).

Além do fato de ser uma agência social e de ser influenciada pela sociedade, Caldeira (2021) enfatiza que, a escola está inseparavelmente relacionada a outras instituições sociais como família, religião, economia, política, etc. Entende-se que, na medida em que todas essas instituições sociais estão interligadas, mudanças em uma certamente terão um impacto direto ou indireto em outras.

E isso, segundo Rodrigues (2001) possibilita que o aluno estabeleça conexões e valores, e seja capaz de conhecer o mundo, adaptando-se a ele na qualidade de antecessor dos conhecimentos, atitudes humanizadas e a responsabilidade da integralidade ética das gerações que o sucederam. Para Libâneo (2016, p. 57):

Cumprir esclarecer, antes de tudo, que o reconhecimento da diferença e, assim, da diversidade social e cultural da convivência humana, e de modo especial na escola, representa um imenso avanço na vida social. A diferença não é uma excepcionalidade, mas sim condição constitutiva de todos os seres humanos e nenhuma ação educativa pode ignorar isso. No entanto, cabe distinguir diversidade social e desigualdade social. A valorização do atendimento à diversidade não pode obscurecer a realidade das desigualdades sociais. Estas não decorrem das diferenças individuais e culturais, sendo fruto da injustiça social.

Como já mencionado, a escola oferece um ambiente especial conscientemente projetado para que a geração mais jovem absorva os diferentes valores considerados desejáveis para a sociedade. Contudo, para Caldeira (2021) o fato de que a escola busca alcançar esses objetivos, também refletem a pluralidade e diversidade para a construção da justiça, da equidade e da liberdade, instigando os alunos a serem partícipes de um processo civilizatório.

Nessa linha, a compreensão volta-se a formar o ser humano deve orientá-los a entenderem a dimensão de outros princípios e valores, sem os quais a vida social diante da integralidade do ser humano e sua dignidade se destruirá. Eis alguns dos grandes desafios para uma das finalidades da escola como ação formadora do ser humano.

No âmbito da educação propedêutica descritos por Saviani (1996), de maneira mais geral, os desafios enfrentados pelos docentes quanto à formação e compreensão desses saberes são evidentes, mas a escola pode ocupar a finalidade ampla na formação humana e intelectual, ao viabilizar e possibilitar ao aluno, com vistas ao ser humano, as condições imperativas para

que o mesmo possa desenvolver-se integralmente e, de posse dos diversos conhecimentos, consolidar sua existência em sociedade.

Deste modo, concretizar os preceitos das Constituição Federal brasileira, de 1988, do artigo 205, haja vista: “[...] o pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (Brasil, 1988, p. 38). Esse entendimento também foi estabelecido no artigo 1º da LDB, segundo o qual envolve “[...] os processos formativos desenvolvidos nas instituições de ensino[...]” (Brasil, 1996), que ao nosso ver possibilita que todas as áreas do conhecimento uma das finalidades da escola.

A democracia real possibilitaria a verdadeira emancipação humana e o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos (Saviani, 2017). Acredita-se, pois, que é pela relevância que a escola demonstra na sociedade brasileira, como um ambiente essencial de formação do desenvolvimento pessoal, como lugar que enfatiza a mobilidade social, acesso, equidade, igualdade de oportunidades, trabalhando em direção a uma maior consistência dentre outros espaços, e que se refere a um sistema educativo participativo, que propende à suplantação das desigualdades, da discriminação e das disparidades sociais.

Parte dessas tendências tem em comum a defesa da escola como articuladora da justiça social, com uma visão para alcançar mudanças expressivas na inclusão social, no combate à discriminação, valorizando os direitos humanos com as atividades criadoras nas mais variadas configurações, em que o trabalho é centralidade do ser social e devem ser implementados nas mentes, culturas e ações das pessoas, que compõem o humano genérico (Varani, Campos, Rossin, 2019). Tais argumentos, são defendidos por Libâneo (2016, p. 58):

Essas considerações levam a outro posicionamento sobre as finalidades da escola, em que se põe em outros termos a relação entre desigualdade social e desigualdade educativa, sem desconsiderar a diversidade social e cultural. Propõe-se que escola com qualidade educativa seja aquela que assegure as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzidos historicamente e, por meio deles, alcancem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral.

Assim, conforme Libâneo (2016) a escola na finalidade da formação humana visa construir uma cultura de respeito pela ação na defesa e promoção da educação intelectual, com as atividades criadoras nas mais variadas expressões, concebendo a igualmente e os princípios vitais ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e a realização da dignidade dos alunos, conferindo-lhes o direito à identidade, liberdades de pensamento, capacidade de participação, liberdade, igualdade e respeito pelos direitos de todos.

4 A ESCOLA COMO FORMAÇÃO DO CIDADÃO

A escola como elemento de educação para a formação do cidadão é considerada por Moacir Gadotti (2004/2006); José Carlos Libâneo (1994/1995/2001/2004/2005/2016); Paulo Freire (1979/1997/2002/2007); Demerval Saviani (1996/2011/2017), entre outros teóricos como a parte essencial a preparar cidadãos responsáveis, participantes ativos em na sociedade, e munidos de competências intelectuais e comportamentais e várias habilidades teóricas e práticas para iniciar sua vida independente. Em vista disso, o presente capítulo aborda a escola como formação do cidadão, entendendo que as normas e práticas educativas que buscam socializar as gerações futuras no âmbito da nação, a escola para a cidadania é sempre um processo contínuo e orientado para o futuro, guiado por visões que permitam ao aluno atuar como cidadãos, organizando-se e defendendo seus interesses e da coletividade.

Embora a noção de cidadania remonte à Grécia Antiga, o conceito de cidadania em sua essência, pode ser pensada como um conjunto de práticas sociais que definem a natureza da pertença social (Verardi, 2019). Refere-se segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a um conjunto de normas cívicas, identidades políticas e práticas comportamentais, com múltiplas dimensões e pode abranger direitos e deveres do cidadão (Unesco, 2016).

Desta forma, a UNESCO enfatiza que os significados de cidadania podem diferir, mas há consonância ao mencionar que uma das finalidades das escolas, são lugares para promover uma cultura cívica, sendo uma aspiração internacional em demanda generalizada nos sistemas educacionais de hoje (Unesco, 2016).

Apesar desse objetivo não ser novo, ele ganha novas dimensões no contexto das aspirações sociais e políticas que surgiram no final do século XXI: multiculturalismo, direitos das minorias, igualdade de gênero, reconhecimento dos excluídos etc. Ainda assim, o termo “cidadania” é a pertença a uma comunidade política e nacional, que exige conhecimentos e competências para atuar na comunidade, bem como um sentimento de identificação com esta comunidade (Verardi, 2019).

Alcançar esses objetivos é um processo escolar completo, e não algo que possa ser atribuído a uma intervenção curricular ou atividade educacional específica. De fato, pode-se argumentar que toda educação contribui para a construção da cidadania e que as escolas desempenham um papel vital na promoção da cidadania, despertando nos alunos a capacidade

de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem (Ficagna; Orth, 2010). Sobre a temática, apresentam-se os estudos descritos a seguir.

4.1 Delineamentos conceituais da educação no espaço escolar para cidadania

As escolas enquanto protagonista na formação do aluno, possui diferentes finalidades quanto a importância da cidadania como parte da aprendizagem ao longo da vida. O interesse na educação para a cidadania tem crescido, pois é amplamente reconhecido que a compreensão que envolve os alunos sobre a cidadania traz benefícios sociais necessários para manter valores e crenças, formando cidadãos cumpridores da lei, conscientes dos seus deveres e responsabilidades para com o Estado e a sociedade (Gadotti, 2006).

O Brasil possui um Produto Interno Bruto (PIB) que o coloca no 4º lugar de *ranking* global de crescimento, em 2023, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Desta forma, uma das questões a serem pontuadas referem-se as condições precárias da vida social e econômica em seu vasto território, pois segundo a Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) além da baixa escolaridade, muitas em situação de extrema pobreza, que em sua maioria, são alheias aos seus direitos, como a transmissão de valores centrais ou 'virtudes cidadãs' de solidariedade para unir os membros de uma comunidade (Unicef, 2023). De acordo com o Relatório divulgado em 14 de fevereiro de 2023, “no Brasil, ao menos 32 milhões de meninas e meninos (63% do total) vivem na pobreza, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação” (Unicef, 2023).

Destaca-se que em 2015, a UNESCO reconheceu os níveis crescentes de desigualdades sociais, participação desigual de populações marginalizadas nos benefícios do processo e resultados do desenvolvimento social, argumentando que a educação para a cidadania deve ocupar o centro dos sistemas escolares, cujo foco é o objetivo global de promover a paz, a construção da nação e a coesão social (Unesco, 2016). Trata-se da Agenda 2030 que demonstrou uma compreensão das questões emergentes da educação para a cidadania, precisaria ser introduzida em todas as Instituições de Ensino (IE), fortalecendo o papel das escolas até o Ensino Superior em diferentes contextos de desenvolvimento dos alunos (Unesco, 2022).

Neste contexto, a finalidade da escola formativa para a inclusão e a cidadania, precisa saber lidar com as tensões entre demandas nacionais, políticas, socioculturais e econômicas, fortes culturas locais, geracionalmente organizadas, étnicas e de gênero baseadas em determinada comunidade, possibilitando aos alunos, crianças e jovens, uma série de responsabilidades e deveres, e o compromisso de um sistema educacional unificado, igualitário capaz de contribuir, para combater as desigualdade educacionais existentes.

Conforme Gadotti (2016), Paulo Freire definiu a educação “para e pela cidadania”, concebendo o modelo de Escola Cidadã, como aquela que se assume como um centro de direitos e deveres, coerente com a liberdade, voltada a realidade da comunidade, na perspectiva unitária de sociedade e de educação. Por isso, é enfatizado que a escola é um espaço que luta constantemente pela mitigação das desigualdades, possuindo todas as condições de produção social da existência igualitárias.

O acesso a oportunidades, mesmo que a finalidade seja a formação “para e pela cidadania”, as escolas e as políticas públicas educacionais que as promovem, têm uma estruturação própria, e que na verdade deveria ser adequada a cada realidade. Porém partilham de uma finalidade principal, que é educar para a cidadania, respeitando características regionais, em seus contextos histórico e culturais, juntamente com a participação na comunidade, buscando minimizar as diferenças socioeconômicas.

Da mesma forma, Gadotti (2016) enfatiza que cada escola possui características únicas, fruto de suas próprias adequações, cujo objetivo fundamental é nutrir o desenvolvimento intelectual, físico, social e emocional dos alunos, pronunciadas na educação para a cidadania. Com efeito, e as escolas serão realmente cidadãs, quando estiverem alinhadas pela solidariedade com as demais instituições de ensino. José Carlos Libâneo (1994) leciona que:

A escola deve ser unitária. O ensino básico é um direito fundamental de todos os brasileiros e um dever do Estado para com a sociedade, cabendo-lhe a responsabilidade de assegurar a escolarização da população, promovendo metas educacionais que ajudem comunidades mais vulneráveis a alcançar o seu acesso, cujas ações a serem desenvolvidos na escola, expressando a cultura desta, emponderada de princípios morais, significações, conhecimentos, competências e a compreensão de que os alunos necessitam para desempenharem um papel pleno numa sociedade democrática, como cidadãos ativos e responsáveis. (p. 37).

Em um mundo interdependente e em rápida mudança, a escola no contexto da cidadania pode e deve ajudar os alunos a enfrentar os desafios que, em sua finalidade mais ampla, inclui

certos direitos e responsabilidades e sugere que a educação para a cidadania é essencial para manter as estruturas democráticas (Young, 2007). Assim, acredita-se que as escolas devem desempenhar um papel importante na educação dos alunos sobre democracia e cidadania para capacitá-los a participar de uma prática ativa e reflexiva.

Conforme Ficagna e Orth (2010) ao refletirem sobre as finalidades da escola na formação da cidadania, direciona os alunos a atuar positivamente no mundo em que vivem, ao serem inseridos nesse processo, e por conseguinte cada experiência escolar traz uma imensa possibilidade para que os alunos internalizem os valores, atitudes e competências necessárias para valorizar o seu meio, pois, se sentirão como sujeitos transformadores.

Paulo Freire (1996, p. 85) enfatiza que “o papel do sujeito no mundo é também o de quem intervém”, ou seja, daquele que busca promover a igualdade, prosperidade, inclusão e desenvolvimento político e econômico de longo prazo. A este respeito, para Ficagna e Orth (2010) a escola como elemento de educação nas comunidades de hoje é considerada a parte mais vital de um sistema cultural na formação de cidadãos ativos e efetivos, pois a estrutura comportamental e de características dos alunos se forma em função da formação escolar.

Verardi (2019) complementa a afirmação, a cidadania é um processo relacionado a toda a vida e, portanto, todas as pessoas precisam dela em todas as etapas vida para serem tratadas por uma percepção correta e objetiva nos campos ético e de crescimento social, participar de todas as suas decisões relacionadas na escola, no lar e na sociedade e obter lugar de cidadão ativo nas categorias sociais adequadas às suas circunstâncias

Com esses argumentos, sustenta-se que a escola deve ajudar a preparar cidadãos plenos e responsáveis, participantes ativos em assuntos sociais e culturais, ensinando-os a ter uma vida independente e a conquistar as habilidades essenciais de competências intelectuais e comportamentais para iniciar sua vida de forma independente, entrelaçando o individual com o social, pela qual tornam-se cidadãos conscientes, ativos e questionadores que participam efetivamente de sua vida civil.

Isso inclui, conforme Gadotti (2006) um conjunto de conceitos, crenças e pontos de vista que proporcionam crenças independentes, espírito de responsabilidade, senso de patriotismo, espírito de tolerância, espírito crítico, senso de valorização do patrimônio cultural e da identidade religiosa e nacional para um cidadão bom e ativo.

Na concepção de Freire (1996) a escola deve conduzir o aluno a ser capaz de refletir sobre si mesmo e sobre a realidade em que vive. A participação dos cidadãos nos assuntos da

sociedade é um dos pilares fundamentais da democracia e deve incluir os processos de discussão, crítica, seleção e esforço conjunto de que depende a estrutura social e o bem-estar da coletividade.

Conforme Verardi (2019), os indivíduos devem vivenciar a cidadania no cotidiano da escola. A formação cidadã não deve se restringir apenas à esfera intelectual. Para permitir que o aluno desenvolva juízo de valor, tenha discernimento e saiba como agir diante das diversas circunstâncias cotidianas de forma justa, consciente e responsável, essa formação também deve ter como foco a visão crítica da vida.

Para Frantz (2001) a educação para a cidadania traz à tona a função institucional da escola de formar cidadãos de forma interdisciplinar e holística, procurando abranger todas as áreas temáticas, integrando muitas habilidades e competências que beneficiarão os alunos ao longo de suas vidas como indivíduos, membros da comunidade, cidadãos e profissionais. Assim, a escola na função de formação para a cidadania pode transformar os alunos em cidadãos mais conscientes e engajados levando-os a uma sociedade mais forte e mais justa.

Além disso, conforme Verardi (2019) para que as escolas e outras organizações educativas ajudem a produzir alunos motivados e responsáveis, que se relacionam positivamente uns com os outros, com os funcionários e com a comunidade envolvente. Para a sociedade, ajuda a criar uma cidadania ativa e responsável, disposta a participar da vida da nação e do mundo em geral e desempenhar seu papel no processo democrático.

De acordo com Gadotti (2004) a consciência social dos alunos vai se compondo por meio do grande papel da escola na formação de cidadãos ativos e responsáveis, quão presente está o espírito de cidadania ativa na escola, quão educados são os alunos com as habilidades e hábitos de um trabalho colaborativo como cidadãos ativos de uma sociedade democrática.

Também se deve ver até que ponto está a sua motivação para a justiça, a solidariedade, a mudança da realidade, para participar em atividades que exigem uma ampla participação cívica, para criar relações de amizade, para compartilhar interesses comuns, para se informar, para tomar iniciativas na organização de várias atividades (Young, 2007).

Nesse contexto, segundo Yung (2007) quão presente está o espírito de cidadania ativa na escola, pois os alunos cuja voz é ouvida na escola, cuja opinião é respeitada, e que conhecem e respeitam os direitos e responsabilidades, estão mais preparados como cidadãos ativos no futuro.

Conforme Petrini e Wanderer (2022), o aprendizado para a cidadania implica em liberdade, autonomia e responsabilidade, cuja manutenção e desenvolvimento dos valores da cidadania numa perspectiva educativa no ambiente escolar, fornece mecanismos gerais requer abordagens interdisciplinares e colaboração interativa em diferentes disciplinas.

Além disso, os valores, atitudes e comportamentos dos cidadãos são aprendidos e não herdados, e as escolas desempenham um papel importante na informação das crianças e jovens sobre as regras formais e informais da cidadania e na preparação para o seu papel de cidadãos com um senso de identidade comum e futuro compartilhado.

Em particular, as escolas podem potencialmente ajudar a mediar as desigualdades de cidadania, pois para Freire (1996) profere que o ser humano é suscetível às mudanças, transformações [...], lutando por um ideal de vida na construção da liberdade e da participação social; e é na vida escolar que os alunos terão as primeiras possibilidades para exercer essa cidadania.

A missão da escola é nutrir uma comunidade de futuro composta pela consciência moral para agir pelo bem comum, integrando o compromisso com princípios e normas humanistas, de igualdade humana, com o reconhecimento da diferença e, de fato, uma celebração da diversidade (Freire, 1996). Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (1997_b) recomenda uma educação para a libertação, a qual demanda a conscientização verdadeira de ser cidadão, capaz de refletir criticamente as novas situações produzidas para a tomada de suas próprias decisões.

Sendo a escola uma instituição do saber, ela compõe uma coletividade que visa dialogar com diferentes perspectivas de comunidades, valorizando a interação humana com os outros, e aborda profundamente tais com o compromisso de reciprocidade e solidariedade (Petrini; Wanderer, 2022). Assim, a finalidade construída pela escola para a cidadania, pois é o espaço onde as crianças e jovens passam uma boa parte de seu dia, e devem se adaptar continuamente com a realidade social, possibilitando a luta por melhores condições de vida.

Para Gadotti (2006), é porque se passa tanto tempo da vida na escola que torná-la espaço de bem-estar não seria somente uma opção metodológica ou ideológica, é na verdade “uma obrigação essencial dela” (p. 90). Este seria mais um aspecto da autonomia escolar, que se opõe a esquemas centralizadores, de doutrinas mecanicistas que acabam por desarraigam sua capacidade de educar para a liberdade.

Para John Dewey não existe um lugar melhor para a ação política ou democrática do que a própria escola, a própria comunidade dos alunos. A criação de uma cultura democrática nas escolas não apenas facilita a preparação dos alunos para a participação democrática no sistema político, mas também promove um ambiente democrático que molda as relações com os adultos e entre os colegas (Libâneo, 2016).

Como Dewey, Freire enfoca que o conhecimento vem apenas da invenção e reinvenção e da perpétua indagação no mundo que é uma marca de todos os seres humanos livres. Os alunos, assim, também educam os professores. Em nítido contraste, portanto, com o conceito bancário está a “educação de 'proporção de problemas” (1997b, 79), que é uma educação experiencial que empodera os alunos por meio da educação do poder que eles já possuem.

Como representações, as circunstâncias cotidianas a escola deve formar para a cidadania, cidadãos livres. O verdadeiro diálogo não pode existir a menos que os dialogadores se envolvam em pensamento crítico... pensamento que percebe a realidade como processo, como transformação, ao invés de uma atividade estática” (Freire, 1997b, p. 92).

Saviani (2011, p. 26) a especificidade da educação para a cidadania passa a ser determinada pela forma escolar, que pode contribuir para a transformação do mundo, são as experiências dos alunos, quaisquer que sejam suas idades ou situações. O humanismo engenhosamente concebido, parte integrante de tanta educação tradicional, tenta criar um modelo ideal do 'homem bom'; como ensina Freire (1997b, p. 93), a escola o fará diante da “situação concreta, existencial, presente das pessoas reais”. Portanto, a escola na função para a formação da cidadania deve ser experiencial.

Vale ressaltar que a escola sozinha não pode ensinar cidadania, mas pode fazer muito ao direcionar o pensamento crítico e formular padrões, ao criar hábitos de responsabilidade, e segundo Saviani (2011) diz respeito ao compromisso da importância de promover a integração de um trabalho escolar pedagógico, psicossocial e sociopolítico. É na escola que as camadas populares terão acesso ao saber elaborado, mas é também o espaço que esse saber vai propiciar a formação da sua cidadania consciente e ativa, mais conscientes de seus direitos e deveres, visando torná-los indivíduos autônomos, livres e responsáveis.

Para Libâneo (2001) a escola é parte essencial na formação de cidadãos. As democracias precisam de cidadãos ativos, informados e responsáveis e que desejam e são capazes de assumir a responsabilidade por si mesmos e por suas comunidades, contribuindo para a participação social e formação ética. Assim, a escola deve garantir a todos os alunos a formação cultural e

científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando ao educando uma relação independente, crítica e construtiva com a cultura, política, economia e integração social, em suas várias manifestações.

Assim, as finalidades da escola, sua função e contexto, conforme Verardi (2019) desempenhar um papel proeminente junto aos educandos, considerando princípios e processos democráticos, valores de cidadania democrática, direitos e responsabilidades, conhecimentos sobre direitos humanos, políticos, econômicos e sociais, gerando uma identidade nacional, cidadania global e múltipla, são alguns exemplos de os elementos que a escola possui enquanto instituição capaz de promover a cidadania. O objetivo da escola na formação do cidadão segundo Freire (1997_b) é:

Essas discussões geram questionamentos sobre como os professores de Sociologia trabalham com a concepção de cidadania e como o ensino deste componente curricular pode contribuir para a formação cidadã dos educandos. Sabe-se que, para atender a essa perspectiva, é necessário que as práticas educativas ultrapassem a proposta de educação bancária, em que o educando é visto como mero receptor de conteúdo. A fim de garantir que a escola faça jus ao seu vasto potencial para a cidadania, a se estender além de projetos e disciplinas individuais, oportunizando o fortalecimento entre a educação e a formação do aluno cidadão, na qual a escola, no cumprimento com seu dever de ensinar dentro dos princípios democráticos, é indispensável um ambiente escolar em que esses princípios possam ser colocados em prática, compartilhados pelo respeito mútuo e o desenvolvimento de sinergias e oportunidades de igualdade (Freire, 1997_b, p. 38).

Para Libâneo (2001) a escola com a finalidade da formação da cidadania, não pode ser entendida apenas para a aquisição das habilidades necessárias para a participação cidadã, mas também uma compreensão mais profunda do pluralismo atual, encontrando formas de reconhecer a diversidade como pré-condição e força para mudar o mundo e servir de base para a construção de novas concepções de cidadania.

Ainda para Libâneo (2001), a formação para a cidadania crítica e participativa inclui a capacidade do aluno exercer a efetivamente essa cidadania, compreendendo e aplicando os direitos de cada indivíduo, ser crítico e participar frente aos processos de transformação da sociedade, opinando, interferindo positivamente. Engloba todas essas identidades e relações, e a capacidade de explorar práticas que possibilitem novas formas de ser aluno, professor, educador, gestor, etc., criando novas relações entre todas essas identidades.

A partir do exposto, para Gadotti (2016) as finalidades da escola como formação do cidadão, se traduz em um sentimento de pertença e solidariedade, conhecimento dos direitos e

deveres, um processo reflexivo e a capacidade de identificar e atuar sobre interesses comuns e o reconhecimento dos princípios democráticos e dos direitos de todos cidadãos, uma escola una e diversa, uma escola na perspectiva unitária de sociedade e de educação.

4.2 Aprendizagem para a cidadania e o currículo: as finalidades da escola

Um dos objetivos da Escola para a formação de cidadãos dinâmicos e ativos, conforme Santana e Bulgareli (2023) que se capacitem, se envolvam criticamente e tentem influenciar a dimensão dos acontecimentos sociais, em sentido lato, para enfrentar os desafios do século XXI, é caracterizado como um processo de avaliar sistematicamente as informações, que se concentra em pensar de forma reflexiva, produtiva e, finalmente, ensinar como pensar e não o que pensar.

A visão de democracia de Dewey (1904) era dinâmica. A democracia, não era um conceito estático ou que pudesse ser alcançado em um sentido finito. Pelo contrário, foi um processo evolutivo fluido e que promoveu a manifestação ideal da vida comunitária. As escolas, como as principais instituições educativas por onde passa a maior parte das crianças, tinham a responsabilidade de as preparar para se tornarem cidadãos democráticos.

Sob tais condições, a escola torna-se uma forma de vida social, uma comunidade em miniatura representando uma estreita interação com outros modos de experiência associada além paredes da escola. A escola era, portanto, “[...] uma sociedade embrionária [...]”, deste modo, é um espaço adequado para preparar a criança para funcionar na sociedade democrática mais ampla e em rápida mudança que existia do lado de fora (Dewey, 1979, p. 394).

Na perspectiva de Dewey, que criticou a educação Norte-americana contemporânea, Westbrook e Teixeira (2010) entendem que por ser centrada apenas em especificidades de determinados assunto e ao ditar o que conta como respostas corretas, falhando em abordar os objetivos mais importantes da educação no espaço escolar, nomeadamente, sem enfrentar os grandes problemas da sociedade e falhando no desenvolvimento da capacidade crítica em relação às injustiças e as forças que militam contra o sentido comum da cidadania para a coletividade. Nessa linha, Westbrook e Teixeira enfatizam que:

Para Dewey, a educação e o processo de ensino e de aprendizagem estava criando uma “população passiva” onde “as forças econômicas decidem a atividade política” e “operam de maneiras que não são abertas e claras para a massa dos cidadãos”. Para Dewey, há uma necessidade de levar a sério a finalidade educacional de criar nas

escolas um senso de comunidade, no qual haja uma tentativa de criar uma cultura comum, uma base para engajar criticamente com as forças sociais e econômicas que moldam a vida das pessoas e que equipam os futuros cidadãos para promover tal cultura na sociedade mais ampla na qual eles devem entrar (Westbrook; Teixeira, 2010, p. 38).

Para Dewey (1979), a educação estava criando uma população passiva, cujas forças econômicas decidiam e operavam de maneiras que não fossem abertas e claras para a massa dos cidadãos. Em “Democracia e Educação”, John Dewey percebe a necessidade de equilibrar teoria e prática, experiência e conhecimento, trabalho e lazer, interesses e esforços, e sobre educação para a cidadania coincidem com suas opiniões sobre democracia e sobre ensino e aprendizagem e estão intimamente relacionadas com sua visão geral filosofia. Nas escolas, a educação para a cidadania não pode ser distinguida como uma disciplina ou domínio separado: toda a educação contribui para a cidadania democrática, desde que seja inclusiva e igualmente acessível a todos (Westbrook; Teixeira, 2010).

No discurso sobre a educação para a cidadania, segundo João Batista Libâneo (1995, p.16) a função da escola é desenvolver os conhecimentos, as competências e a compreensão para que os alunos aprendam a alcançar um papel pleno em uma sociedade democrática, como cidadãos ativos e responsáveis. Logo, “a cidadania é a ação pela qual alguém se torna civil, habitante da cidade e passa a fazer parte de sua civilização”. Desta forma, para Louro (2001) a educação para a cidadania se esforça para ensinar às novas gerações os princípios, obrigações, responsabilidades e privilégios a fim de fortalecer o senso de comunidade e pertencimento dos alunos ao seu país.

Por esta razão, conforme o pensamento de Paulo Freire (2002) procura entender o objetivo da cidadania como forma de capacitar o indivíduo, direcionar a importância da responsabilidade pessoal, promover a justiça social, por meio da escola que produz uma educação com autonomia e que procura ‘educar e se educar’. A educação para a cidadania para Freire (2002) emprega estratégias de aprendizagem ativa, permitindo que os alunos pensem criticamente e considerem as múltiplas fontes de informação para poderem discutir várias experiências e expressar publicamente como suas opiniões com confiança, e se traduz em oportunidade e direitos de igualdade.

Nesse contexto, a escola como espaço de aprendizagem para a cidadania é uma via de comprometimento com a transformação e mudança, de transformar-se e transformar, contribuindo com o processo de construção do saber. Nessa vertente, considera-se o

pensamento de Ana Claudia Dantas Cavalcanti (2019) quando enfatiza que, a construção do saber para a cidadania é fonte essencial para o agir sobre o mundo por meio da participação, o que representa a noção de não apenas pertencer à sua própria nação, mas ao mundo, e abrange questões globais, incluindo direitos humanos, democracia, liberdade e justiça social. Em adição, Paulo Freire (1979, p. 48-52), conferem alguns desafios da escola:

O ser humano não pode participar ativamente na história ou nas transformações da realidade se não for amparado e auxiliado a tomar consciência de sua própria capacidade para transformar a sociedade. A educação permite que nenhuma pessoa lute contra forças que não entende [...], especialmente ao que se refere às forças sociais [...].

A liberdade, que é uma conquista, e para a compreensão da aprendizagem para a cidadania, a escola vem propor o suprimento de lacunas, da noção de direitos e diversas formas de privação presentes, anda, na sociedade (Gadotti, 2004). A contribuição ao debate por John Dewey, nasce a preocupação da aprendizagem para a cidadania, vinculada ao papel formador e reformador da escola, cuja conjugação fez emergir discursos educativos e políticos com a finalidade de uma formação cívica e a promoção dos valores democráticos, como alertou Dewey, ao entender que a distinção entre ser membro de uma comunidade passiva e membro de uma sociedade ativa, não termina na formação do cidadão possuidor de valores democráticos, já que, demanda outras vertentes (Westbrook; Teixeira, 2010).

Nas suas múltiplas dimensões, a aprendizagem para a cidadania para Cavalcanti (2019), inclui as práticas capazes para o desenvolvimento da identificação cultural, social, política e ambiental, que compõem em termos éticos a diversidade de incorporação curricular que lhe estão associadas. Assim, segundo Santana e Bulgareli (2023, p. 231) “a aprendizagem, a participação, individual e coletiva, no espaço escolar” e o currículo como instrumentos de formação para a cidadania, reforçam o papel da escola na educação para a cidadania constituindo o direito de viver em uma sociedade democrática, que pressupõe o exercício cívico dos indivíduos, da promoção da autonomia individual, de modo a acederem à informação e a tornarem-se livres, ativos e conscientes para tomarem decisões coerentes, ético-morais e justas.

Em conformidade, Mousena, Sidiropoulou e Sidiropoulou (2022) mencionam que toda essa nova ética cívica assenta no princípio de formar cidadãos como um objetivo maior dos sistemas educacionais contemporâneos, enfocando as conquistas sociais da humanidade, o

modo de organização social e política, questões globais e sociais. No que diz respeito às estratégias de ensino, a escola pode ser entendida como:

Uma indutora, que por meio da educação para a cidadania é percebida como uma práxis pedagógica democrática, que se desenvolve com alunos ativamente envolvidos, onde os professores não se consideram a autoridade do conhecimento, pois exploram e aprendem em conjunto com os alunos. Os professores têm o papel de facilitadores e orquestradores da práxis pedagógica, garantindo que a ação pedagógica ocorra na comunidade e que a escola funcione como uma sociedade civil (Mousena; Sidiropoulou; Sidiropoulou, 2022, p. 2).

Além disso, a escola pode promover nos seus espaços a construção do processo ensino e aprendizagem, abrangendo muito mais do que apenas o planejamento de aulas, o que inclui escolher, legitimar e estruturar os conteúdos e objetivos da instrução para a finalidade da cidadania ativa (Cavalcanti, 2019).

Outrossim, é por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) centrado, principalmente em questões de escolha legítima de conteúdos e objetivos de ensino, que por sua vez devem estar comprometidos com a interpretação do mundo e das relações humanas, direitos e liberdades, que é um dos fundamentos da democracia (Santana; Bulgareli, 2023).

Gadotti (2004) observa que o PPP está inserido num cenário de diversidade, constituindo a razão de ser de todo o ensino escolar. E, assim, ressalta que cada escola é única, e por isso, não pode existir um modelo que direcione a elaboração de um PPP exclusivo para toda. Nesse senti, a escola precisa ter autonomia para organizar, executar e analisar seu PPP com inventividade em uma concepção libertadora e baseada no diálogo com a comunidade escolar, buscando ações participativas e democráticas no âmbito do espaço escolar.

Acrescenta-se que, segundo Mousena, Sidiropoulou e Sidiropoulou (2022) é tarefa da “escola” inserir no PPP a transmissão cultural, propiciando a formação de indivíduos críticos e conscientes das conquistas da humanidade, tornando os alunos membros plenos da sociedade. Quando esse ponto é alcançado, a própria escola numa postura pedagógica voltada à formação de indivíduos com maior autonomia, viabilizando que todos os direitos do “aluno” com o sentido estrito de ser humano, sejam obtidos por meio de habilidades e os conhecimentos que lhes permitem fazer uso responsável de seus direitos e realizar seus deveres.

É, pois, necessário haver permanentemente a atualização do PPP como norteador da prática pedagógica para a cidadania, do mesmo modo que as ações desenvolvidas na escola. Importa mencionar que, se a escola permite que professores e alunos sejam passivos, ambos

reproduzem puramente o conhecimento pré-fabricado. “É aqui que se define qual escola se quer, para quem é a escola, bem como qual transformação social se quer e como concretizá-la”. (Santana; Bulgareli, 2023, p. 232).

A pedagogia de Paulo Freire (1997_b) explicita o papel construtivo de professor e aluno frente ao que é (a ser) ensinado, pois pertence ao cerne do pensamento crítico filosófico sobre a educação escolar, com o objetivo último de uma educação para a libertação. Ensinar na escola ultrapassa a mera repetição de saberes estabelecidos pelos educandos à maneira de mera reprodução das palavras de seus mestres.

E, é nesta linha de reflexão que Paulo Freire defende a Escola Cidadã de acordo com a formatação própria para cada realidade local, portanto, o seu PPP deve ser formulado com base de cada contexto escolar. Sem uma certa autonomia a escola nas sociedades modernas não poderia cumprir o seu papel de preparar futuros cidadãos competentes; cidadãos que apenas reiteram o conhecimento existente não seriam produtivos, nem (auto)críticos, nem inovadores. Esse, é outra finalidade da escola (Gadotti, 2004). Gadotti ainda enfatiza que:

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania, viabilizando a cidadania de quem está nela inserida e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na mesma medida em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço, coerente com a liberdade e igualdade, assim como com o seu discurso formador, libertador, de companheirismo e comprometimento com direitos e deveres. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade, e que vive a experiência da democracia (Gadotti, 2004, p. 2).

Além de fornecer recursos cívicos ao longo da vida por meio da educação, as escolas desempenham um papel mais direto ou explícito quando a cidadania é ensinada como parte do currículo. No entanto, a aprendizagem para a cidadania também pode ser integrada como um tema transversal ao currículo em vez de uma disciplina isolada. Pois, é por meio de diferentes áreas curriculares, que as escolas transmitem informações e cultivam habilidades que podem ser mais explicitamente vinculadas às atividades de cidadania. Mas independentemente de como é chamada ou como é ministrada no currículo, a aprendizagem sobre cidadania tem um impacto positivo na eficácia cívica, na participação e no conhecimento (Menezes, 2001).

Para tanto, o PPP elaborado com base na realização de um diagnóstico da realidade escolar deve considerar, conforme Santana e Bulgareli (2023, p. 231):

O PPP é um documento norteador das ações realizadas no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, também se apresenta enquanto um subsídio de prevenção e/ou superação de problemáticas. Afinal, a escola é um ambiente de grande dinâmica que por ora, não se isenta de problemas e desafios. A escola deve tornar o conhecimento humano do mundo para ser ativamente apropriado pelos alunos. Essa aquisição de conhecimento na escola inclui crítica, contradição e novas possibilidades de interpretar o mundo.

Assim, o processo de educação pode eventualmente levar a uma transformação do conhecimento humano e a uma reinterpretação da situação do mundo em novas possibilidades para a humanidade sobreviver, evocando responsabilidade e percepção da complexa situação econômica, social e cultural do mundo, e por sua vez, trabalhar na perspectiva inter, multi e transdisciplinar. Refere-se, desta forma, a Escola Cidadã democraticamente organizada e pedagogicamente criativa e ousada (Gadotti, 2004).

Entende-se que, professores e líderes escolares atuam como modelos, orientando pelo exemplo não apenas por meio do ensino da matéria, mas também na maneira como moderam as discussões dos alunos nas salas de aula e/ou permitem que os alunos participem da tomada de decisões da escola. Estas ações transmitem mensagens sobre inclusão social, sobre quem pertence e cujas opiniões contam, e como os membros da sociedade devem tratar uns aos outros (Libâneo, 2004).

Ademais, Louro (2001) destaca que o conhecimento e os desafios sociais são transformados em 'objetivos da escola' delegados para serem enfrentados e resolvidos, então, lida com desafios externos, e é exatamente por sua contribuição específica de ensino e aprendizagem; que a Escola Cidadã pode ser caracterizada como um movimento que inclui a formação de cidadãos e de cidadãs que efetivamente participam e determinam sobre quais normas cívicas, valores e comportamentos se espera que a escola vivencie no dia-a-dia dos alunos.

Com isso, para Santana e Bulgareli (2023) as escolas ao incluir no PPP a aprendizagem para cidadania, também fornecem lições implícitas sobre (des)igualdade e confiança institucional, de forma igualitária considerando as opiniões dos alunos, professores e demais educadores na forma de como a cidadania é acolhida como objetivo do sistema educativo.

Consistente com o contexto até aqui apresentado, Libâneo *et al.* (2005) lembram que para o currículo ser experienciado e reconstruído no cotidiano escolar, os métodos de aprendizagem e as funções de ensino na escola, o currículo é parte efetiva do processo

educativo, pois tem encontra sua fundamentalidade na estruturação das disciplinas e das temáticas a serem trabalhadas.

É por meio do currículo que as ações de aprendizagem são colocadas em prática. Os referidos autores enfatizam que o currículo escolar, é [...] um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos, futuros cidadãos, sendo que é o que se espera que seja instruído e aprendido na escola (Libâneo *et al.*, 2005, p. 362).

Com base nesse entendimento, Santana e Bulgareli (2023) esclarecem que o currículo voltado à aprendizagem para a cidadania, representa uma das finalidades da escola e visa orientar as práticas pedagógicas para o desenvolvimento e a motivação acadêmica e os compromissos de responsabilidade, respeito, tolerância, igualdade, não discriminação, solidariedade e justiça entre os alunos, dentro e fora da escola, incluindo a criação de um contexto significativo para o ensino da cidadania, garantindo de acordo com Libâneo *et al.* (2005, p. 365) uma base cultural e científica comum de formação moral e de práticas de cidadania.

Nesta perspectiva, é preciso considerar, que a escola, a aprendizagem, cidadania e o currículo não são meros reflexos de um sistema ideário neoliberal, pois segundo Louro (2001, p. 91) “produzem-se lugares e destinos sociais, identidades de gênero e sexuais, de classe e de etnia, marcadas pela diferenciação”, na finalidade da democratização da escola capaz de direcionar competências para a vida real, respeitando à pluralidade expressas por valores e costumes da sociedade, no processo de construção de um sistema escolar voltado verdadeiramente à cidadania.

5 METAPESQUISA NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: as finalidades da escola

No presente capítulo é apresentada a metapesquisa realizada, informando ainda os procedimentos adotados e os resultados aferidos.

À medida que o empreendimento científico tem crescido em tamanho e diversidade, precisamos de evidências empíricas sobre o processo de investigação para testar e aplicar intervenções que o tornem mais eficiente e os seus resultados mais fiáveis. Este estudo se alinha à abordagem metodológica denominada metapesquisa, ou seja, pesquisa das pesquisas (MAINARDES, 2018).

Ainda de acordo com Mainardes:

No caso das Ciências Humanas e Sociais, a metapesquisa pode ser utilizada para realizar uma avaliação das pesquisas, identificar características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento de um campo ou temática de pesquisa. Em geral, abrange a análise de aspectos teórico-epistemológicos, metodologias, estilos de argumentação, nível de coerência interna, reflexividade ética, etc. (MAINARDES, 2018, p. 305).

Para Yamazato e Nascente (2023) a metapesquisa é uma disciplina científica em evolução que visa avaliar e melhorar as práticas de pesquisa. Inclui áreas temáticas de métodos, relatórios, reprodutibilidade, avaliação e incentivos (como fazer, relatar, verificar, corrigir e recompensar a ciência), e inclui investigação teórica e empírica.

Nesse sentido, a metapesquisa tem como enfoque e de identificar os principais intervenientes, bem como aplicar de forma otimizada de forma a levar a resultados mais rápidos, melhores, mais precisos e, em última análise, mais úteis em uma temática específica (Muylaert; Oliveira; Costa, 2023). Silva, Pedro e Pedroso (2023) apontam que a metapesquisa busca fortalecer o registro de pesquisas, incluindo, mas não se limitando a, registro de estudos, padrões aprimorados para relatórios de pesquisas, verificações de reprodutibilidade e adoção de uma cultura de replicação, trabalho em equipe e construção de consórcios, minimização de conflitos de interesse e muito mais.

O primeiro utiliza métodos analíticos e também computacionais, o último produz evidências descritivas (por exemplo, pesquisas de vieses em um determinado campo), análises observacionais de associação e correlação e estudos de intervenção (por exemplo, ensaios

randomizados que avaliam se uma prática de pesquisa leva a melhores resultados). A metapesquisa envolve ter uma visão panorâmica da ciência (Yamazato; Nascente, 2020).

Observa-se, ainda, que...

A metapesquisa difere da revisão de literatura, revisão sistemática, estado da arte, estado do conhecimento. A metapesquisa é orientada para a disciplina (área ou campo) e está engajada com os avanços da pesquisa na disciplina (área ou campo). Os estudos de revisão (revisão de literatura, revisão sistemática, estado do conhecimento, estado da arte) estão orientados para projetos de pesquisa: as pesquisas precedentes são revisadas principalmente como uma fase preparatória para a realização de novos projetos de pesquisa. É por meio da revisão de literatura que o pesquisador familiariza-se com o conhecimento já construído sobre a temática de pesquisa e identifica possíveis lacunas que necessitam ser preenchidas em novos projetos de pesquisa. Geralmente, os trabalhos de revisão de literatura preocupam-se mais em sintetizar os resultados de um conjunto de pesquisas, dispensando menos atenção aos fundamentos teóricos das pesquisas revisadas. A metapesquisa, por sua vez, busca analisar, especialmente, os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes no desenvolvimento teórico do campo do qual as pesquisas fazem parte. (Mainardes, 2018, p. 306).

Conforme Freitas (2023) a metapesquisa inclui métodos de síntese de pesquisa (por exemplo, meta-análise), jornalologia⁵, cienciométrica⁶ e bibliometria⁷, pesquisa organizacional e operacional, ética, pesquisa de integridade e responsabilização, ciências da comunicação, pesquisa política e economia comportamental.

Para isso, foi realizado primeiramente a seleção dos estudos publicados na área a partir da definição de alguns descritores (palavras-chave) e autores que investigam o tema da implementação da metapesquisa no campo da Educação. A partir dessas leituras, foram selecionados seis autores brasileiros de referência para guiar o levantamento e consolidar a caracterização da metapesquisa, conforme apresentado no quadro 2.

⁵ O termo “jornalologia” significa transformar os departamentos de jornalismo em instituições de ensino, e nomeá-la como uma nova ciência. Johnson (1928) forneceu uma breve definição: “ciência da publicação”. (Krishan; Kanchan, 2019).

⁶ A cienciométrica pode ser definida como o “estudo quantitativo da ciência, da comunicação na ciência e da política científica”. A especialidade desenvolveu-se em relação ao aumento das capacidades de armazenamento informático e recuperação de informação de comunicações científicas (por exemplo, análise de citações). (Carneiro et al, 2008).

⁷ Bibliometria é o método quantitativo de citação e análise de conteúdo para periódicos acadêmicos, livros e pesquisadores. O impacto quantitativo de uma determinada publicação é avaliado medindo-se a quantidade de vezes que um determinado trabalho é citado por outros recursos. Por implicação, você pode medir a influência ou o “impacto” que um determinado trabalho tem no restante da literatura acadêmica. A bibliometria deve sempre ser complementada por uma revisão qualitativa por pares e por um forte argumento sobre o impacto numa declaração pessoal. (Ribeiro, 2017).

Quadro 2: Descritores e autores de referência para consolidar a caracterização da metapesquisa.

Autor (es)/Ano	Descritores
Jefferson Mainardes (2018).	Metapesquisa. Política Educacional. Epistemologia.
Jonathan Vicente da Silva; Fabiane Bitello Pedro e Alessandra Pereira Pedroso. (2023).	Caracterização da metapesquisa, metapesquisa em Educação
Marcelo Oda Yamazato e Renata Maria Moschen Nascente. (2020/2023).	Cultura organizacional; Gerencialismo; Educação básica.
Naira Muylaert, Ana Cristina Prado de Oliveira e Paula Araújo da Costa. (2023).	Implementação de políticas públicas, metapesquisa, educação, ciência política; produção de conhecimento.
Patrícia Lúcia Vosgrau de Freitas. (2023).	Ampliação do tempo escolar. Educação em tempo integral. Política Educacional.

Fonte: Organização autoral, 2024.

Considerando que este estudo tem como objetivo avaliar parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola pública de educação básica no período de vigência da Lei 13.005/2014 (PNE), a presente Dissertação se aproxima de uma metapesquisa, pois busca identificar as principais abordagens teóricas dos estudos alinhados ao tema da implementação de políticas, na área da Educação.

Observamos, ainda, que a metapesquisa “não tem por objetivo julgar os trabalhos ou seus autores. O objetivo é compreender as principais tendências do campo, a partir do recorte realizado pelo pesquisador” (Mainardes, 2018, p. 314), ou seja, com a metapesquisa realizada nesse estudo, procuramos cercar o problema de pesquisa, descrito como: a pesquisa acadêmico-científica, através de suas publicações e publicizações, tem discutido as finalidades da escola?

5.1 Seleção dos Artigos

A seleção dos artigos se deu em duas etapas: primeiro foram pesquisados os periódicos e depois os artigos. Na seleção dos periódicos utilizou-se como critério a classificação A1 no Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do quadriênio 2017-2020, na Área de Avaliação “Educação”, foram identificados 503 registros nacionais e internacionais, e suas respectivas áreas de conhecimento. Entretanto, no que concerne às Finalidades da Escola (Políticas Educacionais, a Educação e todas as subáreas), resultaram em para 16 periódicos nacionais, pela classificação acima mencionada (Quadro 3).

Quadro 3: Número de artigos selecionados por periódico.

N	Periódico	Escopo do Periódico
1	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Estudos sobre questões sobre avaliação e políticas públicas em educação.
2	Educar em Revista	Estudos que abordam questões atuais e significativas para a compreensão dos fenômenos educativos, e aceita trabalhos diretamente relacionados à área de Educação.
3	Práxis Educativa (UEPG. ONLINE)	Publicar trabalhos que contribuam para o seu campo específico de investigação na área de Educação e que possam servir de referência para outros trabalhos de pesquisa.
4	Revista Brasileira de Educação (RBE)	Temas associados à área da educação.
5	Ciência & Educação	Pesquisas empíricas ou teóricas e ensaios originais sobre temas relacionados à educação em ciências, educação matemática e áreas afins.
6	Cadernos Cedes	Estudos sobre a Educação.
7	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	Intercâmbios e aos debates de interesse da comunidade universitária.
8	Educação & Sociedade	Debate amplo sobre educação nos diversos prismas de sua relação com a Sociedade,
9	Educação e Pesquisa	Temas relacionados exclusivamente à área de Educação.
10	Educação e Realidade	Divulgar a produção científica na área da educação e o incentivo ao debate acadêmico para a produção de novos conhecimentos.
11	Educação em Revista (UFMG)	Divulgar conhecimentos científicos produzidos no campo da Educação.
12	Interfaces da Educação	Divulgar conhecimentos da área de Educação resultantes de estudos de caráter teórico com dados empíricos e/ou resultantes de pesquisas de pesquisadores interessados em discutir e problematizar, sob diferentes enfoques, as questões da educação.
13	Revista Brasileira da Educação	Temas associados à área da educação, resultantes prioritariamente de pesquisas.
14	Revista Brasileira da Educação Especial	Congregar pesquisadores, professores e estudantes da área de Educação Especial e ciências afins, no território nacional
15	Revista Brasileira da História da Educação	Adota a publicação contínua de artigos inéditos resultantes de pesquisas que abordem temas associados à história e à historiografia da educação, e a ampla circulação do conhecimento e a promoção da discussão sobre os diferentes problemas que permeiam o campo de pesquisa e ensino da história da educação.
16	Revista Lusófona de Educação	Publicação de trabalhos científicos na área das Ciências de Educação e o intercâmbio com outras publicações científicas da mesma área ou áreas afins.
Total		16

Fonte: Organização autoral, 2024.

Selecionados os periódicos, passou-se a definir os critérios para a seleção dos artigos. O segundo filtro aplicado está relacionado ao idioma (apenas publicações em português), seguido pelo terceiro filtro referente ao ano de publicação. Posteriormente aplicou-se o filtro de Acesso Aberto, no qual identificou-se um total de 462 artigos, sendo selecionado apenas 24 trabalhos, uma vez que a intenção era verificar a produção acadêmica nacional sobre a construção da

finalidade da escola brasileira nos dias atuais, considerando sua abrangência conceitual, inserida em uma dialética simbólica de sentidos, para os diferentes atores que compõem um espaço institucional; excluindo os artigos publicados em dossiês temáticos e, também as publicações referentes às entrevistas, resenhas e apresentações/editoriais dos periódicos, bem como, realizados em outros países.

A seleção dos artigos se deu a partir de dois critérios subsequentes: pelo menos um dos sete descritores (finalidade da escola, finalidades educativas escolares, escolarização, função da escola, cultura organizacional, escola democrática, infraestrutura escolar), deveriam ser identificados no resumo e/ou nas palavras-chave dos artigos e, uma vez identificado um dos descritores, verificou-se a relevância da publicação quanto ao tema desta pesquisa.

Desta forma, os artigos que apresentaram pelo menos um descritor (no resumo e/ou nas palavras-chave) e as publicações indexadas nos periódicos catalogados no quadro 3, seguindo a classificação A1 no Qualis CAPES do quadriênio 2017-2020, com abrangência de 2014 a 2023, foram selecionados para a leitura. A extração dos dados para o processo de elegibilidade dos estudos foi realizada utilizando-se uma ficha própria elaborada pela pesquisadora em Programa Excel® (versão 2010), em seguida, os resumos foram analisados e apenas os que fossem potencialmente elegíveis foram selecionados. No total foram selecionados 24 artigos.

Ao final, foram considerados para a análise qualitativa vinte e quatro artigos, do total de artigos publicados em periódicos nos anos de 2014 e 2024. Esses 24 artigos foram lidos na íntegra para a análise das abordagens teóricas empregadas nos estudos, definindo-se empiricamente a leitura dinâmica e completa dos artigos.

5.2 Seleção das Dissertações e Teses

Para o levantamento das Teses e Dissertações, realizou-se uma busca no catálogo da CAPES, que funciona como um repositório das teses e dissertações defendidas e publicadas pelos Programas de Pós-Graduação do país. Devido ao formato da plataforma, esta seleção se deu por um procedimento, diferente do adotado para a seleção dos artigos. No próprio portal, há a opção de filtro que permite que a busca dos trabalhos seja feita por meio de palavras-chave. Nesta busca, foi utilizado o descritor implementação “finalidades da escola” e o recorte temporal para que a plataforma disponibilizasse apenas os trabalhos publicados no período de

2014 a 2024, totalizando 19 dissertações completas, sendo que apenas uma foi elegível para esta pesquisa.

Ao analisar a temática de natureza quantitativa, tomando como norte as teses e as Dissertações, buscou-se também as que foram disponibilizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>), na qual o corpus de análise foi constituído. A escolha norteadora desse portal se deu pelo fato de que a BDTD concentra em um único repositório textos completos de dissertações e teses, que foram apreciadas por seus pares, dentro de um ambiente institucional de ensino e pesquisa. Para realizar o recorte temporal, foram eleitas Teses e Dissertações que foram apreciadas e aprovadas a partir de 2014 até o início de 2024, totalizando 23 Dissertações e oito Teses. Ao aplicar os filtros de busca e unificar o catálogo da CAPES e da BDTD, foram selecionadas seis Dissertações e quatro Teses (Quadro 4).

Quadro 4: Número de teses e dissertações publicados no catálogo da CAPES.

Ano	Teses	Dissertações
2014	0	1
2015	0	2
2017	0	2
2019	1	0
2020	2	1
2023	1	0
2024	0	0
Total	4	6

Fonte: Organização autoral, 2024.

Desta forma, foram analisados um total de 10 trabalhos, sendo seis Dissertações e quatro Teses publicadas. O quadro 5 apresenta a distribuição regional dos trabalhos analisados.

Quadro 5: Distribuição regional das Dissertações e Teses selecionadas e publicadas em 2014 e 2023.

Região	Instituição	(N)
Sul	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).	3
	Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).	2
Sudeste	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	1
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1
	Universidade de São Paulo (USP)	1
	Universidade Federal de São Carlos	1
Centro-Oeste	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás	1
Total		10

Fonte: Organização autoral, 2024.

Chama a atenção a distribuição da produção de teses e dissertações sobre a temática “Finalidade da Escola” nas regiões brasileiras. Observa-se que a região Sul foram cinco trabalhos selecionados, sendo três deles publicados do Programas de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Sudeste um contexto equilibrado de trabalhos produzidos, nos diferentes Programas de Pós-Graduação em Educação, totalizando quatro publicações. Na região Centro-oeste, foi selecionado apenas um trabalho. Nesta seleção, não houve trabalhos produzidos por instituições de outras regiões.

Uma vez selecionados os 24 artigos e as 10 Dissertações e Teses, são apresentados a análise dos fundamentos teóricos dos estudos na próxima seção.

6 APORTES TEÓRICOS DOS ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA FINALIDADE DA ESCOLA BRASILEIRA

Conforme delineado no capítulo anterior, na qual foi apresentado a caracterização da metapesquisa, bem como o método de seleção, aqui é apresentado a análise dos fundamentos teóricos dos estudos incluídos. O que emergiu dessa análise, contempla as finalidades da escola da educação básica e de jovens nas escolas públicas na última década, cujos temas principais relacionam-se a socialização, escola democrática, gestão e cidadania, espaço de cultura em todos os seus contextos, escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho, desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano e como espaço protetivo de direitos.

Pelas suas características intrínsecas, a escola é uma das instituições mais importantes para a promoção das práticas educativas em uma sociedade, e segundo Libâneo (2016), a sua finalidade está associada às discussões teóricas nos diferentes campos das ciências humanas e da educação, quando relacionados as finalidades da escola e aos diferentes finalidades, que ainda apresentam-se muito difusos ao considerar a escola como uma estrutura de sistemas de desenvolvimento da educação e o aprendizado transferível aos alunos, bem como um espaço capaz de reconhecer à variabilidade individual, abordar a adversidade e apoiar a resiliência, de modo que as escolas possam permitir que todos aprendam e encontrem caminhos positivos para a vida adulta.

Ainda para Libâneo (2016) a escola contribui para o desenvolvimento de seus alunos no que se refere aos aspectos culturais, filosóficos, humanos, sociais, econômicos, políticos, entre outros, para que cumpram o seu papel de cidadão. Nessa concepção, a escola em todos os seus contextos, representa uma dinâmica ligada a formação de um cidadão intelectualizado, capaz de entender seus direitos e deveres perante a sociedade em que vive.

Nesse enfoque, Libâneo (2016), enfatiza que as políticas baseadas no movimento da Escola Nova, no início do século XX, foram introduzidas inspirado em John Dewey e Anísio Teixeira, cuja visão da escola ao produzir e ensinar conhecimentos às pessoas, preocupa-se com a capacidade relacional, intelectual e operacional dos alunos, oferecendo oportunidades para que sejam ativos em sociedade. A partir desses argumentos, passa-se a análise dos artigos, Dissertações e Teses selecionadas, a fim de atender o objetivo proposto nesta Dissertação.

6.1 Análise dos Artigos

Neste tópico, as principais abordagens referentes a produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola da educação básica e de jovens nas escolas públicas, são descritos por temática no quadro 6.

Quadro 6: Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira nos dias atuais.

Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira nos dias atuais.	
	Número de estudos
Socialização.	8
Escola democrática, gestão e cidadania, espaço de cultura em todos os seus contextos.	6
Escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho.	4
Desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano.	4
Espaço protetivo de direitos.	2
Total	24

Fonte: Organização autoral, 2024.

A multiplicidade dos temas abordados relacionados a produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola na última década, oito trabalhos fazem menção sobre a escola como espaço para as práticas socializadoras e sua função na aprendizagem. Seis estudos demonstraram a finalidade da escola como um processo de gestão democrática na formação da cidadania e como espaço de cultura em todos os seus contextos. Além disso, quatro estudos mencionam a escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho, articulando-a como escola/empresa. Outros quatro estudos, descrevem os novos desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano, e dois trabalhos apresentam a finalidade da escola como espaço protetivo de direitos.

Os artigos selecionados para a análise foram publicados em sete periódicos, sendo a Revista de Políticas Públicas de Educação, com o maior quantitativo de artigos selecionados. O quadro 7 apresenta os artigos.

Quadro 7: Artigos selecionados.

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Conclusões
Alcântara, L. A. G. de; et al. (2015).	A função da escola na sociedade contemporânea: concepções de uma professora da educação básica.	Busca observar os efeitos das mudanças que estão ocorrendo na sociedade ocasionando a alteração do papel do professor exigindo formação e reflexão na sua prática pedagógica.	As respostas indicam a necessidade de formação dos docentes para a integração das tecnologias nas aulas e a presença da família na vida escolar do aluno, bem como um ensino focado em projetos ou pesquisas com abordagem interdisciplinar como função da escola na sociedade contemporânea.
Pereira, F; Mouraz, A. (2015).	Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise.	Produzir conhecimento em dois domínios nucleares das formas de vida produzidas na escola, as aprendizagens e os climas, e conhecer a especificidade dos processos educativos e relacionais, relativos aos dois focos citados, experienciados em diferentes escolas que pertencem ao Observatório da Vida das Escolas do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.	A partir de uma problemática que considera a crise da escola e a identidade dos professores, os resultados permitiram salientar que os professores mantêm como primeira fonte de identidade profissional a relação pedagógica que desenvolvem com os alunos e a ação instrumental da educação escolar.
Carvalho; L; Pereira, M. de J. (2016).	Escola-Família: Aprendendo juntas... um projeto socioeducativo.	Compreender, explorar e descrever o projeto socioeducativo Escola-Família: Aprendendo juntas... um compromisso de futuro.	A complexa transformação social que caracteriza este início de milénio coloca a Escola face a novos desafios que exigem respostas adequadas dos agentes educativos, surgindo o professor-educador como gestor do equilíbrio necessário para mais e melhor desenvolvimento humano.
Pereira, C. M. R. B; Carloto, D. R. (2016).	Reflexões sobre o papel social da escola.	Refletir sobre a função social da escola e o papel do professor.	A escola é um local de inúmeras funções, regras e leis a serem seguidas, onde não se disponibiliza o tempo necessário para realizar reflexões sobre a educação, sobre o saber científico e sobre as práticas pedagógicas. A escola é concebida como uma instituição que pode ser transformadora e como um instrumento de modificação da sociedade atual, preparando os alunos para a vida e para o mundo do trabalho. E, também, deveria ser um espaço onde todos tivessem igual acesso ao conhecimento científico. Melhorar a escola é o primeiro passo de um longo caminho que ainda temos pela frente para transformar e melhorar a sociedade.
Souza, M. C. R. F; Charlot, B. (2016).	Relação com o Saber na Escola em Tempo Integral.	Compreender as relações que estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental estabelecem com o saber e a escola em Tempo Integral.	O tempo integral não pode ser uma simples ampliação da escola atual, mas deve ser um espaço-tempo em que aprender tenha sentido, ofereça novas oportunidades culturais e não inviabilize projetos institucionais ou individuais que têm um real valor de formação.

Continua.

Guilherme, A. A.; Picoli, B. A. (2018).	Escola sem Partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt.	Discutir os PLs n. 867/2015 e n. 193/2016 que estão em tramitação na Câmara e no Senado, e problematizá-los a partir das advertências e reflexões de Arendt que discutem a educação e o totalitarismo, as funções da escola, a separação entre ensino e educação e a negação da pluralidade e da ação política.	As propostas conservadoras que mantêm na subalternidade grupos desfavorecidos são apresentadas com um discurso democrático e universalista, operam a legitimidade da desigualdade, assim como é capitular a barbárie se a escola renunciar a sua tarefa de formar cidadãos para o mundo, em toda sua complexidade e pluralidade.
Ramos, F. C. (2018).	Socialização e cultura escolar no Brasil.	Refletir sobre a ampliação da escola para as classes populares no Brasil, e os aspectos institucionais da escola pública brasileira e sobre sua capacidade de ensinar e educar para uma sociedade democrática.	Após destacar o papel do Estado no processo de afirmação da socialização escolar e na tarefa de realizar reformas sociais importantes e, posteriormente, apontar as mudanças na natureza da escola, conclui-se que o lento processo de democratização do ensino e a fragilização pela qual passou a sua constituição se revelam mais assustadoramente perigosos na possibilidade de não conseguir criar uma cultura escolar que estabeleça condições adequadas para valorizar as características individuais e sociais dos alunos na aprendizagem.
Veloso, G. M.; Veiga, C. G.; Pasiova, M. A. (2018).	Escola Nova em Montes Claros: apropriações e significados atribuídos à individualização e à socialização (1920-1930).	analisar apropriações dos princípios de socialização e individualização, discutindo incompreensões e temores produzidos no âmbito da Escola Normal Oficial de Montes Claros e postos em circulação por meio da imprensa local.	Constatou-se que os conflitos em torno dos princípios da individualização e da socialização geraram o temor à descristianização da sociedade e a entrada do comunismo pela via da escola.
Raab, Y; Barbosa, A. (2019).	Escola para quê? Reflexões sobre a função da Escola Pública Estadual Paulista.	Pensar a função da escola pública estadual paulista de Educação Básica, acreditando que a escola não se explica por si própria, mas sim através da relação que estabelece com a sociedade.	A partir da articulação dos olhares dos participantes com o referencial teórico e a análise dos documentos oficiais se faz possível ponderar que esta escola, que atende à classe trabalhadora, tem fundamentado sua função em uma proposta de educação limitada, disseminando conhecimentos básicos para o trabalho, distanciando-se demasiadamente da socialização do saber e da produção deste saber.
Santos, É. (2019).	A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira.	Analisar a qualidade social da educação escolar a partir da análise da sua institucionalidade no marco normativo educacional instituído após a Constituição Federal de 1988, na qual tais atos legislativos legalizam uma função inovadora para a escola, a de ser e atuar como espaço protetivo de direitos de crianças e adolescentes.	A escola protetiva atue a partir de uma dinâmica distributiva de saberes transformando a máxima liberal da igualdade de oportunidades e meritocracia em intervenção estatal pela educação equitativa, como justiça social. Para tal, a educação como direito humano fundamental, e a escola como espaço de proteção social devem assimilar características que vão além da simples socialização de conteúdos instrucionais, devendo abranger princípios como totalidade, disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade

continua.

continuação.

Melo, K. R. A; Guimarães, I. V. (2020).	A (re)organização de práticas pedagógicas e do espaço/tempo escolares a partir do protagonismo de crianças do campo.	Discutir a (re)organização dos espaços/tempos educativos de escolas do campo a partir dos sentidos produzidos pelas crianças sobre o campo e sobre esta instituição educativa.	É urgente que as crianças sejam reconhecidas como atores sociais, e a (re)organização dos espaços, tempos e saberes nas escolas pesquisadas, de modo que o protagonismo das crianças seja desenvolvido gradualmente, por meio de práticas pedagógicas democráticas.
Almeida, M. I. de; Salces, C. D. de; Fernandes, T. R. (2021).	O que pode a escola pública diante das desigualdades?	problematizar a função social da escola pública no enfrentamento da desigualdade, compreendida como uma categoria estrutural para o entendimento da sociedade brasileira e possuidora de expressões em diferentes campos, razão pela qual se caracteriza como sendo de natureza multideterminada	Evidenciou-se que a desigualdade escolar, atrelada a um projeto político, além de ser o resultado da ineficácia das políticas públicas, é, também, o produto dessas. Em face dessas contingências, foram aventados alguns desdobramentos responsivos da escola em face, sobretudo, do currículo e da formação de professores.
Carvalho, M. J. C. de. (2021)	A colonização da escola pela racionalidade instrumental.	Compreender a re-configuração e ressemantização da escola.	Em uma perspectiva mercantil inclusa no conceito de qualidade, que se mede em termos de resultados, e da competição que adquire estatuto de educação pedagógica, a escola significa a resposta a uma lógica administrativa e racionalizadora.
Moreira, C. F. N. (2021).	O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola.	Apresentar uma proposta teórico-metodológica de gestão que garanta a indissociabilidade analítica entre política e economia, na qual a socialização do poder constitui mediação nuclear da função da escola.	A escola em sua função formativa, deve emergir de um novo modo de produção e reprodução social que possibilite a formação intelecto-cultural integral do ser humano exige, imediatamente, o acirramento da luta pela socialização do poder político-econômico. Trata-se de uma gestão que se oriente por uma dimensão política inalcançável nesta sociedade, mas que valha de referência teleológica aos processos coletivos de crítica e superação da gestão democrática atualmente possível na ordem do capital.
Piotto, D. C; Nogueira, M. A. (2021).	Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação.	Explicitar um balanço crítico da contribuição do conceito de capital cultural, com a finalidade de avaliar sua pertinência para a compreensão dos processos contemporâneos de reprodução social por meio da educação escolar.	As pesquisas analisadas criticamente por Draelants e Ballatore, bem como as conclusões a que chegam no que respeita à adequação, pertinência e contemporaneidade do conceito de capital cultural para a compreensão das desigualdades escolares contemporâneas, referem-se, por certo, a um contexto diverso do brasileiro. Todavia, o uso intenso do conceito feito no Brasil, não apenas pela pesquisa sociológica em educação, mas por outros subcampos da pesquisa educacional que busca compreender nosso desigual acesso aos saberes escolares, torna a publicação desse artigo não somente oportuna, mas também necessária.
Carvalho, P. C. de. (2022).	Concepções de pais e responsáveis sobre finalidades	Apresentar uma discussão teórica acerca das finalidades educativas escolares, na perspectiva das políticas educacionais advindas das orientações dos organismos internacionais.	Sobre o devido cumprimento do papel da escola atualmente, observa-se que, embora as famílias percebam a importância de uma relação mais próxima com a escola, o que favoreceria o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, a realidade, imposta pela lógica capitalista, que impõe certas

continua.

continuação.

	educativas e o papel social da escola: um estudo no município de Hidrolândia.		condições a estrutura social, essa relação família/escola não ocorre de forma significativa.
Dentz, M. V. (2022).	Proteção social nas políticas de escolarização: algumas digressões teórico-políticas	Examinar os modos pelos quais os formuladores expressivos das políticas de escolarização operam sob uma concepção de proteção social atrelada e produzida sob o gendarme neoliberal.	As concepções de proteção social exibidas fazem referência à escola como um lugar de acolhimento e proteção, com espaços criativos tanto nos sistemas formais quanto fora deles e com o desenvolvimento de programas adaptáveis e flexíveis
Mesquita, D. L. de. (2022).	Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de Fortalecimento da voz da criança.	Analisar os pressupostos teóricos que fundamentam a promoção da cidadania desde a infância, na educação escolar, como base da educação para a democracia.	A educação para a democracia deve criar oportunidades pedagógicas e alternativas metodológicas no ambiente escolar que visem à construção e à vivência da cidadania desde a infância, sendo imprescindível considerar e fortalecer a voz das crianças.
Soares, D. G; Marouni, K; Soares, A. J. G. (2022).	A construção social de uma escola quilombola: a experiência da Comunidade Caveira, RJ.	Descrever e analisar o processo de construção social de uma escola quilombola e seu currículo, identificando atores sociais, processos de agenciamento e disputas de sentido sobre Educação Escolar Quilombola.	Entre os resultados, destacam-se: a presença de um forte sentido atribuído à escola enquanto agenciadora da identidade comunitária; a apropriação por seus profissionais de elementos discursivos associados aos movimentos negros enquanto resoluções curriculares disponíveis de tradução das políticas de educação quilombola; e a existência de mediações e dilemas que compõem essa experiência e que podem fornecer elementos para uma agenda de pesquisa.
Dias, É. (2023).	A Educação e a escola. Para que servem as escolas?	Discutir o papel da Educação e da escola.	A escola, precisa ser vista pela sociedade como espaço de proteção social, que vai além da socialização de conteúdos institucionais. Também pode ser vista como um processo, um processo único de aprendizagem associado à escola, à família e à sociedade. Se aceitarmos que a Educação é uma prática social, deliberada, submetida à permanentes questionamentos e conduzida a finalidades coletivamente instituídas, aceitaremos também que a prática da Educação é acompanhada por uma intensa atividade investigativa, de exame e reflexão.
Cordeiro, D. S. (2023).	Por uma escola pública democrática.	Compreender as complexas questões (por exemplo, avaliações externas, democracia, a política nas orientações de gestão escolar) e temas emergenciais (violência contra professores, direitos humanos e crise do trabalho) com um esforço de linguagem, ao mesmo tempo clara e abreviada, sem perder o alcance da exposição e da compreensão do que	Existe uma discussão ampla sobre o diagnóstico e os desafios da escola e da educação do presente, com a coragem de avançar para a construção da escola, para pesquisadores e pesquisadoras, professoras e professores, não haveria outra escolha possível de atuação e de exercício político e responsável da cidadania e do comprometimento social que o trabalho em educação envolve.

continua.

		está em jogo, com um compromisso ético de ser acessível, esclarecedor e propositivo.	
Eidam, H. (2023).	Formação na escola: onde mais o seria senão?	Analisar o papel da escola na formação do aluno.	Formação é a ideia de uma educação comprometida com a dignidade humana. A tarefa da escola consiste em possibilitar a formação nesse sentido. A educação não é nada mais do que a mediação e a promoção de capacidades que são necessárias para a vida em sociedades complexas.
Libâneo, J. C.; Santos, F. A. dos; Marques, H. J. (2023).	Finalidades educativas da escola e formação de professores no Brasil: uma análise crítica da Resolução CNE/CP N° 2/2019.	Investigar a relação entre o conteúdo da Resolução CNE/CP n° 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a BNC-Formação, e o embate globalizado em torno de finalidades educativas e funções da escola.	A visão de escola voltada para o desenvolvimento de capacidades humanas num sentido humanizante e emancipatório. Inicialmente, foi apresentado o embate atual entre finalidades educativas no plano internacional e nacional, dando destaque à hegemonia do modelo neoliberal, expresso no Brasil pela BNCC. Desse modo, argumentou-se com a visão sócio-histórico-cultural para a qual o papel da escola deve ser a formação cultural e científica articulada com a diversidade social e cultural dos alunos e entrelaçada com as suas condições sociais, culturais e materiais de vida.
Torres, L. L. (2023).	Novas temporalidades educacionais na construção da cultura da organização escolar.	Analisar os efeitos da Nova Gestão Pública e do processo de digitalização na reconfiguração da cultura das organizações escolares.	A existência de condições propícias à manifestação de formas fragmentadoras de cultura interpela a missão democratizadora da escola pública, no sentido de que o enfraquecimento dos vínculos à instituição, a diluição das identidades e o reforço do individualismo geram padrões de comportamento alienados da participação nas esferas escolares.

Fonte: Organização autoral, 2024.

Os vinte e quatro artigos versam sobre escopos temáticos diferentes, referentes a parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola da educação básica e de jovens nas escolas públicas na última década, a saber: socialização, escola democrática, gestão e cidadania, a finalidade da escola como espaço de cultura em todos os seus contextos, escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho, desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano, espaço protetivo de direitos.

É o caso, por exemplo, do trabalho de Alcântara et al. (2015) que buscou observar os efeitos das mudanças que estão ocorrendo na sociedade ocasionando a alteração do papel do professor exigindo formação e reflexão na sua prática pedagógica, afim de identificar a função da escola na sociedade contemporânea: Para tanto, o estudo mobiliza referenciais que discutem os fundamentos sociais da escola, que incluem a finalidade da escola, como uma parte fundamental da vida social dos estudantes, exercendo grande influência no envolvimento dos alunos (ou seja, comportamental, emocional e cognitivo), dentro e fora do ambiente escolar. Neste sentido, os autores enfatizam que as escolas não são ambientes neutros, mas sim ambientes ativos que promovem ou restringem as oportunidades individuais dos alunos, uma vez que são os arranjos institucionais que possibilitam o desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais.

Nesta linha, o estudo de Pereira e Carloto (2016) buscou refletir sobre a função social da escola e o papel do professor, inclusive preparando os alunos para a vida e para o mundo do trabalho. Como sistema social, a escola tem como uma de suas finalidades preparar os alunos para ocuparem papéis sociais de acordo com suas habilidades para além de sua estrutura física. Como sistema social, a escola é o melhor lugar para ensinar igualdade, liberdade e fraternidade às gerações mais jovens. É a melhor preparação para a prática dos traços democráticos na situação social mais ampla.

Ao refletir sobre a escola brasileira, os trabalhos de Ramos (2018) e Soares, Marouni e Soares (2022), apresentam argumentos similares em relação a finalidade de socialização da escola. Para Ramos (2018), a escola mantém a continuidade da vida social transmitindo tradições, experiências, valores e costumes da sociedade, de uma geração para outra. Assim, a escola proporciona a todos os alunos uma cultura geral, indispensável para uma vida na complexa sociedade atual. Assim, a escola não pode ser vista somente como um espaço

aprendizado, mas também desenvolve os hábitos, habilidades e atitudes necessárias para que aluno conviva no meio social. Para Soares, Marouni e Soares (2022, p. 17), para a construção das finalidades da escola é necessário entender a base da comunidade, na qual ela está inserida, pois esta passa a ocupar um lugar central (não o único, mas talvez o principal) na construção simbólica da identidade da comunidade. Assim, para Piotto e Nogueira (2021), a finalidade da escola, insere-se o papel de socialização da escola, como elemento de conservação e transmissão de valores ao educar os alunos para à sociedade. Trata-se também da noção essencialista de “originalidade” cultural, o reconhecimento na esfera pública e na sociedade civil da imagem dos grupos, e modo de agir em coletividade.

Discutir o papel da educação e da escola, segundo Dias (2023) é entender a escola como um espaço de proteção social, que resulta da herança individual, aprendizagem e transferência da experiência acumulada pelos atores que compõem a comunidade escolar (conhecimentos, habilidades, normas, valores, padrões de comportamento, etc.), e que ocorre sob as condições particulares da sociedade à qual o indivíduo pertence. Além disso, o sistema educativo deve ser visto como a base do desenvolvimento nacional, e através da educação o indivíduo aprende o sentido fundamental do mundo cultural e social. Por isso a educação é um fator que explica e justifica a ordem institucional (a escola) da sociedade.

É assim que se realiza a formação dos futuros cidadãos, para que estejam preparados e dispostos a manter os valores sociais. A escola é como uma sociedade em miniatura, segundo o estudo de Eidam (2023), a finalidade da escola na formação do aluno implica no desenvolvimento e na capacidade dos alunos em tomar decisões de forma independente, para que o indivíduo, na sua fase posterior da vida, desempenhando os seus papéis sociais e integrando-se em estruturas sociais. Por outro lado, os estudos de Veloso, Veiga e Pasiova (2018) e Almeida, Salces e Fernandes (2021) sintetizam que a socialização na escola evidencia de forma discrepante à desigualdade escolar, atrelada a ineficácia das políticas públicas que carecem da superação das desigualdades escolares, tanto históricas, estruturais, econômicas quanto sociais. Essas desigualdades são barreiras estruturais, como as diferenças no acesso as escolas, juntamente com os preconceitos institucionais, são os motores mais fundamentais das desigualdades educativas e devem ser combatidas para reduzir as diferenças nos futuros dos alunos. É, portanto, fundamental que a escola, em sua finalidade socializadora, evolua no seu processo de aprendizagem, valores, normas e habilidades sociais, nos diferentes locais do contexto social que as crianças vivenciam.

A pesquisa de Dentz (2022, p. 3) aborda a finalidade da escola como um fator de proteção social, enquanto agente de socialização dos alunos, ao “abrigar”, “proteger” e “socializar” possui a responsabilidade social ampliada. Para tanto, o autor enfatiza que as políticas públicas de escolarização brasileira devem articular seus programas de forma flexível tornando a escola como um espaço central para a formação da sociedade, identificando elementos e cumprindo seus compromissos éticos como responsáveis pelo livre desenvolvimento das gerações, pois trata-se de um local de formação cultural e científica.

Outro tema que emergiu das publicações que compõem esta Dissertação, foi a finalidade da escola enquanto espaço democrático, de gestão e cidadania. O estudo de Guilherme e Picoli (2018) aborda a escola a partir da visão de Hannah Arendt, discutindo as funções da escola como uma das bases que promovem o pensamento crítico dos alunos, sustentando oportunidades de discussão, inovação e aprendizagem nas abordagens contextuais que moldam os resultados de um sistema social que dê uma solução às tensões decorrentes do desenvolvimento desarmonioso; reconhece também os direitos do indivíduo a escolarização ou ao acesso à escola por meio do equilíbrio da escola democrática e sem partido, no pressuposto de que aluno está em posição de assegurar uma alocação eficiente oportunidades capazes de moldar a vida comunitária.

Nesse debate sobre a finalidade da escola na democratização, Mesquita (2022) a escola em sua função formativa, deve emergir da coordenação e da coerência do progresso social são metas comuns sobre caminhos apropriados para moldar a geração de uma estrutura que assegure que as ideias, regras e políticas que levem a um desenvolvimento econômico e social efetivo, sinalizando a dificuldade de encontrar clareza nas abordagens de investimento social, redução da pobreza e equidade. Como tal, é importante sustentar oportunidades de debate, inovação e aprendizado ao considerar abordagens para o desenvolvimento social. O autor advoga que: “trata-se de uma gestão que se oriente por uma dimensão política inalcançável nesta sociedade, mas que valha de referência teleológica aos processos coletivos de crítica, dilatação e superação da gestão democrática atualmente possível na ordem do capital”.

Em vista disso, se a nova finalidade da escola está atrelada à política social, e busca promover os valores e a responsabilidade pessoal, as instituições sociais além do sistema de governo devem ser mobilizadas, fazendo cumprir sua implementação e limitar seus efeitos desestabilizadores, os referentes às desigualdades mencionados por Veloso, Veiga e Pasiova (2018) e Almeida, Salces e Fernandes (2021); pois para Moreira (2021) é necessário um grau

considerável de intervenção regulatória das escolas, avaliando perfis sociais e demográficos mais elevados de necessidades e aumento das pressões fiscais sobre a provisão de bem-estar, deve ser repensada e remodelada, por meio do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, e repensando as responsabilidades institucionais das escolas democráticas na política social que venham beneficiar seus próprios interesses em proveito da solução de demandas da sociedade como um todo.

Sendo assim, o estudo de Torres (2023) analisou os efeitos da reconfiguração da cultura das organizações escolares, buscando a coordenação e coerência das políticas educacionais voltadas às escolas, como forma de democratizar a educação considerando as concepções e mudanças sobre a política social ao longo do tempo, indicando a dificuldade em encontrar clareza nas abordagens de investimento social, redução da pobreza e equidade. Apesar disso, as instituições escolares, caracterizadas pela diversidade de culturas organizacionais e de vocações políticas, ainda refletem fragmentos de uma cultura burocrática que interpela a missão democratizadora da escola, gerando exemplos de comportamento alienados da participação nas esferas escolares.

Segundo o estudo de Carvalho (2022), a abordagem direta desses problemas que a escola enfrenta em sua finalidade de democratizar, é essencial para garantir um ambiente adequado, a partir de mudanças planejadas, gerenciando, corrigindo e alterando princípios de institucionais, incluindo a promoção da educação, conseqüentemente direitos iguais para todos, além de construir uma estrutura ordenada, essencial para o desenvolvimento social e desenvolvendo uma estrutura simétrica entre a escola e os membros de uma comunidade. Sendo assim, as escolas democráticas destacam-se pela flexibilidade, originalidade e fluência. Os alunos evoluem rapidamente, utilizam o método indutivo com grande habilidade e adaptam-se e atualizam-se rapidamente, mostrando flexibilidade.

Melo e Guimarães (2020) entendem que a partir da finalidade da escola é possível reorganizar as práticas pedagógicas e o espaço/tempo escolares, por meio de práticas pedagógicas democráticas, onde alunos e professores possam estar presentes como seres humanos livres, responsáveis e completos, isto é, como seres políticos e intelectuais que se engajam em questionamentos e debates genuinamente críticos de uma forma verdadeiramente participativa e democrática. Essa discussão foi ampliada por Cordeiro (2023) ao teorizar que as práticas democráticas nas escolas, na educação ou ao lidar com a relação que existe ou deveria existir entre democracia e autonomia escolar, por exemplo, se refere às práticas de ensino e

oportunidades de aprendizagem, com um compromisso ético, esclarecedor e propositivo. Os principais objetivos dessas tendências são promover a liberdade responsável e a criatividade. A liberdade refere-se à capacidade do indivíduo de tomar decisões sobre a sua própria aprendizagem, atendendo às suas necessidades e respeitando os demais membros, e compreender a importância do coletivo na educação.

A escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho, é abordada nos estudos de Pereira e Mouraz (2015), Pereira e Carloto (2016), Raab e Barbosa (2019), Libâneo, Santos e Marques (2023). Embora as finalidades das escolas sejam abrangentes, gerar o conhecimento juntamente com pensamento crítico, implica na preparação do desenvolvimento de competências e habilidade futuras para os alunos, sejam para o ingresso em níveis subsequentes, sejam para o mercado de trabalho. Contudo, segundo Pereira e Mouraz (2015) existe uma “lacuna de oportunidades” entre as escolas públicas quando comparadas às escolas privadas, a obter menos rendimentos ao longo da vida e a pertencer às fileiras dos desempregados durante períodos de tempo mais longos, entre outros fatores como rendimento escolar e um conjunto de competências não acadêmicas variadas, mas inter-relacionadas, para um bom desempenho no trabalho e nos ambientes escolares.

Apesar da variedade de competências que são desenvolvidas como uma das finalidades da escola, Pereira e Carloto (2016) e Raab e Barbosa (2019) concordam que existe a necessidade de uma ampla mudança sistêmica nas escolas, nas políticas de educação, bem como no acesso ao ambiente escolar, é importante para reduzir a gama de desigualdades estruturais que criam barreiras ao trabalho digno, a dotar os jovens de conhecimentos acadêmicos para estabelecer uma trajetória de desenvolvimento acadêmico, social e vocacional. A perspectiva Pereira e Carloto (2016) está ancorada na teoria dos sistemas de desenvolvimento e que enfatiza o importante papel das escolas e de outros ambientes de acolhimento aos jovens na oferta de experiências e apoios que os permitam desenvolver os recursos individuais e competências para prosperar durante a infância, adolescência e na idade adulta.

No estudo de Libâneo, Santos e Marques (2023, p. 4) é debatido as finalidades educativas e funções da escola, abrangendo as múltiplas dimensões humanas para o desenvolvimento dos alunos. O trabalho investigou a relação entre o conteúdo da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a BNC-Formação, e o embate globalizado em torno de finalidades educativas e funções da escola. O debate apresenta, nessa concepção, as

finalidades da escola são estabelecidas por critérios de qualidade do ensino, diretrizes curriculares que, pelo menos em tese, “orientar para a formulação das políticas públicas educacionais do país”.

Como já mencionado segundo Libâneo, Santos e Marques (2023, p. 11-13), as finalidades da escola são o “ponto central de toda e qualquer intervenção na política educacional”, pois a escola precisa voltar-se ao crescimento e desenvolvimento humano, por meio de um currículo articulado com “as condições sociais, culturais e materiais de vida dos alunos”, devido ao importante papel que desempenham, não só na formação do futuro dos seus alunos, mas, por sua vez, na melhoria do futuro do país em geral. As finalidades da escola, embora seja difícil definir exatamente, uma vez que, como tudo mais, as escolas também mudaram e se adaptaram para melhor atender às demandas, necessidades e desafios da escola diante das novas gerações.

Sobre as finalidades da escola frente aos desafios para a formação e o desenvolvimento humano, os estudos de Carvalho e Pereira (2016), Melo e Guimarães (2020), Moreira (2021) e Libâneo, Santos e Marques (2023), discutem a sua influência sobre a temática, abordando as escolas como contextos multiníveis que influenciam o desenvolvimento socioemocional e comportamental dos alunos por meio de processos organizacionais, sociais e instrucionais que operam em vários níveis diferentes. De acordo com o trabalho de Carvalho e Pereira (2016, p. 49) a complexa mudança social que caracteriza a sociedade contemporânea, coloca a escola face a novos desafios à cooperação entre a escola, professor-educador e a família, na busca de respostas educativas, enquanto lugar de aprendizagem e humanismo. Essa abordagem humanística depende da capacidade dos professores para verdadeiramente revigorar o lema “conhece-te a ti mesmo” ou “conhecimento individual”, mesmo que isso signifique repensar a escola como um todo.

Nesse sentido, o estudo de Melo e Guimarães (2020, p. 47-48) apresenta a necessidade de reorganizar as práticas pedagógicas da escola, com a finalidade de promover o protagonismo dos alunos, ancorando-os na temporalidade e saberes próprios, em um “processo de formação humana para promover o sujeito, emancipando-os”, e incorporando as experiências vividas pelos alunos em suas comunidades, considerando o espaço escolar como o ambiente que reflete as diversas combinações de “fazer e ser”, como a liberdade de uma pessoa escolher entre diferentes modos de vida, mantendo sua identidade cultural e suas relações e implicações mútuas.

O debate sobre a escola em sua finalidade formativa orientada para o desenvolvimento integral do ser humano, é apresentado no trabalho de Moreira (2021, p. 7) desempenhando um papel essencial de democratização das escolas, “decorrente da capacidade humana de agir em conjunto, torna-se elemento indispensável para a construção de uma vontade em comum”. Entende-se, desta forma, que a finalidade da escola influencia e desencadeia os processos evolutivos dos alunos, como propulsores do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social, pois constitui um espaço diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, onde os indivíduos processam o seu desenvolvimento global.

Se o trabalho de Moreira (2021) apresentou como foco o debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola na finalidade da formação intelecto-cultural integral do ser humano, o estudo de Libâneo, Santos e Marques (2023), se valeu da visão e das finalidades educativas da escola, como meio de proporcionar aos alunos as competências intelectuais para refletir criticamente sobre suas escolhas e a influência que a sociedade exerce sobre elas, apropriando-os das capacidades humanas e preparando os indivíduos para a participação consciente na vida social. Destaca-se que o desenvolvimento de competências e a construção do significado do desenvolvimento humano, enquanto finalidade da escola, deve estar em sintonia contextual, cultural e singularmente, como uma “rede construtiva” através da qual são desenvolvidas competências dinâmicas, sociais e emocionais permitindo que as crianças amadureçam de maneira progressiva.

Como um microsistema de múltiplos relacionamentos, a finalidade da escola é descrita nos estudos de Pereira e Carloto (2016) e Santos (2019) como um espaço protetivo de direitos, que dimensionam a finalidade da escola como uma instituição capaz de promover, em sua complexidade, um espaço considerado como um sistema de proteção de direito de natureza social, componente de um projeto político de coletividade, que protege, e prioriza a proposição da efetividade da dignidade humana de seus atores.

Ao defender a finalidade da escola, Santos (2019, p. 12) enfatiza que, como um direito, deve atender aos anseios e necessidades dos alunos, sendo considerada como um bem comum, de interesse coletivo, que representam o elemento estruturante e vital da sociedade. O argumento apresentado pelo autor é fundamentado na Carta Constitucional de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos,

apresentando a escola como espaço estruturante e de proteção “que constrói a humanidade do outro, que consolida sua dignidade e, por isso, o torna sujeito de direitos”.

Nesse debate, Souza e Charlot (2016) destacam que a escola deve ser um espaço-tempo para que a sua finalidade, ofereça novas oportunidades culturais, institucionais e/ou individuais com a finalidade real de formação. É no processo de humanização, socialização e singularização, na qual a escola consiste em diferentes papéis e status para o educador e o educando, aqui tomada como lócus oportuniza reflexões mediante práticas cooperativas e democráticas, condições reais para que possam se formar e se construir enquanto sujeitos capazes de conviver numa sociedade na qual se entremeiam interveniências e influências culturais, políticas, sociais e econômicas.

Para complementar, considera-se que a Escola segundo Libâneo (2016), como um direcionamento sociológica/intercultural voltada para a diversidade social e cultural articulada, em geral, com estudos no campo curricular; e também uma orientação crítico-dialética baseada na tradição da teoria histórico-cultural ou em outras versões de pedagogias sócio críticas. Neste sentido, para Petrini e Wanderer (2022) a concepção da escola pela sua natureza sociológica/intercultural, tem sido predominante no sistema educacional brasileiro devido à articulação entre as políticas educacionais nacionais, e a orientação de instituições multilaterais organismos internacionais, entre eles, o currículo instrumental e um currículo voltado para a obtenção de resultados imediatos.

Essa estrutura deixa claro que as políticas educacionais direcionadas à escola tem recebido influência externa, produzindo um campo de estudo para melhorar a qualidade das organizações educacionais, o desempenho e realizações de estudantes e profissionais que nelas trabalham. Além disso, a escola para Libâneo (2016) é um local que propicia a apropriação de conhecimentos sistematizados socialmente constituídos, alicerce para o desenvolvimento do caráter e das aptidões intelectuais por meio do processo instrucional de aprendizagem. Essas orientações têm diferentes referenciais de qualidade de ensino, que, por sua vez, influenciam a forma como as atividades escolares e de sala de aula são concebidas.

Como tema recorrente do Ministério da Educação (MEC), Libâneo (2016) explica que as instruções de gerenciamento da diversidade sociocultural, presente inclusive em documentos e orientações internacionais, constituem em parte, a função da escola como instituição voltada para a redução das desigualdades, por meio da educação, direcionando-a para a promoção de valores de solidariedade e atitudes que possibilitem aos alunos o alcance de um status

socioeconômico, assegurando que os indivíduos tenham acesso integral à educação. Trata-se de uma finalidade e responsabilidade apresentada à escola, como meio de mudança, buscando dentro de seus limites, a minimização dessas desigualdades, como formadora da base para as perspectivas de futuro.

A definição de objetivos e finalidades da escola incide, também, sobre a orientação sociológica/intercultural, de natureza sócio/crítica, na qual Libâneo (2016) defende um currículo de experiências educativas, isto é, o desenvolvimento através de experiências sociais e culturais em situações educacionais (por exemplo, práticas de partilha de valores diversos e de solidariedade com base nas experiências cotidianas e aceitação da diversidade social e cultural), considerando a participação dos profissionais nos serviços educacionais e obrigações que devem ser prestadas pelo Estado.

Na obra “Organização e gestão da escola: teoria e prática”, Libâneo (2001, p. 20) a escola é considerada pelo autor como “uma unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo”, considerando um ideário liberal, conferindo “às comunidades e às escolas a iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais”. Para Caldeira (2021) refere-se a uma instituição de ensino e aprendizagem estabelecido com a finalidade de educar, de acordo com as políticas e diretrizes dentro de um sistema, podendo empregar as práticas necessárias para a formação do pensamento crítico, interligados ao compartilhamento de diferentes valores e na aceitação da diversidade social e cultural, compondo as habilidades de pensamento, argumentação e pensamento reflexivo desenvolvidos pela aprendizagem sócio/crítica.

Outro aspecto a destacar, refere-se ao artigo 205, proporcionar “a educação como direito e dever do Estado, da família e da sociedade”, e o artigo 206, § 1º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), à responsabilidade de promover “o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988), reconhecendo tacitamente o valor da escola, enquanto instituição destinada à sociedade, com fundamentos para a formação do consenso social, em que as políticas e mudanças são imprescindíveis para atender as necessidades acadêmicas para o desenvolvimento pleno do aluno.

Nessa construção, a terceira orientação descrita por Libâneo (2016), defende um currículo baseado no desenvolvimento cultural e científico em articulação com as práticas sociais e culturais. O autor, considera a escola como um espaço na formação cultural e científica associado com as práticas socioculturais, cuja finalidade da escola é de democratizar a

sociedade e promover a inclusão social. Neste sentido, conforme a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reforçam os objetivos da educação escolar como um ideal comum a todos os brasileiros, sem nenhuma distinção (Brasil, 1996; Brasil, 2017), na qual ficou definido que o aprendizado essencial a que têm direito os alunos, contribuem para o processo de formação do sujeito crítico e reflexivo. Contudo, essa formação estará sujeitada ao currículo adotado pela escola, a forma de sua implementação.

A partir destas colocações é possível passar ao próximo ponto da pesquisa, que é a análise das teses e dissertações.

6.2 Análise das Dissertações e Teses

As dissertações e teses selecionadas para a análise foram publicados pelos Programas de Pós-Graduação do país. O quadro 8 apresenta as dissertações selecionadas.

Quadro 8: Dissertações selecionadas.

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Conclusões
Possamai, C. F. (2014).	A função social da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórico crítica.	Analisar a contribuição para o entendimento da função social da escola, do papel do professor e da relevância do conhecimento científico na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).	A PHC visa a igualdade social e para isso busca a efetivação de uma escola democrática, para que todos tenham acesso em igual relevância. Ao contrário do que prega o idealismo hegemônico quando diz que todos têm direitos iguais, mas somente alguns desfrutam de privilégios, pois são considerados merecedores.
Carreira, L. F. S. (2015).	Os Mbyá vão à escola: uma etnografia sobre os sentidos da escola na aldeia da Estiva.	Apresentar uma análise acerca da escola Guarani-Mbyá e seu objetivo é compreender o modo como os guaranis pensam e dão sentido à instituição escolar introduzida na aldeia.	A escola surge como um espaço de apropriação de aspectos deste outro mundo que são interessantes e necessários aos indígenas e que remetem diretamente ao modo como estes lidam com a alteridade. Assim, a centralidade conferida aos processos guaranis de aprendizagem de outra “cultura” remete a análise sobre a escola aos temas clássicos da etnologia, como o da corporalidade e da relação indígena com o outro.
Graciani, G. D. (2015).	A função social da escola pública brasileira: um estudo exploratório.	Realizar um estudo exploratório sobre a função social da escola pública brasileira.	A função social da escola pública brasileira está estreitamente vinculada à promoção de direitos civis, sociais e políticos decorrentes da adesão do

			Brasil aos tratados e ^{continuação.} convenções internacionais de Direitos Humanos, possibilitando que as chamadas políticas públicas compensatórias fossem transformadas em políticas sociais, fortemente entrelaçadas com a política educacional.
Almeida, G. R. (2017),	Os efeitos da escolarização na produção da subjetividade em sujeitos com deficiência.	Compreender os efeitos do processo de escolarização na produção da subjetividade de sujeitos com deficiência.	Infere-se que, no âmbito dos anseios sociais que a escola atende, os sentidos subjetivos produzidos estão vinculados ao sentimento de exclusão, e isto ocorre em razão das práticas de escolarização ainda estarem pautadas em processos e metodologias que visam à homogeneidade dos sujeitos, o que, via de regra, impede que os professores e colaboradores enxerguem os processos subjetivos dos alunos.
Pedroso, R. R. (2017).	O significado e o sentido da escola pública para os jovens em conflito com a lei: uma discussão à luz da Teoria da Atividade de A. N. Leontiev.	Compreender a relação entre a escola, seu significado social e seu sentido para os jovens em conflito com a lei.	Os dados obtidos indicam que o distanciamento entre o significado social da instituição escolar e o sentido que possui para os alunos pode ser o causador dos conflitos destes com a escola. Nesse cenário, ocorre uma ruptura no processo educativo e surgem conflitos diversos entre os adolescentes e os demais sujeitos presentes na instituição escolar.
Alflen, S. (2020).	Da legitimidade à contradição: diferentes sentidos de escola presentes nos espaços enunciativos informatizados.	Compreender os diferentes efeitos de sentido produzidos pelo par Escola/Educação, em enunciados como “Escolas matam a aprendizagem”, e “A Escola é nossa”, produzidos em diferentes contextos enunciativos e discursivos.	Existem diferentes posições dos sujeitos de discursos diferentes (e opostos) em relação à Escola/Educação; uma defendendo a morte da Escola (chamada tradicional) em nome da mercantilização dela, propondo-a como um produto consumível, como qualquer outro produto digital; e outra, ao contrário, defendendo a sobrevivência da Escola, espaço físico reconhecível socialmente.

Fonte: Organização autoral, 2024.

No quadro 8 foram apresentadas as seis dissertações selecionadas que abordam as finalidades da escola da educação básica e de jovens nas escolas públicas na última década, apontadas por parte da produção científica nacional da última década. Já no quadro 9, é apresentado as teses selecionadas para esta pesquisa.

Quadro 9: Teses selecionadas.

Autor(es)/Ano	Título	Objetivo	Conclusões
Maia, D. da S. (2019).	Família e escola: o que as crianças do 1º ano têm a dizer?	Compreender como a família, a escola e a relação entre ambas são percebidas e significadas por crianças do 1º ano do Ensino Fundamental de duas escolas de Porto Alegre (RS, Brasil).	A escola foi concebida como um lugar com uma determinada configuração arquitetônica e uma identidade específica. Foi considerada um espaço das crianças e um contexto que interage com a família. As crianças atribuíram sentidos positivos à escola: disseram que é bom e importante frequentá-la, além de ser obrigatório. Serve para aprender, brincar, divertir-se e fazer amigos.
Callas, D. G. (2020).	As finalidades educativas escolares a partir das percepções dos jovens-alunos e os desafios da escola na atualidade.	Investigar as finalidades educativas escolares (FEE) e os desafios da escola na atualidade, a partir das percepções de jovens-alunos do Ensino Fundamental II, de escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo.	As principais conclusões foram: (1) “transmissão de conteúdos”, (2) “acolhimento e cuidado”, (3) “formação integral da pessoa”, (4) “formação para o trabalho”, (5) “formação do cidadão”, (6) “formação para vida e sociedade” e (7) transformação social.
Silva, A. dos S. (2020).	Da escola pública ao espaço público da educação: concepções e reverberações.	Investigar o papel da escola pública e dos espaços urbanos na constituição de culturas juvenis contemporâneas, visando compreender as rupturas e continuidades entre os espaços de produção de subjetividades, como também suas reverberações em percursos escolares de jovens na cidade.	Identificamos uma valorização da escola pela camada da população jovem socioeconomicamente vulnerável e sobre a qual recaem estereótipos de desvalorização da escola e da experiência escolar. Nossos resultados mostram que os jovens identificam nas escolas de periferia contextos institucionais em que ações políticas e de engajamentos juvenis podem ser desenvolvidas, levando o espaço escolar, como contexto de socialização, a ultrapassar seus próprios muros.
Guimarães, E. L. V. (2023).	A finalidade educativa da escola de tempo integral: a perspectiva dos alunos do ensino fundamental anos finais.	Investigar a finalidade educativa da escola de tempo integral na perspectiva dos alunos do ensino fundamental anos finais.	Ao estabelecer a análise dos dados e os referenciais estudados foi possível apreender que existe uma preocupação dos alunos quanto à extensão do tempo, a estrutura física da escola bem como as relações afetivas e, sobretudo, o processo ensino/aprendizagem. Percebe-se, por fim que, para os alunos a escola é vista como local de socialização, de integração, de ensino dos conteúdos dentre outros,

Fonte: Organização autoral, 2024.

No quadro 9 foram apresentadas as Teses selecionadas para compor esta pesquisa, totalizando quatro trabalhos relacionados a construção da finalidade da escola brasileira. Assim, ao unificar as principais abordagens apresentadas nas Dissertações e Teses, as principais temáticas referentes a construção da finalidade da escola brasileira contemporânea, apontadas

por parte da produção científica nacional da última década, são descritos por temática no quadro 10.

Quadro 10: Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira.

Temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira nos dias atuais.	Número de estudos
Socialização.	8
Construção da identidade e espaço de apropriação de cultura e conhecimento.	2
Transmissão de conteúdos, acolhimento e cuidado, formação integral da pessoa, formação para o trabalho, formação do cidadão, formação para vida e sociedade e transformação social.	1
A escola como um espaço físico de transformação reconhecível socialmente.	1
Relação entre a família e a configuração da escola.	1

Fonte: Organização autoral, 2024.

Destaca-se que os dez estudos selecionados, apresentam percepções das questões diversificadas sobre as finalidades da escola, conduzindo, igualmente à aquisição do conhecimento, espaço ou estrutura física arquitetônica, ambiente de ação/atuação das práticas pedagógicas, ensino e aprendizado, considerando a complexidade na formulação das finalidades da escola. Portanto um ou mais estudo pode expor diferentes propostas formativas para a construção das finalidades da escola.

Observados a composição dos temas referentes à construção da finalidade da escola brasileira nos dias atuais, oito estudos são direcionados a especificar a socialização na escola como instituição e espaço de integração, tem uma influência muito importante na adoção de padrões sociais e culturais de comportamento da criança. É o local de seleção, formação e imitação de atitudes, valores e normas que a criança/jovem trará para a sua sociedade e cultura no futuro (Possamai, 2014; Graciani, 2015; Almeida, 2017; Pedroso, 2017; Maia, 2019; Alflen, 2020; Silva, 2020; Guimarães, 2023).

Cada escola representa um entorno social único e específico no qual os alunos, assim como os professores, adotam diversas experiências sociais. Na Dissertação de Possamai (2014) os sistemas educacionais refletem as mudanças básicas na sociedade porque as instituições dentro desse sistema (sendo as escolas uma parte dele) são uma construção dessa mesma sociedade, que naturalmente tenta reproduzir seus valores, atitudes e normas comuns. e condições através de suas instituições. Ao descrever sobre a finalidade social da escola, Possamai (2014) cita que, trata-se de refletir de forma posicionada política e ideologicamente, diante do que esta instituição faz ou deixa de fazer, do por que, para quem, quando e como faz. O mesmo autor considera que analisando um sistema educativo pode-se reconstruir o

desenvolvimento de uma sociedade. Durante o processo de crescimento e amadurecimento, cada indivíduo passa por uma série de interações sociais que são características de uma determinada cultura e sociedade e são determinadas por um sistema de valores que essa cultura e sociedade transferem aos seus membros através de uma série de mecanismos. A escola é, talvez, o único mecanismo, o único elemento dessa sociedade, a única instância de socialização pela qual passam todos os membros de uma sociedade.

Neste contexto, as Dissertações de Graciani (2015) e a de Almeida (2017) são similares ao enfatizarem que a socialização dentro dos limites da escola pressupõe um processo de desenvolvimento da personalidade do aluno sob a influência dos procedimentos educativos dentro dela e do seu desenvolvimento pessoal. Uma escola deve proporcionar às crianças e aos jovens um espaço de interação social, possibilitando-lhes relações de qualidade com os adultos e entre si.

Para Graciani (2015) ao ponderar sobre o conceito de função social da escola, é necessário discutir a dimensão dos processos de socialização a que os indivíduos são submetidos. Como o processo de socialização é muito complexo, dependendo das relações interpessoais, dos papéis que os alunos, professores e restante pessoal assumem dentro da escola, torna-se cada vez mais claro que não pode ser inteiramente pensado pedagogicamente, intencional, sistemático e explícito. Nesse processo, são iniciados e ampliados os universos relacionais, que envolvem toda a comunidade educativa de convívio, onde os alunos vão gradativamente apreendendo maneiras de ser e de estar no mundo.

Esse argumento é compartilhado na Dissertação de Almeida (2017) ao pesquisar o processo de subjetividade dos efeitos do processo de escolarização de sujeitos com deficiência, na qual atribuem uma trajetória de exclusão social dentro do próprio espaço escolar, Essa preocupação tem levantado o debate sobre a finalidade da escola no campo da dignidade humana, associados aos os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes, traduzindo-se em um processo de socialização capaz de respeitar as diferenças. Além disso, é preciso repensar, ao menos novas formas de promover as interações e interrelações sociais internamente que prepare os alunos para atuar como membros de uma pequena comunidade que os constrói durante esse processo de socialização.

A finalidade da escola pública apresentado na Dissertação de Pedroso (2017) promove dentre outras coisas, a socialização dos indivíduos. A escola enquanto instituição tem uma influência nesse processo, pois o fator ‘socialização’ contribui para que os jovens atribuam um

sentido de estar na escola. Sendo assim, a escola é uma instância de socialização no sentido histórico-cultural, e deve ser capaz de satisfazer as necessidades individuais e coletivas, cumprindo não só as suas funções educativas, mas também fornecer educação para conhecimentos, competências, compreensão da cultura, de acordo com as novas demandas do tempo e espaço na qual estão inseridas. A esse respeito, o autor enfatiza que os alunos devem perceber a finalidade da escola como um local de desenvolvimento pessoal, para que possam contribuir e integrar a sociedade, refletindo até mesmo sua importância para o processo de socialização fora dos muros escolares.

Na Dissertação de Alflen (2020) é abordado a socialização como finalidade do real papel da escola, com o objetivo de obter o desenvolvimento integral dos sujeitos, a fim de determinar o modo como os efeitos serão reproduzidos socialmente. Assim, a finalidade da escola no processo de socialização, busca ensinar competências de interação social, ajudando os alunos a desenvolver o compromisso social, respeito e o pensamento crítico, são exemplos de objetivos que podem ser alcançados pelas escolas. Todos esses são aspectos da socialização.

Como contexto de socialização, a finalidade da escola é concebida na Tese de Silva (2020) de forma articulada e diferenciada para estruturar as disposições dos estudantes e suas orientações pessoais para a ação dentro e fora do espaço escolar. Neste sentido, os sistemas educativos socializam os estudantes para se tornarem membros da sociedade, moldando valores e atitudes face às necessidades da sociedade contemporânea.

Concluindo, a abordagem da finalidade da escola como agente de socialização, é debatida na Tese de Guimarães (2023), visto que a escola pode cumprir um papel emancipatório preparando seus alunos para o mundo diversificado, aprofundando conhecimentos, espírito crítico e vivências democráticas, dentro e fora de seu espaço acadêmico, a fim de garantir que todos alcancem os níveis mais elevados de ensino e aprendizagem de acordo com sua capacidade e potencialidade. Nessa perspectiva, a escola em sua finalidade de socialização, acredita-se que desempenha um papel integral no desenvolvimento de competências, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de resultados intrapessoais e apropriação de realizações sociais, tais que as competências e atributos individuais e que podem contribuir para a coesão social.

Ao entender a finalidade da escola como uma das possibilidades de transmissão de conteúdos, acolhimento e cuidado, formação integral da pessoa, formação para o trabalho, formação do cidadão, formação para vida e sociedade e transformação social, a Tese de Callas

(2020) traz uma análise sobre a finalidade da escola como um espaço que pode ser ressignificado além do tempo presente, já que prepara os alunos para as mudanças do futuro, para que sejam autônomos, alcançando suas finalidades, modelando suas identidades, entre outros objetivos como processo, também, de socialização. Trata-se de compreender a escola sob diferentes perspectivas e novos olhares, que devem ser percebidos além de currículos, condições sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas. Em outros termos, uma finalidade de preparação de crianças e jovens para o futuro, complementadas por novas vivências e as complexas diversidades do mundo. Portanto, os diferentes saberes encontrados dentro dos muros escolares, quando concebido a partir da finalidade da escola, deve ser vinculado à todas as relações existentes fora deles, em toda a sua pluralidade.

O debate volta-se a finalidade da escola como um processo de construção da identidade e espaço de apropriação, teorizados na Dissertação de Carreira (2015) e nas Tese de Maia (2019). A finalidade da escola surge como um espaço de apropriação de cultura e conhecimento na Dissertação de Carreira (2015), na centralidade da transmissão de cultura e formação da identidade das comunidades indígenas na sociedade dos “brancos”, que partilham de um pensamento que determina um lugar central ao Outro em sua estrutura social. Deste modo, a finalidade da escola é proporcionar um sistema de pensamento flexível e aberto à incorporação de elementos provenientes do contato com a sociedade como um todo, sem suplantando a cultura, a identidade e a tradição dos povos. Sugere que as escolas públicas precisam considerar também os aspectos espirituais do ser dos alunos, eles devem ser definidos religiosamente, culturalmente ou individualmente. Isto é exemplificado sob a forma de que muitas estruturas de educação indígena, nas quais se defende que os objetivos da escolaridade incluem um equilíbrio holístico no desenvolvimento do bem-estar mental, físico, emocional e espiritual.

A tese de Maia (2019) contextualiza a finalidade da escola como uma forma de apropriação reflexiva do conhecimento, pelo seu dinamismo capaz de ampliar e transformar a significação do mundo para além de seus lares. Resulta do processo de referência pessoal e a constituição de identidade que é integrada pela escola, visto que a escola é um lugar de práticas coletivas. A integração entre a família e a finalidade da escola, é descrita também por Maia (2019) como os principais pilares que influenciam a criança durante o processo de crescimento, mas também desempenham um papel importante na socialização. É uma “parceria” mais importante da socialização, pois decorrem de diferentes estruturas e realidades, sumariando em novas experiências e expectativas, que, influenciam as formas de pensar criticamente e agir

para a construção social. Trata-se de um processo contínuo, que além da família, a finalidade da escola na socialização possibilita que a criança se torne membro de um sistema organizado e de grande escala fora do convívio familiar. Por isso a escola se torna um importante agente de socialização, apropriação de conhecimento e construção da identidade.

Por fim, considerando as diferentes finalidades atribuídas à escola, a Dissertação de Alflen (2020) defende a escola como espaço físico de transformação social, produzindo novas formas de conhecimentos, organização e funcionamento discursivo diante da materialidade digital. O que leva o autor a afirmar que, embora a finalidade atribuída a escola sempre pode ser outro. Na concepção midiática e tecnológica, a escola vem sendo percebida apenas como puramente instrumental na sua função, porém atua como agente de transformação social, em suas metodologias de investigação e na criação de plataformas, configurando espaços de pesquisa e formação, integrando as tecnologias digitais a sua fundamentalidade ao gerar conhecimento e aprendizado.

Com isso, o levantamento das Dissertações e Teses analisadas revela a necessidade de se produzir mais pesquisas sobre o tema até aqui apresentado, “avaliar parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola da educação básica e de jovens nas escolas públicas na última década”, objeto da investigação desta Dissertação. Isso porque os dados até aqui levantados podem provocar vieses e imprecisões não somente na análise, mas também na própria coleta dos dados de estudos sobre revisão o estado do conhecimento e a metapesquisa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar e discutir parte da produção acadêmico-científica contemporânea sobre as finalidades da escola pública de educação básica, com destaque para estudos publicados no recorte de 2014 a 2024, ou o período de vigência formal da Lei 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação, por considerar que o mesmo representa um marco situacional na organização da educação nacional.

Para atingir o objetivo proposto, além da metodologia considerada pertinente, foi realizada uma ‘leitura flutuante’ no corpus documental, leitura que garantiu recortes e discussões de uma forma reflexiva, pontuando as temáticas apontadas e não, necessariamente, a construção de categorias fixas.

No primeiro capítulo, logo após a introdução, enfatizou-se a construção das finalidades da escola dentro de um contexto social geral, cujo finalidade evoluiu ao longo do tempo e pode variar dependendo de fatores culturais, sociais e econômicos. Discutir a escola implica, primeiro, em reconhecer a articulação das dimensões sociológica e pedagógica no interior de um mesmo projeto; segundo em procurar apreendê-las em sua totalidade, em sua objetivação no real. Em termos mais amplos, a socialização é definida como o processo pelo qual as pessoas adquirem atitudes, valores e normas de uma cultura particular, bem como aprendem comportamentos que são apropriados no nível individual e social.

Em geral, as escolas buscam fornecer aos alunos o conhecimento e as habilidades necessárias para a vida, tanto acadêmica quanto socialmente. Isso inclui, despertar o compromisso preponderante na formação do caráter social dos indivíduos, e, deste modo, tem em suas mãos as ações de intervenção pelos mecanismos da educação, consolidando as relações sociais. Destarte, funda o papel de desenvolvimento e aprendizagem, que abrange diferentes conhecimentos, direitos e deveres que no processo de socialização se processam no acesso igualitário à educação, na preparação dos alunos para a cidadania e na promoção do pensamento crítico e consciência global.

Assim, entende-se que a escola por si só é uma instituição social, capaz de perpetuar conhecimento, habilidades e os valores como responsabilidade social, a ‘criação de um eu social’, abrangendo o desenvolvimento da pessoa como um todo, não apenas o intelecto, mas também os aspectos emocionais e físicos da pessoa, por meio do ensino e da aprendizagem. Considera-se, também, a finalidade da escola como espaços para que o ensino e outras

responsabilidades, sejam desempenhadas para servir a finalidade que a representa, como instituição tem uma influência muito importante na adoção de padrões sociais e culturais, seleção, formação de atitudes, valores e normas que são indispensáveis para a sociedade e cultura no futuro.

Cada escola representa um ambiente social muito específico, independentemente dos currículos nacionais comuns e da base legal sobre a qualidade do funcionamento da escola como instituição. Uma escola em que prevalece a finalidade de cultura, juntamente com uma atmosfera encorajadora que promove valores positivos, tolerância, compreensão, parceria, cooperação, conservação, preservação... incentiva a adoção de tais qualidades também nos alunos. Trata-se de socializar o aluno, e direcionar as novas gerações os valores como trabalho, família, população, democracia, justiça e assim por diante, em sentido ético, e que são centrais para a sociedade. Nesse debate, são muitas as finalidades da escola que emergem gradualmente como uma instituição social distinta, além de contribuir para a prosperidade da sociedade e da humanidade, refletindo o grau de importância da finalidade escola, assim como determinar quais são as melhores ações a serem tomadas para o bem comum, para viver em sociedade, direcionando as novas gerações à reflexão e entendimento de família, população e da coesão social.

O segundo capítulo, discorreu sobre a finalidade da escola como formação geral/propedêutica. O debate buscou enfatizar a possibilidade de o aluno em poder optar por uma área de seu maior interesse para aprofundar os conhecimentos. Nesse sentido, entende-se que pensar a escola como tendo a imposição de apenas preparar o aluno para o mercado de trabalho induz, conseqüentemente, a refletir sobre a qualidade e as finalidades da escola, para que a mesma não seja reduzida a uma perspectiva estritamente mercantil.

A escola não pode ser concebida unicamente como um meio de mobilidade social, mas, como uma determinante de enriquecimento pessoal. A finalidade que escolas adquirem como formação geral/propedêutica, direcionam a opção ideal de poder priorizar as áreas de formação a ser oferecidas, ajustando interesses e perfis de seus estudantes. Concebe-se, no ambiente escolar, novos direcionamentos que robustecem valores e conhecimentos, configurando e reconfigurando as culturas estabelecidas no modelo de formação para além da sala de aula. Assim, o ideal a ser alcançado relacionados a finalidade da escola como formação geral/propedêutica é a superação das desigualdades e a construção de uma sociedade capaz de superar a fragmentação do ensino entre as diferentes classes sociais.

Sobre a escola como espaço para formação da cidadania, o terceiro capítulo expôs algumas inquietações contemporâneas relacionadas há como preparar adolescentes e jovens para serem cidadãos ativos, efetivos, conscientes e responsáveis para as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, assim como a capacidade de identificar e atuar sobre interesses comuns. Nesse contexto, a escola pública de educação básica assume a finalidade de contribuir para a formação de cidadãos capazes de promover a convivência harmoniosa e o desenvolvimento mutuamente benéfico dos indivíduos e das comunidades em que se inserem. Nas sociedades democráticas, a educação para a cidadania envolve não apenas o ensino e a aprendizagem em sala de aula, mas também as experiências práticas adquiridas por meio de atividades a partir da escola, destinadas a preparar os alunos para o seu papel de cidadãos.

No quarto capítulo foi apresentado a seleção dos Artigos, Dissertações e Teses, compondo 24 artigos no total, utilizando-se como critério a classificação A1 no Qualis CAPES do quadriênio 2017-2020, na Área de Avaliação “Educação”. As seis Dissertações e quatro Teses, foram unificadas nas buscas no catálogo da CAPES e da BDTD, totalizando 10 trabalhos. No quinto capítulo foi realizado a análise dos referidos trabalhos, emergindo os seguintes temas: socialização; escola democrática, gestão e cidadania, espaço de cultura em todos os seus contextos; escola como um ambiente que prepara para a vida e para o trabalho; desafios da escola e de seus agentes para a formação e o desenvolvimento humano; espaço protetivo de direitos; construção da identidade e espaço de apropriação de cultura e conhecimento; transmissão de conteúdos, acolhimento e cuidado, formação integral da pessoa, formação para o trabalho, formação do cidadão, formação para vida e sociedade e transformação social; a escola como um espaço físico de transformação reconhecível socialmente, e relação entre a família e a configuração da escola.

Nessa acepção, considera-se que para desenvolver as competências relacionadas com a interação efetiva e construtiva com os outros, agindo de forma socialmente sensata, agindo democraticamente e pensando criticamente, os alunos precisam construir posturas que incluem a responsabilidade pessoal e as interações interpessoais, respeito pelas diferenças, cooperação e comunicação, pensamento crítico e um sentimento de pertença à sociedade em que está inserido.

Por fim, ao buscar respostas para a questão norteadora desta pesquisa, restou claro que a contribuição dos autores possibilita uma reflexão sobre as finalidades da escola pública de

educação básica brasileira na contemporaneidade, especialmente auxiliando no desvelamento da realidade conceitual de forma crítica.

No texto apresentado, foi possível identificar aspectos apontados nas produções acadêmico-científicas publicizadas no período de 2014 a 2024, evidenciando perspectivas sobre as finalidades da escola, ou seja, o tema é pauta presente no debate educacional.

As perspectivas sobre as finalidades da escola pública de educação básica, no período em recorte, apresentam-se multidimensionais, apontando a instituição ‘escola’ como carregada das seguintes finalidades: (a) alicerce de uma sociedade justa e mais igualitária, e de direito; (b) potencial emancipador que investe na formação de seus docentes e na criatividade de seus educandos; (c) espaço de diálogo e de transformação; (d) ambiente capaz de proporcionar condições para que as novas gerações ampliem e modifiquem os conhecimentos; (e) instituição que, por meio de princípios e valores, estabelecem a construção de experiências e responsabilidade pela própria aprendizagem; (f) possibilita oportunidades para a unificação cultural, linguística e política; (g) orientação sociológica/intercultural voltada para a diversidade social e cultural articulada; (h) no campo curricular fornece subsídios para o pensamento crítico; (i) é um local que propicia a apropriação de conhecimentos sistematizados socialmente constituídos; (j) uma oportunidade de socialização, desenvolvendo o senso de cidadania, responsabilidade social e vida cooperativa; (k) o ensino propedêutico, de caráter geral, oferece uma oportunidade para ampliar a mente dos alunos; (l) outra finalidade da escola é alcançar, na perspectiva de uma sociedade justa, para que o aluno possa construir sua história, sua formação humana e cidadania, se traduzindo na perspectiva de futuro no desenvolvimento intelectual, físico, social e emocional dos alunos, pronunciadas na educação para a cidadania ativa, consciente de seus deveres, direitos e igualdade.

Portanto, foi possível identificar, nas produções examinadas, o debate acerca de algumas das finalidades da escola pública de educação básica brasileira nos dias atuais. O que responde positivamente à questão norteadora deste estudo: a pesquisa acadêmico-científica, através de suas publicações e publicizações, tem apresentado e discutido as finalidades da escola na contemporaneidade.

Por fim, a pesquisa possibilitou identificar que as etapas da educação básica – educação infantil, fundamental e médio – também abarcam diferentes expectativas e revelam distintas finalidades para a escola. Por exemplo, o peso da finalidade ‘formação do sujeito’ aparece fortemente pronunciado nas produções sobre a educação infantil. Todavia, a finalidade

atribuída e vinculada ao ensino propedêutico, é mais pronunciada nas produções que discutem o ensino médio. Tais diferenças deixam espaço para novas pesquisas e posicionamentos acerca do tema.

Também é pertinente informar, na etapa de conclusão do texto, que as finalidades descritas tanto nos textos examinados quanto, e sobretudo, na dissertação ora concluída, aproximam-se da escola ‘ideal’, narrada nas reflexões elaboradas. Urge, entretanto e para estudos vindouros, problematizar a escola real, a escola do cotidiano, verdadeira e materializada em pontos e contrapontos, desafios contínuos que, muitas vezes, a distanciam de qualquer finalidade compreendida pela academia.

Como conclusão derradeira, o corpus empírico examinado permitiu evidenciar a importância da instituição ‘escola’ para a constituição da sociedade, reiterando sua pertinência e relevância no período em estudo, relevância refletida em parte das produções acadêmico-científicas.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. A. G. de; et al. A função da escola na sociedade contemporânea: concepções de uma professora da educação básica. **Interfaces da Educação**, Paranaíba/MS, v.6, n.16, p.118-133, 2015.
- ALFLEN, S. **Da legitimidade à contradição**: diferentes sentidos de escola presentes nos espaços enunciativos informatizados. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Palhoça, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/77ac2084-3e4e-4156-bf11-17bc10867d1f>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- ALMEIDA, G. R. **Os efeitos da escolarização na produção da subjetividade em sujeitos com deficiência**. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7496>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- ALMEIDA, M. I. de; SALCES, C. D. de; FERNANDES, T. R. O que pode a escola pública diante das desigualdades? **Revista de Educação PUC/Campinas**, Campinas/SP, v. 26, e215328, p. 1-18, 2021.
- AYUSO, M. J. I.; MENDIZABAL, M. R. L.; RUIZ-ALBERDI, C. M. La escuela: lugar de significado y compromiso. Teoría de la Educación. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado - RIFOP**, Murcia, España, v. 35, n. 1, p. 47-64, 2023. <https://doi.org/10.14201/teri.27858>
- BOURDIEU, P. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. 258 p.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de educação**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BORGES, N. A doutrina da segurança nacional e os governos militares. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14-42.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 07 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Plano Nacional de Educação (PNE). – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2017. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CP-CNE-002-2017-12-22.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio (BNCC-EM) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2018. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CALLAS, Vera Maria Nigro de Souza. **As finalidades educativas escolares a partir das percepções dos jovens-alunos e os desafios da escola na atualidade**. 2020. 234 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós Graduated em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/23604>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CALDEIRA, A. P. S. Da “educação como salvação” à “crise da escola”: notas sobre a história da instituição escolar. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia/MG, v. 20, e001, p. 1-12, 2021. h

CANÁRIO, R. **O que é a escola?** Um “olhar” sociológico. Porto - Portugal: Porto Editora, 2005. Coleção Ciências da Educação Século XXI.

CARNEIRO, F.; NABOOUT, J. C.; BINI, L. M. Trends in the scientific literature on phytoplankton. **Limnology**, Verbania-Pallanza, Itália, v. 9, n. 2, p. 13-158, 2008.

CARREIRA, L. F. S. **Os Mbyá vão à escola: uma etnografia sobre os sentidos da escola na aldeia da Estiva**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7228/1/000467938-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CARVALHO; L.; PEREIRA, M. de J. Escola-Família: aprendendo juntas... Um projeto socioeducativo. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa/Portugal, v. 34, p. 47-62, 2016.

CARVALHO, Maria João Cardoso de. A colonização da Escola pela racionalidade instrumental. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa/Portugal, v. 54, p. 35-48. 2021.

CARVALHO, P. C.de. **Concepções de pais e responsáveis sobre finalidades educativas e o papel social da escola**: um estudo no município de Hidrolândia. Repositório Institucional do Instituto Federal Goiano, p. 1-18, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3144/1/Artigo%20finalizado.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CAVALVANTI, A. C. D. Construção das políticas de educação de jovens e adultos em Pernambuco: qual a racionalidade? **Educação**, Santa Maria/RS, v. 44, p. 1-22, fev., 2019.

CORDEIRO, D. S. Por uma escola pública democrática. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 44, e273552, p. 1-5, 2023.

CUNHA, M. A. de A. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis/SC, v. 25, n. 2, p. 503-524, nov., 2007.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHARLOT, B.; ZANETTE, C. R. S.; STECANELA, N. A relação do docente com o saber e com o ensinar. **Revista Educação em Questão**, Natal/RN, v. 60, n. 64, p. 1-22, e-29415, abr./jun., 2022.

DENTZ, M. V. Proteção social nas políticas de escolarização: algumas digressões teórico-políticas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 27, e270055, p. 1-15, 2022.

DEWEY, J. **The educational situation**. Chicago: Arno Press, 1904. 112 p. Disponível em: [https://archive.org/details/educacionalsitu00dewegoog/page/n10/mode/2up?view=theater](https://archive.org/details/educationalsitu00dewegoog/page/n10/mode/2up?view=theater). Acesso em: 31 jul. 2023.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 224 p.

DIAS, É. A educação e a escola. Para que servem as escolas? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v.31, n.120, p. 621-629, jul./set. 2023.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011. 129 p.

EIDAM, H. Formação na escola: onde mais o seria senão? **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 44, e273563, p. 1-15, 2023.

ERICKSON, F. Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. **Anthropology & Education Quarterly**, New York/EUA, v. 18, n. 4, p. 335-356, 1987.

FALLEIROS, I. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção da nova cidadania. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. 312 p. p. 209-235.

FINCATO, D. P; GILLET, S. A. da C. **A pesquisa jurídica sem mistérios do projeto de pesquisa à banca**. 3ª ed. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. 128 p.

FICAGNA, M. F.; ORTH, M. A. Educação para um novo cidadão: construindo possibilidades ou relações entre a teoria e a prática. In: ANDREOLA, B. A.; et al. (orgs.). **Formação de educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010. p. 246-262.

FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2009.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre/RS, ano 3, n. 6, p. 242-264, jul./dez., 2001.

FREITAS, P. L. V. de. **Políticas de Ampliação da Jornada Escolar (PAJEs) no Brasil: metapesquisa de Teses e Dissertações**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3935>. Acesso em 15 fev. 2024.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997a. 84 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. **Escola cidadã: educação pela cidadania**. Centro de Referência Paulo Freire. 2004. Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/e5a9051a-c3bc-4eb6-9d93-61f5055a6d30/content>. Acesso em: 01 ago. 2023.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção questões da nossa época, v. 24).

GADOTTI, M. **A escola cidadã frente ao "Escola sem partido"**. A ideologia do movimento Escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUILHERME, A. A.; PICOLI, B. A. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 23, e230042, p. 1-23, 2018.

GUIMARÃES, E. L. V. **A finalidade educativa da escola de tempo integral**: a perspectiva dos alunos do ensino fundamental anos finais. 2023. 2090 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, Uruaçu, Goiás, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_21edafe928c4ad67ecbb39547d257b39. Acesso em: 14 fev. 2024.

GRACIANI, G. D. **A função social da escola pública brasileira**: um estudo exploratório. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19112015-133113/publico/GRAZIELA_DANTAS_GRACIANI.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

HANUSHEK, E. A. The economic value of higher teacher quality. **National Bureau of Economic Research - NBER Working Paper nº. 16606**, n. H4, v. 12, J12, p. 1-40, dec., 2010. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w16606/w16606.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PIB cresce 1,9% no 1º trimestre de 2023**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro 2001.

KNOBLAUCH, A.; MEDEIROS, C. C. C. de. A atualidade de A reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de um legado acadêmico e político. **Educação & Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 48, e245469, 2022.

KRISHAN, K.; KANCHAN, T. Open centres for journalology in universities and institutions. **Science and Engineering Ethics**, Riverside/EUA, v. 25, n. 4, p. 1259-1260, 2019.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. 32ª ed. São Paulo: Cortez, 1994. 258 p.

LIBÂNIO, J. B. **Ideologia e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1995. 160 p.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5ª ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; et.al. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. Cortez. São Paulo, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Educational policies in Brazil: the disfigurement of schools and school knowledge. Trad. Cláudia Valente Cavalcante. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 46, n. 159, p.1-23, jan./mar., 2016.

LIBÂNEO, J. C; FREITAS, R. A. M. da M. (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2018. 364 p.

LIBÂNEO, J. C; SANTOS, F. A. dos; MARQUES, Hellen Jaqueline. Finalidades educativas da escola e formação de professores no Brasil: uma análise crítica da Resolução CNE/CP Nº 2/2019. **Educação Temática Digital**, Campinas/SP, v.25, e023061, p. 1-20, 2023.

LOURO, G. L. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M. V. (org.) **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 85-92.

MAIA, D. da S. **Família e escola**: o que as crianças do 1º ano têm a dizer? 2019. 264 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8663>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológico. **Educar em Revista**, Curitiba/PR, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez., 2018.

MARQUES, P. B.; CASTANHO, M. I. S. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo/SP, v. 15, n.1, p. 23-33, jan./jun., 2011.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. **Em defesa da escola**: uma questão pública. tradução Cristina Antunes. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 97 p.

MELO, K. R. A.; GUIMARÃES, I. V. A (re)organização de práticas pedagógicas e do espaço/tempo escolares a partir do protagonismo de crianças do campo. **Interfaces da Educação**, Paranaíba/MS, v.11, n.31, p. 43-67, 2020.

MENEZES, E. T. de. **Verbetes educação propedêutica**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/educacao-propedeutica/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MESQUITA, D. L. de. Cidadania desde a infância e educação para a democracia: da negação da fala à perspectiva de fortalecimento da voz da criança. **Revista Brasileira de Educação - RBE**, Rio de Janeiro/RJ, v. 27, e270066, p. 1-22, 2022.

MINUZZI, E. D.; MACHADO, L. R. de S.; COUTINHO, R. X. A relação entre o ensino técnico e o propedêutico nas reformas e contrarreformas da educação brasileira. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí/RS, ano 37, n.119, p. 1-22, set./dez., 2022.

MOUSENA, E.; SIDIROPOULOU, T.; SIDIROPOULOU, M. Curriculum for Citizenship and Sustainability. SENOL, Hülya; STAVROPOULOS, K. K. M. In: **Pedagogy - challenges, recent advances, new perspectives and applications**. 2022. E-book. 572 p. Disponível em: <https://www.intechopen.com/predownload/81312>. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOREIRA, C. F. N. O debate sobre a democratização da educação pública e a tese da gestão democrática radical da escola. **Educação & Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 47, e222657, p. 1-18, 2021.

MORETTO, T. de S. O papel da escola no ato ensinar o aluno a pensar. **Revista Científica Novas Configurações - Diálogos Plurais**, Mineiros/GO, v, 2, n. 2, p. 110-112, 2021.

MUYLAERT, N.; OLIVEIRA, A. C. P.de; COSTA, Paula Araújo da. Metapesquisa: a implementação de políticas públicas educacionais no campo da educação. **Educação em Revista - EDUR**, Belo Horizonte/MG, v. 39, e38352, p. 1-23, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA- UNESCO. **Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?** Brasília: UNESCO, 2016. 91 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244670>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.** – Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. 189 p.

PEDROSO, R. R. **O significado e o sentido da escola pública para os jovens em conflito com a lei: uma discussão à luz da Teoria da Atividade de A. N. Leontiev**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2017. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/4144.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

PELLISSARI, L. B. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista – EDUR**, Belo Horizonte/MG, n. 39, e37056, p. 1-15, 2023.

PEREIRA, F.; MOURAZ, A. Crise da educação escolar e percepções dos professores sobre o seu trabalho: identidade profissional e clima de escola em análise. **Educação em Revista**, Belo Horizonte/MG, v. 31, n. 01, p.115-138, jan./mar., 2015.

PEREIRA, C. M. R. B.; CARLOTO, D. R. Reflexões sobre o papel social da escola. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro/ RJ, v. 33, n. 2, p. 1-11, mai., 2016.

PETRINI, S. G. M.; WANDERER, F. Escola moderna e seus desajustes na contemporaneidade. **Revista Educar Mais**, Pelotas/ RS, v. 6, n. 1, p. 1014-1028, 2022.

PIOTTO, D. C.; NOGUEIRA, M. A. Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação & Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 47, e470100302, p. 1-5, 2021.

POSSAMAI, C. F. **A função social da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórico crítica**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/c065c71c-9436-4569-a4ce-0baa6e5e3976>. Acesso em: 03 mar. 2024.

RAAB, Y.; BARBOSA, A. Escola para quê? Reflexões sobre a função da escola Pública Estadual Paulista. **Revista HISTEDBR**, (indexado em Educação e Realidade), São Paulo, v. 19, e019010, p. 1-18, 2019.

RAMOS, F. C. Socialização e cultura escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Vila Isabel, Rio de Janeiro/ RJ, v. 23, e230006, p. 1-21, 2018.

RIBEIRO, H. C. M. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) - BIBLIOS**, Porto Alegre/RS, n. 69, p. 1-30, 2017.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, ano XXII, v. 22, n. 76, p. 232-257, out., 2001.

SANTANA, J. N.; BULGARELI, P. S. S. Gestão democrática em discussão: a sua importância no contexto do Projeto Político Pedagógico (PPP). In: MEDEIROS, J. de L. (Org.). **Ensino e educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 227-240. v. 2.

SANTOS, É. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação & Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 45, e184961, p. 1- 15, 2019.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. (Orgs). **Formação do educador**. São Paulo: UNESP, p. 145-155, 1996. 132 p. p. 39-50.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 153 p.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo/SP, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez., 2017.

SILVA, J. M. da. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Práxis), 2004. 138 p.

SILVA, P. F. da. **O que é escola segundo Pierre Bourdieu, Michel Foucault e Paulo Freire: uma análise crítica**. Seminário de Instituições Universitárias, Universidade Nacional de Rosário, Rosário, Argentina, 2014. 13 f. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2014/Modalidade_4datahora_25_07_2014_22_40_27_idinscrito_1191_2fed876833edf0df0cbda2dd841e4e20.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

SILVA, A. dos S. **Da escola pública ao espaço público da educação: concepções e reverberações**. 2020. 218 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13171?show=full>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, J. V.; PEDRO, F. B.; PEDROSO, A. P. Metapesquisa em educação: aproximações e distanciamentos. In: SILVA, J. V. da; CUTY, P. F. N.; LIMBERGER, R. **Perspectivas teóricas e metodológicas para as pesquisas em Educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 236 p. Cap. 3. p. 59-78.

SOARES, D. G; MAROUNI, K; SOARES, A. J. G. A construção social de uma escola quilombola: a experiência da Comunidade Caveira, RJ. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/ RJ, v. 27, e270011, p. 1-23, 2022.

SOUZA, M. C. R. F; CHARLOT, B. Relação com o saber na escola em tempo integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1071-1093, out./dez., 2016.

SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBDIL, M. J. D. (Orgs.). **Marxismo e educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 268 p. ISBN 978-85-7798-211-0.

TORRES, L. L. Novas temporalidades educacionais na construção da cultura da organização escolar. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 44, e260427, p. 1- 20, 2023.

VARANI, A.; CAMPOS, C. M.; ROSSIN, E. A formação humana integra a educação integral? O que as práticas pedagógicas têm a nos dizer? **Cadernos Cedes**, Campinas/SP, v. 39, n. 108, p. 177-192, mai./ago., 2019.

VELOSO, G. M.; VEIGA, C. G.; PASIOVA, M. A. Escola Nova em Montes Claros: apropriações e significados atribuídos à individualização e à socialização (1920-1930). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/ RJ, v. 23, e230054, p. 1-24, 2018.

VERARDI, C. A. **Cidadania e educação: o papel da escola**. Pesquisa Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2019. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt/artigo/citizenship-and-education-role-school/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

WESTBROOK, R. B.; TEIXEIRA, A. **John Dewey**. Trad. José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues. Recife: Editora Massangana, 2010. 136 p.

YAMAZATO, M. O.; NASCENTE, R, M. M. Concepções, projetos e experiências de educação integral no Brasil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão/SE, v. 13, n. 32, e-13541, jan./dez., p. 1-20, 2020.

YAMAZATO, M. O.; NASCENTE, R. M. M. Cultura organizacional em escolas de educação básica: metapesquisa da produção acadêmica brasileira de 2006 a 2020. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas/RS, v. 23, e2005, p. 126, 2023.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./dez., 2007.